



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS  
AMÉRICAS

LUIZA CALVETTE COSTA

**O golpe (é) de Estado: o caso do golpe de 2019 na Bolívia**

BRASÍLIA  
ABRIL, 2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS  
AMÉRICAS

LUIZA CALVETTE COSTA

**O golpe (é) de Estado: o caso do golpe de 2019 na Bolívia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Bin

BRASÍLIA  
ABRIL, 2022

Cg Calvette Costa, Luiza  
O golpe (é) de Estado: o caso do golpe de 2019 na Bolívia / Luiza Calvette Costa; orientador Daniel Bin. -- Brasília, 2022.  
163 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciências Sociais) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Estado burguês. 2. Golpe de Estado. 3. Estado de Contrainsurgência. 4. Golpe de 2019. 5. Bolívia. I. Bin, Daniel, orient. II. Título.

## **O golpe (é) de Estado: o caso do golpe de 2019 na Bolívia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Aprovado pela Banca Examinadora em 29 de abril de 2022.

### **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Daniel Bin – Orientador (ELA/UnB)  
Presidente da Banca

Prof. Pedro Henrique de Moraes Cícero (ELA/UnB)  
Membro Interno

Profa. Dra. Maíra Machado Bichir (ILAESP/UNILA)  
Membro Externo

Prof. Franco de Matos (ELA/UnB)  
Membro Suplente

À luta da classe trabalhadora boliviana.

## AGRADECIMENTOS

Estudar a Bolívia, sua história e a luta de classes foi algo quase além de uma escolha – quando pisei meus pés em La Paz em 2019, me encantei instantaneamente pelo povo boliviano e sua luta. Vinha estudando os golpes na América Latina no presente século conforme eles atravessavam meu cotidiano, e nesse mesmo ano Evo Morales foi derrubado. Eu queria e, mais do que isso, eu *precisava* falar sobre isso, principalmente diante das interpretações confusas e manipuladas pela grande mídia que perpassavam as narrativas sobre o episódio.

Dessa forma, agradeço primeiramente aos bolivianos e bolivianas que passaram por mim naquela ocasião, me inspirando e contribuindo para definir o rumo da minha pesquisa. Em conjunto, agradeço aos teóricos e estudiosos do país, que mantêm viva a chama de pensar uma Bolívia que atenda aos interesses de seu povo e que foram fundamentais para essa pesquisa.

Agradeço à minha mãe Karla e ao meu pai Luiz, por me ensinarem o valor de olhar para o próximo – o próximo que está espalhado por todos os cantos da nossa América e por todo o mundo. Obrigada por me apoiarem e me acolherem integralmente, valorizando meus desejos, minhas escolhas e me guiando sempre no caminho da contribuição que posso verdadeiramente dar. Agradeço também ao meu irmão Vitor pela admiração mútua, meu amigo para a vida toda – é uma grande felicidade trilhar o caminho ao seu lado.

Agradeço à orientação do Professor Daniel Bin, sua fundamental contribuição analítica e teórica ao trabalho, e sua grande generosidade e compreensão durante esse processo. Obrigada, também, aos professores Maíra Bichir e Pedro Henrique Cícero, que compuseram a banca de qualificação e de defesa dessa dissertação, pela grande contribuição intelectual que me ofereceram e pelo acolhimento ao meu trabalho.

Meus sinceros agradecimentos aos professores com quem tive a oportunidade de aprender e dialogar. Agradeço também ao Departamento de Estudos Latino-americanos da Universidade de Brasília, no âmbito do qual cursei disciplinas que transformaram minha visão e vontades acadêmicas, e que, desde a primeira aula que tive durante a graduação, me indicaram onde eu queria estar – estudando e pensando a liberdade da América Latina. A todos que lutam pela nossa libertação, meu muito obrigada.

Esse processo contou também com o apoio e amizade irrestritos da Ana Carolina, da Raquel e do Tito, que eu encontrei ao chegar na sala de aula do mestrado e que sonham

o sonho da *Nuestra América* junto comigo. Tornaram-se amigos de uma vida, fazendo esse processo mais rico e mais prazeroso, com nossas conversas intermináveis e com o ombro amigo presente em cada momento. Tenho certeza de que seguiremos juntos, no rumo que cada um de nós seguir. Ao Matheus, por me fazer acreditar cada dia mais em mim, por suas palavras diárias de carinho e de incentivo. Obrigada por ser meu companheiro e por estar ao meu lado nesse momento. Também agradeço aos camaradas e amigos que fiz: sonhar e lutar pela transformação da nossa região só é possível porque não caminhamos sozinhos.

Por fim, agradeço ao Programa de Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou o financiamento para o desenvolvimento desse trabalho. Esse financiamento e a sua revisão periódica é fundamental para a existência e sobrevivência da pesquisa em nosso país.

*Bolivia*  
*Quiero pegar*  
*Un grito de liberación*  
*Es por el siglo y medio*  
*De humillación*

*Quiero tengan tus días*  
*Destino mejor*  
*Y el futuro sonría*  
*Prometedor*

*Bolivia*  
*En la falda de tu cerros*  
*Haré mi hogar*  
*Donde felices los niños*  
*Irán a jugar*

Bolivia – Los Kjarkas

## LISTA DE SIGLAS

AC	Assembleia Constituinte
ADN	Aliança Democrática Nacionalista
ALBA	Aliança Bolivariana para as Américas
ANAPO	Associação Nacional dos Produtores de Oleaginosas e Trigo
ANARESCAPYS	Associação Nacional de Irrigadores e Sistemas Comunitários de Água Potável e Saneamento
APG	Assembleia do Povo Guarani
ASP	<i>Asamblea por la Soberanía de los Pueblos</i>
CADEX	Câmara de Exportadores de Santa Cruz
CAINCO	Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz
CAO	Câmara Agropecuária do Oriente
CEPB	Confederação de Empresários Privados da Bolívia
CIDOB	Confederação dos Povos Indígenas do Leste da Bolívia
CNC	Câmara Nacional de Comercio
CNMCIQB-BS	Confederação Nacional das Mulheres Camponesas Indígenas da Bolívia – Bartolina Sisa
COB	Central Operária Boliviana
COD	<i>Central Obrera Departamental</i>
COMIBOL	Corporação Mineira da Bolívia
CONALCAM	Coordinación Nacional para el Cambio
CONAMAQ	<i>Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu</i>
COTAS	Cooperativa Telefônica de Santa Cruz
CPEMB	Central dos Povos Étnicos Mojeños de Beni
CPESC	Coordenação dos Povos Étnicos de Santa Cruz
CPI-SJ	Central Indígena Paikoneka de San Javier

CSCB	Confederação Sindical dos Colonizadores da Bolívia
CSCIB	Confederação Sindical das Comunidades Interculturais da Bolívia
CSUTCB	Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia
EBA	Empresa Boliviana de Alimentos
ENDE	Empresa Nacional de Eletricidade
FEDECOR	Federação Departamental de Irrigadores
FEGESA-CRUZ	Federação de Pecuaristas de Santa Cruz
FEJUVE	<i>Federación de Juntas</i>
FEPSC	Federação de Empresários Privados de Santa Cruz
FETCTC	Federación Especial de Trabajadores Campesinos del Trópico Cochabambino
FEXCRUZ	Feira de Exposições de Santa Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSTMB	<i>Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia</i>
IED	Investimentos Estrangeiros Direitos
IPSP	<i>Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos</i>
MAS	Movimento ao Socialismo
MEFP	Ministerio de Economía y Finanzas Públicas
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionário
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MST-B	Movimento dos Camponeses Sem Terra Trabalhadores da Bolívia
NPE	Nova Política Econômica
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial do Comércio
OTB	<i>Organizaciones Territoriales de Base</i>

PCB	Partido Comunista Boliviano
PIB	Produto Interno Bruto
PIR	Partido Esquerda Revolucionária
Podemos	Poder Democrático Social
POR	Partido Operário Revolucionário
RADEPA	<i>Razón de Pátria</i>
SEMAPA	Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto
TIPNIS	Terra indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TREP	Transmissão dos Resultados Eleitorais Preliminares
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDP	Unidade Democrática e Popular
UJS	União Juvenil Cruceña
UN	Unidade Nacional
USAID	<i>United States Agency For International Development</i>
YLB	<i>Yacimientos de Litios Bolivianos</i>
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Gráfico 3.1</b> – Comparação da taxa anual média de crescimento do PIB da Bolívia e da América Latina e Caribe em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (a.a. %) .....	104
<b>Gráfico 3.2</b> – Crescimento do PIB na Bolívia entre 2013 e 2020 .....	104
<b>Gráfico 3.3</b> – Termos de troca (2005-2015) .....	106
Gráfico 3.4 – Exportações da Bolívia de 2000 a 2021 .....	107
<b>Gráfico 3.5</b> – Evolução da composição da pauta de exportações entre 1962 e 2016 (%) .....	108
<b>Gráfico 3.6</b> – Balança comercial da Bolívia de 1994 a 2021 .....	108
<b>Gráfico 3.7</b> – Crescimento da dívida externa .....	110
<b>Gráfico 3.8</b> – Gasto social público do governo central em Bs. a preços correntes .....	112
<b>Gráfico 3.9</b> – Financiamento do Bono Juacinto Pinto entre 2006 e 2015 .....	112
<b>Gráfico 3.10</b> – Índice de Gini na Bolívia.....	113

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 O ESTADO GARANTE A DOMINAÇÃO DE CLASSE</b> .....	23
1.1 As concepções de Estado e a chegada à concepção marxista.....	23
1.2 O Estado de Contrainsurgência .....	35
1.3 O que é o golpe de Estado .....	41
<b>2 A LUTA DE CLASSES NO ESTADO BOLIVIANO</b> .....	46
2.1. Da independência à primeira metade do século XX.....	47
2.2 Revolução de 1952 e Ditadura Militar .....	51
2.3 Neoliberalismo .....	54
2.4 O Estado Plurinacional – uma nova fração de classe chega à Presidência: rupturas e continuidades .....	63
2.4.1 <i>Guerra da água</i> .....	64
2.4.2 <i>Guerra do gás</i> .....	67
2.4.3 <i>Eleição de Evo Morales</i> .....	69
2.5 As novas frações de classe que assumem o Estado: mudanças em sua estrutura e ação.....	73
2.5.1 <i>Hegemonia política</i> .....	73
2.5.2 <i>Bloco no poder</i> .....	80
2.6 Política econômica: avanços e a parte do poder intocado da burguesia.....	84
<b>3 O GOLPE DE NOVEMBRO DE 2019</b> .....	100
3.1 A direção do governo Morales ante a crise .....	100
3.1.1 <i>Crise das commodities: crise do capitalismo</i> .....	102
3.1.2 <i>Crise e luta de classes</i> .....	115
3.2 Golpe de 2019 e os interesses que moveram a retomada do Estado .....	119
3.2.1 <i>Desestabilização do governo e a construção do golpe de outubro de 2019</i> .....	121
3.2.2 <i>Acusação de fraude</i> .....	130
3.2.3 <i>Renúncia e tomada do poder</i> .....	136
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	141
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	147

## RESUMO

No presente século, os golpes de Estado voltaram a fazer parte da estratégia das elites latino-americanas e estadunidenses, a fim de tomar o controle do aparato estatal. Em 2019, a Bolívia presenciou um golpe de Estado contra o presidente eleito Evo Morales, e apesar de este ser comumente abordado como um fenômeno externo à democracia burguesa, entende-se nesse trabalho que o golpe se constitui enquanto um mecanismo parte do Estado capitalista. Dito isso, a presente dissertação propõe demonstrar, através da análise do caso do golpe de 2019 na Bolívia, o caráter burguês do Estado no capitalismo, e compreender o golpe de Estado como um instrumento inerente à sua estrutura para garantir a burguesia no centro do poder político, que toma a forma de Estado de contrainsurgência, a fim de garantir o seu poder econômico. Para isso, utiliza-se das mediações teóricas de *Estado capitalista* ou *Estado burguês* – a partir da concepção marxista, de *Estado de contrainsurgência* e do conceito de *golpe de Estado*. A partir delas, construiu-se o problema que se pretende responder: é possível evidenciar o caráter burguês do Estado ao estudar quais interesses de classe motivaram o golpe boliviano de 2019? Como, por meio de um processo de Estado de contrainsurgência, o golpe devolveu o poder do Estado às frações que o controlavam? Ao longo desse trabalho, procurou-se demonstrar aspectos da luta de classes em torno do poder do Estado boliviano, bem como as distintas políticas empregadas a partir da direção desse Estado, tendo em vista a sua estrutura burguesa e as estratégias de contrainsurgência utilizadas pela classe dominante. Para isso, foi realizado, por meio de revisão bibliográfica, um breve apanhado da direção e da política empreendida pelo Estado durante o século XX para, em seguida, traçar-se a transição entre os governos neoliberais e o governo Plurinacional de Evo Morales. Partindo do referencial teórico apresentado, foi possível identificar limites da participação da classe trabalhadora boliviana no seio do Estado capitalista, assim como identificar espaços intocados da burguesia durante os governos do Movimento ao Socialismo, em um antagonismo entre a populações indígena, campesina e trabalhadora e os setores burgueses concentrados na região da *media-luna*, com foco no departamento de Santa Cruz. Por fim, trouxe-se o caminho construído de desestabilização do governo Morales até a consolidação do golpe em 2019, com a sua renúncia. Com isso, notou-se com certa clareza que o aparato do Estado tem como função garantir a reprodução do capital e a sua acumulação e que a própria estrutura do Estado agiu para o golpe em uma estratégia contrainsurgente de aniquilação do inimigo, respondendo aos interesses da classe dominante. Foi constatado, dessa forma, que o golpe é de Estado porque o próprio Estado o articula para garantir o seu caráter burguês e especificamente, para recuperar a reprodução ampliada do capital através do poder político, utilizando-se para tanto de todo o aparato disponível e dos elementos da superestrutura que, junto a ele, sustenta a acumulação capitalista.

**Palavras-chave:** Estado burguês; Golpe de Estado; Estado de Contrainsurgência; Golpe de 2019; Bolívia.

## RESUMEN

En el presente siglo, los golpes de Estado han vuelto a formar parte de la estrategia de las élites latinoamericanas y estadounidenses, para tomar el control del aparato estatal. En 2019, Bolivia fue testigo de un golpe de Estado contra el presidente electo Evo Morales, y a pesar de ser comúnmente abordado como un fenómeno externo a la democracia burguesa, se entiende en este trabajo que el golpe se constituye como un mecanismo parte del Estado capitalista. Dicho esto, la presente disertación se propone demostrar, a través del análisis del caso del golpe de Estado de 2019 en Bolivia, el carácter burgués del Estado en el capitalismo, y comprender el golpe de Estado como un instrumento inherente a su estructura para garantizar la burguesía en el centro del poder político, que toma la forma de un Estado de contrainsurgencia, con el fin de garantizar su poder económico. Para ello, utiliza las mediaciones teóricas del *Estado capitalista* o *Estado burgués* – desde la concepción marxista, el *Estado de contrainsurgencia* y el concepto de *golpe de Estado*. Tales mediaciones conducen a la construcción del problema que se pretende responder: ¿es posible resaltar el carácter burgués del Estado al estudiar qué intereses de clase motivaron el golpe de estado boliviano de 2019? ¿Cómo, a través de un proceso Estado de contrainsurgencia, el golpe devolvió el poder del Estado a las fracciones que lo controlaban? A lo largo de este trabajo se buscó evidenciar aspectos de la lucha de clases por el poder del Estado boliviano, así como las diferentes políticas empleadas por la dirección de este Estado, dada su estructura burguesa y las estrategias de contrainsurgencia empleadas por la clase dominante. Para ello, se realizó, a través de revisión bibliográfica, un breve recorrido por la dirección y política emprendida por el Estado durante el siglo XX, para luego rastrear la transición entre los gobiernos neoliberales y el gobierno Plurinacional de Evo Morales. A partir del marco teórico presentado, fue posible identificar límites a la participación de la clase obrera boliviana dentro del Estado capitalista, así como identificar espacios vírgenes de la burguesía durante los gobiernos del Movimiento al Socialismo, en un antagonismo entre la población indígena, campesina y trabajadora y los sectores burgueses concentrados en la región de la media luna, con foco en el departamento de Santa Cruz. Finalmente, se planteó el camino construido desde la desestabilización del gobierno de Morales hasta la consolidación del golpe de Estado en 2019, con su renuncia. Con ello, se notó con cierta claridad que el aparato estatal tiene la función de garantizar la reproducción del capital y su acumulación y que la propia estructura estatal actuó para el golpe en una estrategia contrainsurgente de aniquilamiento del enemigo, respondiendo a los intereses de la clase dominante. Se encontró, de esta manera, que el golpe es un golpe de estado porque el propio Estado lo articula para garantizar su carácter burgués y específicamente, para recuperar la reproducción ampliada del capital a través del poder político, utilizándose de todo aparato disponible y de los elementos de la superestructura que, junto con ella, sustenta la acumulación capitalista.

**Palabras-clave:** Estado burgués; Golpe de Estado; Estado de contrainsurgencia; golpe 2019; Bolivia.

## ABSTRACT

In the present century, coups d'état have returned to form part of the strategy of Latin American and US elites, in order to take control of the State apparatus. In 2019, Bolivia witnessed a coup d'état against the elected president Evo Morales, and although this is commonly addressed as a phenomenon external to bourgeois democracy, we understand that the coup is constituted as a mechanism part of the capitalist State. Thus, the present dissertation aims to demonstrate, through the analysis of the case of the 2019 coup in Bolivia, the bourgeois character of the State in capitalism, and to understand the coup d'état as an instrument inherent to its structure to guarantee the bourgeoisie at the center of power. political, which takes the form of a counterinsurgency state in this process, in order to guarantee its economic power. For this, it uses the theoretical mediations of the capitalist State or the bourgeois State – from the Marxist conception of the State of counterinsurgency and the concept of a coup d'état. From these, the problem that we intend to answer was constructed: is it possible to evidence the bourgeois character of the State by studying which class interests motivated the 2019 Bolivian coup? How, through a counterinsurgency state process, did the coup return state power to the fractions that controlled it? Throughout this work, we sought to demonstrate aspects of the class struggle over the power of the Bolivian State, as well as the different policies employed by the direction of this State, in view of its bourgeois structure and the counterinsurgency strategies used by the class. dominant. For this, a brief overview of the direction and policy undertaken by the State during the 20th century was carried out, through a bibliographic review, to then trace the transition between neoliberal governments and the Plurinational government of Evo Morales. Based on the theoretical framework presented, it was possible to identify limits to the participation of the Bolivian working class within the capitalist State, as well as identify untouched spaces of the bourgeoisie during the governments of the Movement to Socialism, in an antagonism between the indigenous, peasant and working populations and the bourgeois sectors concentrated in the *media-luna* region, with a focus on the department of Santa Cruz. Finally, the path built from the destabilization of the Morales government to the consolidation of the coup in 2019, with his resignation, was brought up. With this, it was noted with some clarity that the State apparatus has the function of guaranteeing the reproduction of capital and its accumulation and that the State structure itself acted for the coup in a counterinsurgent strategy of annihilation of the enemy, responding to the interests of the ruling class. It was found, therefore, that the coup is d'état because the State itself articulates it to guarantee its bourgeois character and specifically, to recover the expanded reproduction of capital through political power, making use of all its available apparatus and the elements of the superstructure that, together with it, sustains capitalist accumulation.

**Keywords:** Bourgeois State; coup d'état; Stet of counterinsurgency; Coup 2019; Bolivia.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca contribuir para o desenvolvimento da discussão sobre o papel do Estado na América Latina e sobre golpes perpetrados na região no presente século, os quais interromperam diversos avanços democráticos. Foi o caso do golpe na Bolívia em 2019 – objeto de investigação desta pesquisa –, que tirou do poder o então presidente Evo Morales, o primeiro presidente indígena latino-americano.

A noção de golpe faz parte da memória e da história latino-americanas, e tem sido utilizado para retomar a direção do Estado, ajustando-o aos interesses das burguesias locais e estrangeiras. Vale ressaltar três momentos em que os golpes se fizeram presente com ênfase na região. O primeiro se insere no contexto iniciado em 1948, quando foi estabelecido pelos Estados Unidos o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Este reconfigurava a Doutrina Monroe, uma política de defesa conjunta contra ameaças internas e externas nas Américas. Esse período foi marcado por alternâncias de governos reformistas e ditatoriais na América Latina. A construção do ideal de democracia liberal estava em marcha ao redor do mundo, e com isso os Estados Unidos se colocavam como apoiadores de governos democráticos. Ao mesmo tempo, eles iniciaram a promoção de golpes de Estado e ditaduras na América Latina com vistas a manter a continuidade de seus interesses e frear qualquer processo insurgente de massas.

No segundo momento, o discurso democrático difundido no pós-Segunda Guerra como modelo estadunidense ao mundo esteve, na verdade, vinculado a golpes e ditaduras no continente latino-americano. Inseridos no contexto da Guerra Fria, a segunda onda golpista foi marcada pelo patrocínio dos Estados Unidos por meio da Doutrina de Segurança Nacional, pelo seu interesse anticomunista e a sua propaganda, e pelo caráter militar. Esse interesse estava combinado com os interesses das elites locais temerosas em perder os seus privilégios. Essa onda de golpes derrubou governos eleitos, substituindo-os por ditaduras por meio de golpes de Estado, em um processo de aniquilação do inimigo subversivo.

Esses governos foram acusados de possuir vínculos com a “onda comunista”. Deu-se, assim, em 1961, o golpe no Equador, que derrubou Velasco Ibarra. Em 1964, instaurou-se o Estado de contrainsurgência na Bolívia – dando fim ao período iniciado em 1952 com a Revolução nacional-democrática, mesmo ano em que se instalou a

ditadura no Brasil. Em 1973, ocorreram os golpes no Uruguai e no Chile, e em 1976 se inicia a ditadura militar na Argentina.

Os golpes possuíam um caráter eminentemente militar, e estratos das elites contavam com a atuação de dentro do Estado – Forças Armadas e Parlamento –, rompendo com as regras sucessórias. Na Bolívia, em meio a golpes e contragolpes, passaram-se 18 anos entre o golpe de 1964 e o reestabelecimento de eleições, em 1982. O governo ditatorial matou cerca de mil militantes em um ano e foi deposto graças à intensa mobilização popular no campo e na cidade, porém a oligarquia boliviana manteve o poder do Estado, iniciando o período neoliberal no país.

Nesse momento, a democracia burguesa havia conquistado seu espaço na disputa com o socialismo encabeçado pela União Soviética. Essa democracia estava fundada no conceito de liberdade, que passou a ser reivindicada como a égide sobre a qual se organizou o aparelho Estatal para a manutenção do capitalismo. Todavia, enquanto se incentivava a construção da democracia liberal mundo afora, na América Latina, onde os golpes foram patrocinados incessantemente, nem a democracia do voto nem o respeito aos direitos políticos e civis puderam se estabelecer. A democracia e a ascensão das forças à esquerda levaram a burguesia latino-americana, associada aos interesses imperialistas e incapaz de manter sua dominação sobre os trabalhadores através das vias institucionais criadas, a promover ou apoiar golpes de Estado para a manutenção do seu poder no centro do Estado. Assim, as massas foram violentamente excluídas dos processos políticos, rompendo-se com qualquer vestígio de democracia.

Sob a Doutrina de Segurança Nacional, as Forças Armadas dos diferentes países latino-americanos engendraram e levaram a cabo um discurso político-econômico que expressava uma série de elementos homogêneos nos países da região, a despeito das diferenças de formas e estilos na implantação da Doutrina de Segurança Nacional, que levaram a aspectos comuns das ditaduras na região.

O processo de democratização e o fim das ditaduras nos anos 80 foi marcado por conflitos e negociações. A transição democrática na América Latina não resultou, de forma completa, na instituição integral da democracia, e foi um processo lento na maioria dos casos, marcado por avanços e retrocessos. Entretanto, mesmo levando isso em consideração, com a democracia liberal instituída, o firmamento das constituições democráticas e o rechaço às ditaduras, os golpes pareciam distantes da América Latina.

A década de 1980-1990 foi marcada pelo fim da União Soviética, pela queda de regimes ditatoriais e pela ascensão do modelo neoliberal, levado a cabo na Bolívia entre caudilho e ex-ditador, aplicando-se as reformas previstas no Consenso de Washington. As contradições do modelo neoliberal se evidenciaram, com grandes consequências à vida dos trabalhadores provocadas pela aplicação de ajustes econômicos. A reação aos efeitos econômicos e sociais das políticas neoliberais provocaram a ascensão nas urnas de governos que rechaçavam esse modelo. Na Bolívia, especialmente, o antineoliberalismo e o anti-imperialismo foram centrais na ascensão de Evo Morales à presidência.

Essas vitórias indicavam um esgotamento dos métodos anteriores de governar. O cenário internacional, com um aquecido mercado de *commodities*, permitiu aos governos na região levar adiante políticas de concessões às classes populares e instar os centros de poder do imperialismo internacional e burguesias nacionais a aceitar políticas de redistribuição e outras voltadas às classes trabalhadoras. Entretanto, a crise mundial econômica iniciada em 2008 abriu caminho para a ofensiva contra os governos nacionalistas. Um novo modelo de golpe na América Latina tomou forma e serviu para traçar agendas de deposições de presidentes democraticamente eleitos. Com isso, estabeleceram-se governos alinhados a uma política voltada aos interesses do capital internacional e seus representantes na burguesia local. No caso da Bolívia, foi derrubado o presidente que fora eleito pela quarta vez, Evo Morales.

Todavia, o novo momento de golpes não se iniciou na Bolívia. Houve golpes precursores em outros países da região, como Haiti, Honduras, Paraguai e Brasil e, com eles, a posterior mudança da agenda política e econômica nesses países. No Haiti o presidente progressista Aristide foi derrubado em 2004, e já havia sido golpeado em 1991. Após vencer as eleições com 91,7% dos votos o presidente foi expulso do país pela ação de uma Força Provisória Multinacional composta por tropas dos Estados Unidos, França e Canadá. A derrubada de Manuel Zelaya, presidente de Honduras, em 2009 abriu o precedente da interrupção de governos com a forma de legalidade. Foi expedida uma ordem de prisão ao presidente Zelaya pelo Ministério Público hondurenho, alegando que ele poderia sumir com documentos importantes para um processo contra ele. Já no Paraguai, o impeachment foi o mecanismo utilizado para o golpe. O presidente paraguaio Fernando Lugo foi acusado pelo judiciário em 2012 de ser responsável por um massacre de camponeses de Curuguaty, e se iniciou um processo de deposição que durou menos de

24h e foi votado no parlamento. Por 39 votos a 4, o presidente foi impedido, sem comprovação de qualquer culpa e com menos de cinco horas para a defesa. Ambos os casos foram marcados pela atuação do judiciário e pela justificativa da legalidade.

No Brasil, o golpe de 2016 foi caracterizado pelos que o articularam como um processo de impeachment previsto na Constituição, e assim, seguindo os ritos legais para a mudança de poder. Entretanto, a Constituição prevê que, para isso, deve haver crime de responsabilidade, e as chamadas “pedaladas fiscais” foram utilizadas como justificativa. As investigações centradas na presidenta Dilma Rousseff e nos quadros do seu partido utilizaram estratégias arbitrárias, como a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vazamento de áudios entre Dilma e Lula, que causaram desestabilização do governo a partir da divulgação e do enfoque particular da grande mídia, acusando ambos de tentativa de obstrução da justiça.

Em 2019, já com um padrão perceptível de utilização de golpes de Estados para a tomada do poder político e a mudança da agenda política e econômica dos países, acontece o golpe de Estado na Bolívia, que tem um elemento diferencial do padrão desse novo momento: a participação central das Forças Armadas e da Polícia, em uma ofensiva não somente política e midiática, mas também a partir da violência contra os apoiadores do Movimento ao Socialismo – MAS. O presidente indígena e líder sindical *cocalheiro* Evo Morales é derrubado, após cerca de 3 anos de ofensiva contra o seu governo.

Evo Morales foi o primeiro presidente indígena num país onde, até a revolução de 1952, os indígenas não podiam votar nem ser eleitos para funções públicas. É importante salientar aqui que, na Bolívia, com a crise do neoliberalismo no final do século XX, os escassos resultados das reformas e a resistência à privatização dos recursos hídricos, alimentaram a insurgência indígena que transformou o campo político. Nesse contexto, fortaleceram-se o MAS e a liderança de Evo Morales. Na eleição de 2002, Evo recebeu 19,4% dos votos na eleição presidencial, com propostas contrárias à política reinante do livre mercado. No âmbito municipal, o MAS se transformou na principal força política do país, ao obter 100 das 327 prefeituras do país.

Gonzalo Sánchez de Lozada, principal personagem das políticas de privatização dos anos 1990, renunciou em outubro de 2003 diante da greve nacional e da insurreição dos movimentos sociais nas Guerras da Água e do Gás, nas quais se opuseram à privatização desses recursos. No dia das eleições gerais, que foram adiantadas para dezembro de 2005, a população boliviana foi às urnas e elegeu com 54% dos votos Evo

Morales. Com sua eleição, tornou-se o primeiro líder indígena Presidente da República de um país do continente. O governo de Evo foi reconhecido como um símbolo de autodeterminação cultural e resistência ao imperialismo. Com o apoio de uma vasta gama de movimentos sociais, o presidente convocou a nova Constituinte na Bolívia, que inaugurou o Estado Plurinacional da Bolívia.

Com a nova Constituição houve a nacionalização dos hidrocarbonetos, a reivindicação ancestral da folha de coca, a defesa da Pacha Mama, o renascimento das empresas estatais, as políticas sociais e um grande crescimento econômico, assim como uma política de aproximação aos países latino-americanos e à China, ressaltando-se a aproximação com Chávez (presidente venezuelano) e a integração à Aliança Bolivariana para as Américas (Alba). Entretanto, o seu governo também estava envolto em contradições, como a economia baseada na exportação primária, na exploração de hidrocarbonetos, no extrativismo e na defesa do capital internacional, assim como na conciliação com setores da burguesia *cruceña*, com a finalidade de garantir a sua estabilidade, que desembocou também em rompimentos com a sua base de apoio.

Em 2019, Evo Morales venceu novamente as eleições e chegou ao seu quarto mandato, depois de mudanças nas regras de reeleição, amparadas pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Naquele momento, alguns setores importantes de apoio ao governo romperam com o seu partido, e os movimentos conservadores e alinhados à burguesia de Santa Cruz, na figura dos Comitês Cívicos, organizaram a ofensiva contra o governo, com o respaldo dos Estados Unidos e os países aliados na região, como Colômbia e Brasil. As eleições foram contestadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que lançou um relatório recomendando a anulação do primeiro turno por fraudes. Meses depois, a eleição foi reconhecida internacionalmente como limpa e sem fraudes.

O Comitê Cívico de Santa Cruz e seu líder, Fernando Camacho, organizaram as ruas contra Morales, causando mortes, saqueio a casas de dirigentes políticos e sindicais, greves, crises de abastecimento e ameaças de sequestro, com o apoio de grupos paramilitares. A partir daí, as forças militares e policiais se organizaram para forçar a saída de Morales e foram até a TV pedindo a sua saída, que renunciou junto com seu vice Álvaro García Linera. A partir desse momento, líderes políticos e os Presidentes da Câmara e do Senado pediram renúncia em cascata, após sofrerem atentados por parte da oposição. A segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, se autoproclamou presidenta do país com o discurso de que convocaria novas eleições. O golpe estava

consumado, formando-se o Estado de contrainsurgência, com a violência contra a vida e os símbolos dos povos indígenas, tornando-se diária no país.

Nas teorias relativas ao golpe de Estado, este é aplicado por forças internas ao próprio Estado, ou seja, a estrutura do Estado é utilizada para que o golpe se realize e altere as classes sociais em seu comando. A partir disso, o Estado assume uma forma específica na região, a forma do Estado de contrainsurgência, através de golpes – o conceito cunhado por Ruy Mauro Marini contribui para identificar um padrão da forma estatal em momentos de insurgência das massas na América Latina. Em um processo de aniquilação do inimigo, o objetivo é frear a presença das frações de classe populares em seu seio, buscando-se com este processo voltar à forma da democracia burguesa, com, apesar de redundante, a burguesia no controle do Estado. Ou seja, o Estado garantiria mecanismos para preservar e garantir seu caráter de classe, sendo o golpe um desses mecanismos fundamentais em momentos em que as classes populares alcançam mais espaço em seu interior do que o desejado à dinâmica do capital, sendo os golpes momentos em que se evidencia com mais nitidez o caráter de classe do Estado.

A partir da concepção do que é o Estado, e como este é visto como um Estado de classe segundo a análise marxista, e avançando para os períodos de golpe na América Latina a partir do Estado de contrainsurgência, esta pesquisa parte do seguinte problema: é possível evidenciar o caráter de classe do Estado ao estudar quais interesses de classe motivaram o golpe boliviano de 2019? E como, por meio de um processo de Estado de contrainsurgência, o golpe devolveu o poder do Estado às frações que o controlavam?

A fim de criar a estrutura que possibilite formular uma resposta a esta questão, o esforço inicial se concentra em construir o referencial teórico com base nas teorias clássicas do Estado e o seu caminho até a teoria marxista do Estado, que percebe o Estado como ferramenta da classe dominante. Em seguida, recorre-se à teoria do Estado de contrainsurgência, que caracteriza como o Estado atua para a aniquilação do inimigo subversivo em momentos de golpe na América Latina.

Dessa forma, para compreender a categoria de Estado burguês ou do Estado capitalista, traçamos um breve caminho acerca da teoria do Estado, passando pelas formulações de Hobbes, Locke, Rousseau, onde o Estado se insere na teoria do contrato social e Estado e sociedade são vistos como uma associação, e de Weber e Hegel onde o Estado e sociedade são vistos como entidades distintas. Fazemos, em seguida, algumas elaborações acerca da concepção marxista do Estado, desde Karl Marx e Friedrich Engels,

passando por Vladimir I. Lenin, Nicos Poulantzas, Claus Offe e Alysson Mascaro a partir da compreensão de suas contribuições para para essa teoria, a fim de compreendermos as características e como opera o Estado burguês, concepção que norteia esse trabalho.

O Estado de contrainsurgência, estudado aqui a partir das formulações de Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio, contribui para compreendermos a forma que assume o Estado capitalista na América Latina, onde a luta de classes ocorre de forma muito mais agudizada. Avançando nas ferramentas para contribuir com a resposta ao problema desta pesquisa, o primeiro capítulo também traz as teorias do golpe de Estado, com a finalidade de articular como o golpe é um mecanismo próprio do Estado capitalista.

Cumprindo com este momento de investigação voltada ao resgate teórico, partimos, no segundo capítulo, para a compreensão da luta de classes em torno do poder do Estado capitalista boliviano. E, a partir de uma breve análise da direção política desse Estado do século XX, com foco no período neoliberal, buscamos evidenciar a organização do Estado que atende aos interesses burgueses. Neste momento, nos dedicamos a analisar mais detidamente a questão de quais são os interesses que organizam a elite boliviana dentro do Estado, como ela está organizada nesta estrutura e sua relação com o capital internacional.

Dando continuidade à construção deste capítulo, dedicamo-nos a ampliar a compreensão acerca da agudização da luta de classes no país a partir da égide do neoliberalismo, que se expressa nas Guerras da Água e do Gás. Discutimos também quais são as frações de classe que passam a estar na estrutura do Estado a partir da eleição de Evo Morales, compreendendo dessa forma como se reorganiza essa estrutura, quais são os interesses do bloco indígena-camponês e popular que assume o Estado e como se dá a reorganização do bloco no poder que, pela primeira vez na história, assume o poder central do Estado. Buscamos evidenciar os caminhos da construção de uma nova hegemonia política no país, percebendo, ainda, quais grupos permaneceram exercendo poder dentro da estrutura estatal, ou conseguiram permanecer o influenciando. Esse movimento contribui para o entendimento dos limites da participação da classe trabalhadora na estrutura estatal capitalista e os limites que esse Estado coloca para a garantia da reprodução da acumulação.

Com isso, no terceiro e último capítulo, chegamos à crise do *boom* das *commodities*, a qual afeta significativamente a possibilidade da conciliação dos interesses de classe durante o governo do Movimento ao Socialismo e que, como consequência,

desemboca no golpe de 2019. Aqui, o objetivo é estudar como ocorreu o golpe de 2019 na Bolívia, quais foram os passos dados e os atores e frações de classe envolvidos, no intuito de perceber esse processo como um movimento que parte do Estado, o qual utiliza sua própria estrutura para romper com a democracia burguesa e garantir o poder político, e conseqüentemente o poder econômico, da burguesia.

Para essa análise, fez-se o esforço de compreender quais foram os interesses que motivaram o golpe. Partindo do entendimento de que esse é engendrado por forças internas ao Estado, e do conceito de Estado de contrainsurgência, pretendemos analisar a partir da retomada da organização do golpe, se os grupos que tomaram o Estado neste momento fazem parte da burguesia e das antigas frações de classe que o controlavam, a fim de confirmar, ou não, a hipótese de que o golpe de Estado evidencia o caráter de classe do mesmo, já que é o próprio Estado que garante mecanismos para que a burguesia esteja em seu controle sistematicamente.

Por fim, cabe destacar as motivações dessa pesquisa. O golpe de 1964 no Brasil sempre foi motivo de minha atenção e vontade acadêmica, entretanto, quando adentrei a Universidade e comecei a estudar a história latino-americana me deparei com uma realidade semelhante em toda a região. Na ocasião do golpe de 2016 no Brasil, estava inserida na militância estudantil e queria trazer o tema também para a academia, assim nasceu a minha monografia da graduação em Ciência Política. Já no mestrado fui à Bolívia, com a motivação de conhecer de perto esse país que me despertava imensas esperanças pelo seu processo político, o qual tinha Evo Morales como rosto. Me encantei pela sua história e pelo esforço percebido nas ruas de recriar o país a partir de bases populares e indígenas. Neste mesmo ano, Morales foi derrubado por um golpe.

Perceber que os golpes se repetiam na América Latina frente aos meus olhos e observar aquele processo sendo derrubado e, principalmente, como a ideologia neoliberal atravessava as interpretações desse fato, me levou a estudar o tema. Dessa forma, esse trabalho surge como um esforço de contribuição para que outras narrativas, dissidentes da dominante nos meios de comunicação e mesmo na academia, ganhem espaço na interpretação desse processo e que, com isso, possamos compreender verdadeiramente as motivações dos golpes em nossa região, não só no presente século, mas ao longo de nossa história.

# 1 O ESTADO GARANTE A DOMINAÇÃO DE CLASSE

## 1.1 As concepções de Estado e a chegada à concepção marxista

O Estado é conceitualizado de diferentes formas na teoria política, sendo que os diferentes paradigmas das Ciências Sociais tratam o fenômeno com diferentes significados. Para entender a estrutura do Estado na Bolívia e como ele opera para garantir as hegemonias de classe na região, é preciso compreender, portanto, o significado e a evolução do termo, e como foram conceitualizados o Estado capitalista e o caráter de classe do Estado.

Encontramos três principais conceitos ao definir Estado. No primeiro, Estado se insere na teoria do contrato social, coincidindo com a sociedade e sendo visto como uma associação; no segundo, Estado e sociedade se dividem; e no terceiro, o Estado passa a ser um aparato da sociedade e um instrumento de classe, operando através das instituições governamentais (ISUANI, 1984).

Na primeira abordagem, onde o estado é visto como uma associação política, há a concepção do Estado surgindo dos “de baixo” a partir das teorias do contrato social, ou dos “de cima”, enquanto a forma pela qual a sociedade existe em um estágio de desenvolvimento. Aqui, a sociedade em seu desenvolvimento existe como tal em forma de Estados, os quais abrangem os habitantes de um território e têm em seu aparato as forças governamentais, administrativas e repressivas. O Estado surge como o acordo entre os membros de uma dada comunidade ou como imposição, de uma associação dominante a outros grupos dentro de um território, estabelecendo o contrato social. O Estado está, dessa forma, em oposição ao que os autores dessa perspectiva chamam de “Estado de natureza” (ISUANI, 1984).

Como expoentes das teorias do contrato social, temos Hobbes, Locke, Rousseau e Weber. Hobbes, primeiramente, aponta que é necessário criar um Estado para que sejam superados os perigos do Estado de natureza. A partir disso, os indivíduos conferem seus direitos e o direito de governar a um soberano – um indivíduo ou um órgão representativo. Para Hobbes (1977), criar uma sociedade aqui se confunde com criar o Estado. Locke vai adiante e salienta que:

O Estado de natureza tem uma lei natural para governá-lo e que obriga a todos. E a razão, que é essa lei, ensina a toda a humanidade, que só a ela consultará,

que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deverá prejudicar o outro na sua vida, saúde, liberdade ou propriedade (LOCKE, 1960, p. 6).

A partir disso, explica-se a necessidade do contrato social: os indivíduos renunciam ao seu direito de punir e estabelecem a sociedade civil – ou Estado, que é a renúncia do seu poder da lei de natureza para “submetê-lo ao público, aí existe e só existe uma sociedade civil ou política” (LOCKE, 1960, p.89). Os indivíduos não abrem mão de seus direitos fundamentais, mas concordam em colocar limites em suas esferas de ação.

Rousseau também parte do Estado de natureza, porém vê que o estado de natureza se define pelo estado de inocência e não de guerra ou excessos no comportamento, e o Estado civil é uma comunidade real e não formal, surgido pelo contrato social como um caminho de autorrealização. É a partir do Estado que se concretiza a igualdade numa sociedade desigual. O Estado é capaz de suprimir os elementos de desigualdade a partir do entendimento de que extremas desigualdades funcionam como elementos limitativos à liberdade (CABRAL NETO, 1997).

Com o título de *O Contrato Social*, em 1762, o autor afirma que o poder soberano pertence ao povo em união. É dessa união que se forma a vontade geral, que não pode de forma alguma ser transferida ou representada – e é a partir desse referencial que o autor constrói um ideal a ser perseguido (GOMES, 2006). As leis mais polêmicas seriam submetidas ao sufrágio público e o povo seria educado de forma a querer fiscalizar seus representantes e exigir a submissão de determinadas leis ao voto popular em uma articulação entre a democracia representativa e participativa (ROUSSEAU, 1997 [1762]). E para a participação dos indivíduos ser efetiva, é necessário olhar para as desigualdades econômicas da sociedade e ao fato de que elas interferem na esfera pública. Sua teoria não exige igualdade plena, mas destaca que as diferenças econômicas poderiam levar à desigualdade política. A soberania reside no povo e é delegada aos funcionários do Estado que estão sujeitos à vontade geral. O povo pode limitar, modificar ou recuperar este poder delegado.

Weber inaugura uma nova análise sobre o Estado e está situado em outro tempo histórico em relação aos contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau. Gomes (2006), todavia, o insere como o último grande nome dessa abordagem, já que ele constrói o que chama de sociologia do Estado, destacando-se pela sua abordagem sobre a dominação e o uso da força. Em Weber, o Estado deve ser definido pelos seus meios e é ele que possui

a legitimidade do uso da força. É esse uso da força, em conjunto com a territorialidade, que define o Estado.

Weber (1968, p.53-54) afirma que “uma organização que possui um órgão administrativo é sempre, em algum grau, baseada na dominação” e acrescenta que:

[...] uma 'organização governante' será chamada 'política' na medida em que sua existência e ordem forem continuamente salvaguardadas dentro de uma dada área territorial pela ameaça e aplicação de força física por parte do órgão administrativo. Uma organização política compulsória com operação contínua será chamada de 'estado' na medida em que seu órgão administrativo sustentar satisfatoriamente a alegação do monopólio da legitimidade do uso da força física para proteger sua ordem (WEBER, 1968, p. 54).

A dominação do Estado requer, dessa forma, o controle do governante sobre os instrumentos da administração. Não se pode confundir, lembra o autor, a forma estatal da forma estamental antes presente nas sociedades.

A gerontocracia e o patriarcalismo primário são os tipos mais elementares de dominação tradicional, onde o senhor não tem um órgão administrativo pessoal [...] por isso o senhor é ainda muito dependente da disposição dos membros em concordar com suas ordens, já que ele não tem maquinaria para garanti-las (WEBER, 1968, p. 231).

Nos estamentos os meios de administração são automaticamente controlados, total ou parcialmente, pelo órgão administrativo dependente, é no Estado moderno que “a separação do órgão administrativo dos meios materiais da organização administrativa é concluída” (WEBER, 1967, p .81-82).

A conceitualização que divide Estado e sociedade ganha força a partir do surgimento do capitalismo. Hegel aponta como as principais características desse sistema o individualismo e o aumento das desigualdades. Os autores que constroem essa conceitualização e que serão aqui citados são Hegel, Marx e Engels, além de alguns autores marxistas posteriores. Todos eles não enxergam mais uma vontade geral da sociedade, como apontava-se anteriormente; no Estado capitalista, os interesses individuais se opõem ao interesse comum.

Hegel explica essa nova realidade: destaca que, com a ascensão do comércio e da indústria burgueses, e a fim de evitar a fragmentação da sociedade, a diferenciação entre público e privado se tornou característica da modernidade, conjuntamente com a criação do conceito de sociedade civil (HEGEL, 1977).

No Estado da antiguidade, o objetivo do sujeito simplesmente coincidia com a vontade do Estado. Nos tempos modernos, entretanto, nós reivindicamos julgamento privado, vontade e consciência privadas. Os antigos não tinham nenhuma dessas reivindicações, no sentido moderno; o fundamental para ele era a vontade do Estado (HEGEL, 1977, p. 261).

Sobre a questão do aumento das desigualdades, Isuani (1984) traz a citação de Hegel de como a dinâmica do mercado tende a aumentar a desigualdade: “Este poder [do mercado] condena uma multidão a uma vida dura, à apatia no trabalho e na pobreza para que os outros possam acumular fortunas” (HEGEL, 1972, p. 96).

Anteriormente, o Estado de natureza era o lugar do reino de competição e pessoas hostis umas às outras. Aqui, é a sociedade civil que ocupa esse lugar. Nesse sentido, Hegel coloca que: “Na sociedade civil cada membro tem em sua pessoa o seu próprio fim, o resto não é nada para ele” (HEGEL, 1977, p. 182). A partir da divisão entre sociedade civil e Estado, Hegel aponta que é no Estado, então, que o universal e o particular se reconciliam, e tanto os interesses particulares como universais são mantidos (ISUANI, 1984).

Com isso, nasce a necessidade das pessoas “devotas ao interesse público”, que são os funcionários do Estado. Para Hegel, eles devem “ter o universal como objeto de sua atividade essencial” (HEGEL, 1977, p. 303), e serão responsáveis por mitigar a desigualdade e as consequências dos interesses individuais da sociedade civil. O Estado é, dessa forma, uma dimensão abstrata da sociedade, e não mais uma associação.

O advento do capitalismo traz, além disso, a separação entre o que é de domínio político e o que é de domínio econômico. Nos modos de produção anteriores, a separação estrutural entre ambos os domínios não existia – a exemplo do sistema feudalista e do sistema de produção escravista, onde os senhores feudais controlavam tanto os aspectos políticos quando econômicos da sociedade.

Essa nova forma estatal leva ao questionamento se o Estado no capitalismo (e determinado por este) é um instrumento desse sistema, que tem por princípio a acumulação. Aqui encontra-se a percepção marxista, que analisa o Estado nesse momento da sociedade, vendo-o como aparato do capitalismo e, por consequência, da classe dominante desse sistema, a burguesia. Dessa forma, o Estado não coincide mais com o conceito de sociedade e tampouco, como colocou Hegel, é uma dimensão social abstrata. Isuani (1984) argumenta que, nessa formulação, o Estado assume uma forma concreta, colocando-se como separado da sociedade (ISUANI, 1984, p. 43). Essa concepção

contribui para o entendimento de que, nesse momento, o Estado é uma instituição concreta, regida por leis e com a tarefa de assegurar a reprodução do capitalismo, não sendo, dessa forma, toda a sociedade agente do Estado.

Marx, a partir da análise dos Estados capitalistas europeus, trabalhou na teoria do tipo capitalista de Estado e, apesar de não ter formulado um texto final sobre o conceito do mesmo, esse está presente em diversas de suas obras. Um de seus primeiros escritos aborda, justamente, a crítica ao conceito de Estado de Hegel e aponta que o Estado como sociedade civil, defendido pelas concepções anteriores, é uma idealização e o Estado político é uma ilusão, já que: “a igualdade formal do cidadão coexiste com o fato de que a sociedade é baseada na desigualdade socioeconômica de seus membros” (ISUANI, 1984, p. 43). Para Marx,

Os representantes da sociedade civil constituem uma 'assembleia' e é só nesta assembleia que a 'existência e vontade política' da sociedade civil tornam-se 'reais'. A separação de Estado político da sociedade civil toma a forma da separação que existe entre os representantes e seus eleitores. A sociedade simplesmente delega elementos próprios para transformá-los em sua existência política. Existe aí uma contradição duplicada: 1) uma contradição formal: os representantes da sociedade civil são uma sociedade que não é ligada a seus eleitores por nenhuma 'instrução' ou comissão. Têm uma autoridade formal, mas, logo que se toma real, deixam de ser autorizados. Deviam ser representantes, mas não são. 2) Uma contradição material com respeito aos interesses reais. Mais sobre este último. Aqui se dá o inverso. Eles têm autoridade como representantes dos assuntos públicos, enquanto na realidade representam interesses particulares (MARX, 1975, p. 193-194).

Sua concepção também difere das anteriores ao apontar que a igualdade e a cooperação podem se estabelecer numa sociedade, o que levará ao desaparecimento do Estado, pois os interesses públicos e privados coincidirão e este não será mais necessário. Dessa forma, o definhamento do Estado trazido por Marx seria “converter o Estado de um órgão sobreposto à sociedade em um órgão completamente subordinado a ela” (MARX, 1972, seção 4). Marx defende que é preciso que os indivíduos organizem suas próprias forças como forças sociais, e não as separem em forma de força política delegada.

Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, destaca que o surgimento do Estado foi produto da divisão societária em classes sociais e da “necessidade de frear o antagonismo de classe”, o que remete à frase célebre do *Manifesto do Partido Comunista*: “a história da humanidade é a história da luta de classes” (MARX;

ENGELS, 2001[1848], p. 23). O Estado se diferencia da sociedade, mas não paira sobre ela; ele é

[...] exclusivamente o Estado da classe governante e em todos os casos continua sendo essencialmente uma máquina para refrear as classes exploradas e oprimidas, e constitui instituições de repressão de todo tipo, como as prisões, além do pessoal armado (ENGELS *apud* TUCKER, 1972).

Já Lenin, em *O Estado e a Revolução*, desenvolveu mais sistematicamente a noção marxista de Estado, organizando a teoria de Marx e Engels, e chamou atenção para o fato de que o Estado funciona como um mecanismo de manutenção do sistema capitalista e da dominação de classe: “O Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (LENIN, 2007[1917], p. 27). Para Lenin, o Estado é o produto do antagonismo inconciliável de classes (LENIN, 2007[1917]). Na obra, Lenin se apoia na citada *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e destaca o seguinte trecho:

O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é ‘a efetividade da ideia ética’, ‘a imagem e a efetividade da razão’, como afirma Hegel. É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado (ENGELS, 2019[1884], p. 211).

Na obra de Engels, Estado e capitalismo são vistos como codependentes, ou seja, o próprio Estado em sua forma burguesa necessita do capitalismo para se sustentar, ou seja, é a própria reprodução do capital que sustenta esse órgão responsável pela política e que se coloca como separado da economia e da própria sociedade. Ressalta-se que a abordagem capitalista, que pretende caracterizar esse Estado como um mediador neutro da sociedade, deve ser percebida como um mecanismo para garantir a legitimidade do sistema econômico perante a sociedade, quando na realidade ele existe para garantir a acumulação, própria do sistema capitalista, pela burguesia.

De posse do poder público e do direito de cobrar impostos, encontram-se, então, os funcionários como órgãos da sociedade *acima* da sociedade. O respeito livre e voluntário aos órgãos da constituição gentílica não lhes basta, mesmo que pudessem tê-lo (ENGELS, 2019[1884], p. 212).

Esse Estado, por sua vez, está envolto na luta de classes, objeto das classes criadas no seio da dominação do capital.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, pois, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p. 159).

A abordagem marxista também percebe um fenômeno que é central para a nossa análise, a luta de classes na sociedade pode levar à direção desse mesmo Estado por forças que não estariam situadas no espectro da burguesia. Fato que não altera o seu caráter burguês e possibilita que a classe trabalhadora o dirija, o que pode ser aferido por duas circunstâncias: pelo respaldo atingido da classe explorada ante a sociedade e a sua intensa mobilização; pelo crescimento econômico que permite concessões às classes trabalhadoras sem alterar o lucro da burguesia. É claro, todavia, que essa representação está envolta em limites na direção que esse Estado pode seguir, mesmo estando dirigido por representantes da classe explorada.

Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas (ENGELS, 2019[1884]).

Mascaro (2013) lança luz a essa questão quando aponta, em *Estado e forma política*, que:

A forma política estatal é fundamental à reprodução da sociabilidade do capitalismo, mas, ao se assentar como forma de um poder separado dos próprios agentes econômicos, ela pode até mesmo, eventualmente, ser disfuncional e contrária aos interesses da valorização do valor. Atravessado pelas pressões e pelos conflitos sociais de modo específico, o Estado pode se revelar um opositor de determinadas relações econômicas do capital (MASCARO, 2013, p. 30).

Voltando à questão da separação entre o político e o econômico, Mascaro disserta, nessa obra, sobre a abordagem marxista de Estado, e explana que tal separação de Estado e sociedade no sistema capitalista é necessária à própria reprodução do sistema. É a troca

de mercadorias que explica essa especificidade, isto é, a apreensão da força do trabalho e dos bens não é mais feita pela posse bruta ou violência física: há uma intermediação das mercadorias, garantida não pelo burguês, mas por essa instância apartada deles (MASCARO, 2013). Mascaro chama atenção para o fato de que esse mediador não é um complemento, mas uma parte necessária para essa forma de organização social.

No sistema em questão, são os vínculos jurídicos que garantem a mercadoria, a propriedade privada e a exploração do trabalho. Ressalta o autor:

[...] ao contribuir para tornar explorador e explorado sujeitos de direito, sob um único regime político e um território unificado normativamente, o Estado constitui, ainda afirmativamente, o espaço de uma comunidade, no qual se dá o amálgama de capitalistas e trabalhadores sob o signo de uma pátria ou nação (MASCARO, 2013, p. 21).

O Estado assegura, nessa perspectiva, os vínculos capitalistas e a exploração da força de trabalho sob forma assalariada, por meio de suas instituições e de sua jurisdição – um aparato político determinante e a princípio alheio às partes envolvidas, garantidor da dinâmica entre capital e trabalho.

Poulantzas contribuiu significativamente ao debate sobre Estado capitalista e poder, inicialmente com a sua obra *Poder político e classes sociais*, de 1968, especialmente na dimensão do nível jurídico-político do Estado. Uma das suas contribuições mais importantes foi acerca da “autonomia relativa” do Estado, expressão que cunhou para pensar a relação entre a burocracia estatal e as classes dominantes, ou seja, a separação característica no modo de produção capitalista entre Estado, representando o político, e produção, representando a esfera econômica (CODATO, 2008). A obra do autor pode ser dividida em três etapas.

Na primeira etapa, o Estado é definido como a estrutura com a função de garantir a coesão social, e para isso o Estado deve assegurar a reprodução das relações de produção capitalistas e da dominação da burguesia. Já na segunda etapa (1969-1975), o Estado é concebido como um aparelho, ou como define Codato (2008), um conjunto de aparelhos repressivos e ideológicos. A questão ideológica nesse momento é uma nova maneira de cumprir a função global do Estado. Nessa etapa, Poulantzas (1969) apresenta variações menores da estratégia estatal, apontando quais aparelhos do Estado devem ser “destruídos” e aprofundando a discussão sobre os modos de transição ao socialismo. Assim, o autor nos apresenta a necessidade de diferenciar as formas do Estado capitalista

e, dessa forma, a luta adequada à cada forma de dominação, além de elaborar a respeito das alianças entre as classes no processo de transição. Para Codato (2008), isso mostra como o Estado capitalista é nada menos que a expressão das contradições sociais, e as oportunidades de reorganização política da sociedade, até a transformação de um regime social em outro – do capitalismo ao socialismo – passa pelos conflitos políticos no interior do próprio Estado que deve ser destruído por dentro e não de fora.

Na terceira e última etapa da obra de Poulantzas, o Estado desloca-se da função do domínio repressivo-ideológico para o domínio econômico. É, com isso, o reflexo da relação entre classes dominantes e dominadas em uma determinada formação social, sendo “a via democrática para o socialismo democrático” fruto desse novo domínio do Estado, que se produzirá frente a rupturas políticas. Por fim, busca-se a destruição do Estado através de uma guerra civil com o propósito de realizar uma “transformação radical não somente dos aparelhos ideológicos do Estado, mas também dos aparelhos repressivos”, que formará uma nova correlação de forças em favor das massas populares no Estado (POULANTZAS, 1980, p. 17).

Poulantzas, em *Poder político e classes sociais* que faz parte da primeira fase de sua obra, atentou para a separação política dos trabalhadores como consequência da atuação do Estado através de seu aparelho jurídico e político. Acrescentou que os diferentes modos de produção constituem diferentes estruturas políticas, ideológicas e econômicas, e é o Estado a estrutura responsável por manter a coesão desses aspectos nas diferentes formações sociais. Sua função global é a política, mas ao seu redor se organizam as funções econômica e ideológica. Seu aparato cumpre, dessa maneira, as três funções (POULANTZAS, 1969).

Já na segunda fase de seu pensamento, o autor insere um novo elemento importante para compreender o Estado em sua forma capitalista: o fator ideológico exercido pelo Estado também é necessário para a coesão social. Dessa forma, a igreja, os partidos políticos, os meios de comunicação, as associações e a família também fazem parte de seu aparato. Ou seja, não é possível identificar o Estado como separado da sociedade.

Já na função política do Estado, está a mediação entre as classes dominantes e dominadas, de maneira que o Estado deve impedir a organização política das classes dominadas, e conseqüentemente manter sua situação econômica. Para isso, organizam-se os partidos como representantes da nação, que dificultam a identificação de classe e

garantem o apartamento das classes subalternas das instituições. No que diz respeito às classes dominantes, o Estado trabalha permanentemente pela sua organização a nível institucional, anulando os seus isolamentos econômico e ideológico e organizando politicamente de forma permanente as classes dominantes, inserindo-as em sua estrutura, em uma relação de classe politicamente organizada.

Entretanto, o Estado não é um simples instrumento da classe dominante, mas se apresenta como Estado nacional popular e, assim, representa a unidade política de agentes privados suscetíveis ao antagonismo econômico, que ao Estado cumpriria ultrapassar (POULANTZAS, 1969). A narrativa organizada pelo Estado é a de unidade do povo nação, que é necessária à sua manutenção, e enquanto trabalha como um Estado de classe, apresenta-se como o Estado de uma sociedade que não é dividida em classes. Poulantzas o denomina como “Estado das classes dominantes excluindo de seu seio a ‘luta’ de classes” (POULANTZAS, 1969, p. 240). E acrescenta que as classes dominantes constitutivas desse Estado se apresentam como representativas do interesse geral do povo. Com isso, o Estado capitalista pode garantir, nos limites do sistema, certos interesses econômicos das classes dominadas, o que forma parte de sua função (POULANTZAS, 1969), contribuindo para o domínio das classes dominantes e sua constituição política como representante geral do povo. Esclarece o autor:

A noção de interesse geral do ‘povo’, noção ideológica, mas que inclui um jogo institucional do Estado capitalista, denota um fato real: este Estado permite, pela sua própria estrutura, as garantias dos interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários aos interesses econômicos de curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos, com sua dominação hegemônica (POULANTZAS, 1969, p. 241).

Por fim, nos é importante mencionar a autonomia relativa das dimensões econômica e política no modo de produção capitalista, elaborada por Poulantzas. Saes (1998), relembra que a autonomia relativa das instâncias é um elemento do conceito do modo de produção, perpassando pelos modos de produção particulares (SAES, 1998). Na elaboração da característica da autonomia relativa no modo de produção capitalista, a obra de Poulantzas demonstra que a relação entre as estruturas econômica e jurídico-política no modo de produção capitalista é de intervencionismo recíproco, ou seja, o Estado é o instrumento de intervenção do quadro ideológico e político do modo de produção capitalista.

Essa autonomia também se manifesta no campo da luta de classes e na autonomia do aparelho do Estado ante as classes dominantes. Saes (1998, p. 60) ressalta que essa autonomia pode assumir diferentes formas, conforme o modo pelo qual o Estado capitalista “desempenha a função de organizar politicamente as classes dominantes, reservando algum, muito ou nenhum espaço para a ação dos partidos políticos defensores dos seus interesses. A possibilidade de as classes exploradas terem acesso ao aparelho estatal, de forma que essa quebra da homogeneidade de classe do aparelho estatal o faça ser regido pelo burocratismo se faz mediante a incorporação de membros de grupos sociais intermediários ao aparelho do Estado, onde todos os agentes da produção são definidos como sujeitos de direitos (SAES, 1998).

[...] este Estado permite, por sua própria estrutura, a garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas contrários eventualmente aos interesses econômicos de curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com os seus interesses políticos, com a sua dominação hegemônica (POULANTZAS, 1969, p. 10).

Essa autonomia relativa lhe permite [...] também intervir, conforme a conjuntura concreta, contra os interesses econômicos de longo prazo de uma ou outra fração da classe dominante: compromissos e sacrifícios por vezes necessários à realização de seu interesse político de classe (POULANTZAS, 1969, p. 113).

Ou seja, o Estado capitalista, para Poulantzas, se pauta pelos interesses políticos – manutenção da exploração do trabalho e da dominação de classe – da burguesia, tendo o Estado compromisso com esses interesses. Saes (1998, p. 63) aponta que, “o aparelho de Estado capitalista age correntemente no sentido de redefinir ou reconstituir os interesses econômicos dessas classes, com vistas a promover a conciliação dos mesmos”.

A autonomia do político pode permitir a satisfação de interesses econômicos de certas classes dominadas, limitando, ainda que eventualmente, o poder econômico das classes dominantes, freando se necessário sua capacidade de realizar seus interesses econômicos no curto prazo, mas com uma única condição – possível no caso do Estado capitalista – de que seu poder político e o aparato de estado permaneçam intactos (POULANTZAS, 1969, p. 243).

Claus Offe, por sua vez, em *Problemas estruturais do Estado capitalista*, aponta que o Estado não está a serviço ou é um instrumento de uma classe contra a outra, mas que este é necessário ao funcionamento do capitalismo. A estrutura do Estado consiste na imposição e na garantia de regras constitucionais que institucionalizam as relações de classe específicas para o funcionamento dessa organização social.

O conceito de Estado capitalista se refere a uma forma institucional do poder público em sua relação com a produção material. Essa forma institucional se caracteriza por:

- Privatização da produção – o poder público está estruturalmente impedido de organizar a produção material segundo seus próprios critérios políticos.
- Dependência de impostos – o poder público depende do sistema tributário que depende, por sua vez, do volume da acumulação privada.
- Acumulação como ponto de referência – o poder estatal depende do processo de acumulação capitalista. O interesse dos detentores de poder do estado consiste em manter as condições de exteriorização do seu poder através da constituição de condições políticas que favoreçam o processo privado de acumulação. O interesse em manter o exercício do poder e a continuidade da acumulação não se baseia em alianças entre o aparelho estatal e certas classes, nem no acesso privilegiado dos membros da classe capitalista aos centros de decisão do Estado. Para Offe (1984), esse acesso privilegiado não é a causa, mas sim o reflexo institucional da dependência estrutural da atividade em relação ao funcionamento da acumulação.
- Legislação democrática no sistema de governo parlamentar-democrático, em que um partido só consegue se apropriar do poder estatal quando encontra apoio majoritário, através das eleições gerais.

O exercício do poder através dos mecanismos democráticos-representativos, na regulamentação de conflitos, tem o sentido, no Estado constitucional burguês, de assegurar a forma politicamente duradoura, na esfera privada e na liberdade econômica, de forma a defender essas esferas.

Para Offe (1984), as eleições ajudam a encobrir o fato de que os recursos materiais, os únicos que permitem o exercício efetivo do poder estatal, dependem dos ingressos extraídos do processo de acumulação. E a utilização desses recursos somente é determinada pelas preferências do público eleitor na medida em que essas preferências estejam em consonância com os requisitos de uma acumulação continuada.

A política do Estado capitalista é o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem o acordo e a compatibilidade entre essas quatro determinações estruturais dele, elencadas acima. Ou seja, a política é o aspecto dinâmico da estrutura estatal. Como se operacionalizam essas quatro determinações estruturais? Segundo o

autor, só existe uma estratégia geral da ação do Estado: criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca (OFFE, 1984). Sua estrutura só se torna um problema quando não se dá a incorporação das unidades individuais de valor às relações de troca.

Offe (1984) argumenta que essa estratégia mais geral do Estado capitalista não visa a uma proteção especial de um interesse de classe, mas ao interesse geral em todas as classes – na base das relações de troca capitalista, como, por exemplo, a política educacional, que visa a que ambas as classes possam ingressar nas relações de produção capitalistas, ou as de pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de abrir novos mercados, proteger o sistema econômico nacional contra competição estrangeira, de promover o crescimento. Criar e preservar as condições sob as quais se possa perpetuar o processo de troca através do qual todos os valores da sociedade capitalista são reproduzidos. O critério mais abstrato e geral da política do Estado capitalista consiste em tomar as medidas e criar as condições para que todos os sujeitos jurídicos introduzam nas relações de trabalho a sua propriedade.

## **1.2 O Estado de Contrainsurgência**

Ao adentrarmos a questão da forma do Estado na América Latina, nos deparamos com o debate sobre o chamado Estado dependente, construído pelos autores da Teoria Marxista da Dependência, que por sua vez nasce a partir do debate marxista com a contribuição da especificidade da realidade latino-americana. O debate do Estado dependente é largo, de forma que iremos nos ater à teoria que nos é propícia para analisar a forma do Estado em momentos de golpe, qual seja, a do Estado de contrainsurgência, que é visto como uma forma que o Estado dependente assume na região nos momentos históricos de golpe. Para tanto, trarei dois nomes que conceitualizaram o Estado de contrainsurgência: Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio.

Ruy Mauro Marini trabalha o conceito do Estado no capitalismo e da forma de contrainsurgência que esse Estado assume. Maíra Bichir (2018) faz um esforço de reconstituir a elaboração do conceito pelo autor e observa que não há uma obra que o sistematize, mas aponta que há três momentos na obra de Marini em que ele define Estado.

No artigo *A pequena burguesia e o problema do poder*, publicado pela primeira vez em 1973, Marini aponta que a burguesia exerce o poder político por meio do Estado, com a finalidade de submeter as demais classes à exploração. Com isso, Marini justifica o porquê de a teoria marxista identificar “o Estado com o aparato burocrático-repressivo representado pelo governo, burocracia, tribunais, prisões, polícia, Forças Armadas” (MARINI 2019, p. 103). O autor argumenta que essa expressão material conta ainda com o direito e as leis. Em *El Principito: Las dictaduras hacen girar el sol* (1978), ele ainda reforça o entendimento do Estado como um aparelho, expressão da burguesia e de caráter burocrático-repressivo (BICHIR, 2018). E no trabalho *La cuestión del fascismo em América Latina* (1978), o autor concebe o Estado como a síntese das estruturas e relações de dominação existentes na sociedade.

Em síntese, Marini (1987) vê o Estado como guardião da ordem estabelecida, que a cumpre mediante o monopólio da força. Já a ideologia burguesa cumpre papel em bloquear a unidade da classe trabalhadora enquanto classe, ou seja, impedindo-a e dissolvendo-a antes que ela tome forma e assim chegue ao poder. O Estado se sustenta, dessa forma, pela coerção e pela ideologia, como mecanismo para o exercício do poder político.

Esses fatores demonstram que a autonomia do Estado é relativa, isto é, o Estado pretende atuar com aparência de independência frente às classes sociais, mas está diretamente vinculado às classes dominantes as quais representa, principalmente quando as políticas de Estado ferem os interesses desta (BICHIR, 2018).

O autor também discute sobre o Estado na América Latina, que ele define como Estado dependente. A função geral do Estado na região é a mesma: garantir a reprodução do capital e a dominação da classe burguesa. Suas características por outro lado são próprias. Esses Estados já se formaram, na visão de Marini, como Estados capitalistas. Evidencio aqui dois argumentos utilizados pelo autor: i) o Estado capitalista começou a se constituir na região em 1840, e sua gênese se dá no momento em que o capitalismo se consolidava como o modo de produção dominante na Europa; ii) o próprio Estado oligárquico-burguês é uma forma do Estado capitalista, e sua forma capitalista corresponde à economia exportadora (BICHIR, 2018, p. 7-8).

Ao elaborar o conceito do Estado na América Latina, Marini traz a contribuição do que denomina de Estado de contrainsurgência. O conceito é trabalhado em *O Estado de Contrainsurgência na América Latina*, e se tornou um texto a partir de sua intervenção

no seminário *Las fuentes externas del fascismo: el fascismo latinoamericano y los intereses del imperialismo*, ocorrido em 1978, no México. Em 1995, a intervenção de Ruy Mauro Marini ganhou o título e foi veiculada no tomo III da coletânea *La teoría social latinoamericana: textos escogidos*, organizada por Ruy Mauro Marini e Mária Millán, e publicada pela Universidad Nacional Autónoma de México.

O conceito foi concebido no auge dos golpes militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Todavia, não se refere apenas às ditaduras militares, tratando também de governos civis. Seu objetivo é compreender a forma e a especificidade que assume o Estado na contrarrevolução latino-americana. A base sobre a qual se estrutura esse Estado está em três eixos.

O primeiro é a mudança de estratégia global estadunidense e a formulação da doutrina de contrainsurgência, que estabelece a linha de enfrentamento aos movimentos revolucionários com base no aniquilamento do oponente, o que implica em ver a luta de classes como guerra. Na conquista de bases sociais, o movimento revolucionário é visto como algo externo à sociedade que provoca a subversão ao se infiltrar. Na sua institucionalização, representa o reestabelecimento da democracia burguesa sob sua organização política parlamentar e liberal.

O segundo eixo discutido por Marini é relativo à transformação estrutural das burguesias nativas, que se deu através do sistema de produção latino-americano no seio do sistema imperialista mediante investimentos do capital estrangeiro, subordinação tecnológica e penetração financeira. Tal processo ocorreu de 1950-1960 e marca o desenvolvimento da burguesia monopolista, ligada à burguesia imperialista – especialmente à estadunidense. Para Marini (1978) a integração imperialista correspondeu, junto com a superexploração do trabalho, ao aprofundamento da centralização do capital e à proletarização da pequena burguesia. Com isso, a luta de classes foi exacerbada e houve o rompimento do esquema de alianças adotado até então pela burguesia, pelas contradições intrínsecas entre o capital monopolista e o não monopolista, e pela luta surgida entre a burguesia e a pequena burguesia que, proletarizada, aproximou-se da aliança com o proletariado e o campesinato. Seu resultado foi o abandono do Estado populista, que favorecia a acumulação de todas as frações da burguesia. Em seu lugar, surgiu um novo Estado, voltado aos interesses das frações monopolistas nacionais e estrangeiras, sob as quais as outras frações da burguesia

deveriam se submeter, estando seu desenvolvimento em dependência do capital monopolista (MARINI, 1978).

O terceiro eixo que estrutura o Estado de contrainsurgência diz respeito à ascensão do movimento de massas. Aqui Marini, se refere ao desenvolvimento do movimento de massas iniciados com a revolução boliviana em 1952 e com o pico na revolução cubana, resultando na radicalização dos movimentos populistas em diversos países. Estes são formados pelas camadas intelectuais da pequena burguesia, pelo movimento camponês que ganha vulto e pelo movimento operário que se desenvolve como produto da industrialização das décadas anteriores. É este movimento de massas que age nas brechas do sistema de dominação, escancarando as contradições existentes nele. A contrarrevolução nasce da reação violenta da burguesia e do imperialismo em reação a esse movimento de massas e, como seu produto, o Estado de contrainsurgência.

O Estado, formado a partir dessas bases, assume traços distintivos da forma do Estado capitalista encontrado anteriormente, com uma hipertrofia do poder executivo caracterizado por dois braços centrais de decisão: o ramo militar e o ramo econômico, consagrando assim a aliança entre Forças Armadas e capital monopolista que centralizam a tomada de decisões. Já os interesses que regem esses grupos podem ser identificados a seguir:

Os tecnocratas civis e militares, que se ocupam da gestão do Estado, não são mais do que a representação política do capital [...] a fusão dos interesses corporativos das Forças Armadas e da burguesia monopolista não deve obscurecer o fato de que esta última representa uma fração propriamente capitalista da burguesia enquanto que as Forças Armadas (ou, para ser mais preciso, a oficialidade) não é senão um corpo de funcionários cuja vontade econômica e política é rigorosamente a da classe a que serve (MARINI, 2018, p. 8).

Marini analisa, por fim, a forma que os Estados poderiam tomar no período de redemocratização e as mudanças no Estado contrarrevolucionário, com a queda das ditaduras e o retorno da institucionalização e da “democracia limitada” – chamada na época pelos teóricos do Departamento de Estado norte-americano de “democracia viável” ou “democracia governável”. O poder na mão da elite tecnocrática-militar se flexibiliza, para que as distintas frações burguesas possam ocupar espaço. De toda forma, para Marini, esse cenário se encaminharia para o que ele chama de um “estado de quarto poder”, onde as Forças Armadas continuam exercendo um papel de vigilância, controle e direção no aparato Estatal.

Jaime Osorio (2019), outro expoente da Teoria Marxista da Dependência, ao caracterizar as particularidades do Estado no capitalismo dependente, também utiliza o conceito de Estado de contrainsurgência, identificado após o período de industrialização. Aqui, é necessário apontar as bases sobre as quais esse Estado dependente se estabelece, representando a condição dependente das formações sociais em que este se constitui, em articulação com uma particular modalidade de exploração – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores.

Caracterizado por relações restritas de soberania, há a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes dominantes do mundo desenvolvido e imperialista, sendo essa relação uma condição à sobrevivência das classes dominantes locais. O projeto de desenvolvimento dessa burguesia é, então, subordinado ao capital externo, o que é compensado pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo. A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato, assim, no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar projetos hegemônicos. (OSORIO, 2019)

Esse processo capitalista direciona a produção para mercados estrangeiros e/ou estreitas camadas sociais que formam restritos mercados internos, em meio à concentração de riqueza e ao escanteamento das necessidades da população. Com isso, há o aumento do subemprego e do desemprego, aumentando a jornada e a intensidade do trabalho e, dessa forma, gerando altos níveis de conflitos sociais, potencializando o enfrentamento social e a luta de classes. A ordem social necessita, dessa forma, de um exercício férreo do poder político e de mecanismos coercitivos poderosos por parte do Estado, que estaria acima da sociedade. O Estado é a encarnação de um poder que mitigaria o despotismo cotidiano do capital, agindo como uma autoridade protetora.

Com a ascensão da industrialização, se acomodam os interesses da nascente burguesia industrial com os interesses da burguesia agrária, encontrando importantes aliados na pequena burguesia e no novo proletariado industrial. É importante salientar, nesse contexto, que o processo de industrialização na América Latina se estabeleceu apoiado no sistema primário-exportador, acentuando as contradições de classe e as possibilidades do capital em manter a médio e longo prazo as alianças que haviam sido construídas com as classes exploradas.

Osorio (2019), ao olhar para os anos 1950 e 1960 na região, assinala que a classe operária estava fortalecida, assim como a pequena burguesia, que cresceu em número e

em suas organizações sindicais e partidos políticos. O ativismo popular explodiu na história da América Latina e é nessa conjuntura que o autor identifica o Estado de contrainsurgência. Nesse contexto, Osorio (2019) aponta que os Estados latino-americanos adotaram a doutrina de contrainsurgência reinante na tática militar estadunidense, na qual formaram-se também os militares latino-americanos, para onde vieram gerações de oficiais e suboficiais que passaram a compor o alto escalão das Forças Armadas.

A guerra passaria a ser interna, não mais externa. Aqui, em contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos adotaram a política anticomunista, sob o pretexto de que o comunismo estaria preparando no exterior os quadros latino-americanos para instaurar uma política insurgente dentro das sociedades latinas. Complementar a tal política, estavam as necessidades do capital nacional associado ao capital estrangeiro na reprodução do capital, e a reconversão de novos projetos, que rompeu alianças políticas com amplos setores populares, visando a disciplinar o campo popular. Houve alto grau de repressão, e os aparatos repressivos do Estado perseguiram qualquer sujeito “qualificado como subversivo” (OSORIO, 2019). Este Estado assumiu a forma de ditaduras militares através de golpes de Estado, como as ditaduras impostas na América Latina nas décadas de 60 e 70. Houve também países onde não ocorreram golpes e os Estados assumiram a forma de contrainsurgência em governos civis. Os militares assumem na contrainsurgência o aparato do Estado enquanto instituição. Houve países onde não ocorreram golpes e os Estados assumiram a forma de contrainsurgência em governos desta natureza, entretanto com um novo papel das Forças Armadas dentro destes.

Nessas configurações de Estado, a violência tem como objetivo gerar uma “paz social” que torne possível as novas modalidades de reprodução do capital com altos custos para as condições de vida e de trabalho da população. O objetivo assumido na época era:

[...] uma paz para a conformação de um novo padrão de reprodução – exportador – que reproduzisse a dinâmica das economias dependentes em toda sua ferocidade com uma estrutura produtiva orientada a ignorar as necessidades do grosso da população, a não a integrar ou integrá-la apenas marginalmente ao mercado e a redobrar os mecanismos de superexploração (OSORIO, 2019, p. 219).

O Estado de contrainsurgência é, então, a forma política para realizar as fraturas sociais e políticas geradas, que mais tarde se estenderão sob a dinâmica do mercado e as políticas neoliberais que acompanham as novas formas de reprodução do capital.

A partir das contribuições de Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio, conseguimos compreender, portanto, o significado do Estado de contrainsurgência, conceito construído no auge dos golpes e ditaduras militares nos anos 1960 e 1970, mas que nos oferece ferramentas que permitem verificar um padrão de Estado que se repete em momentos de insurgência das massas na América Latina, possibilitando analisar como atua o Estado no golpe boliviano de 2019, objeto dessa pesquisa.

### **1.3 O que é o golpe de Estado**

O conceito de golpe de Estado é utilizado para analisar processos históricos em todo o mundo, incluindo as quedas presidenciais em toda a América Latina. Contudo, é necessário irmos além do uso na controversa política dos termos e entendermos a necessidade de sua conceitualização. Os golpes fazem parte da realidade política latino-americana, e de todo o sul global, e o termo “golpe de Estado” está presente em uma vasta literatura que analisa os golpes de Estado em diversos países. A literatura teórica sobre seu conceito, todavia, é mais escassa.

O início da literatura foi estabelecido no século XVII com Gabriel Naudé, ao definir o *coup d'état* como as ações que os príncipes eram forçados a tomar em situações difíceis, contrariamente à lei comum e sem qualquer forma de ordem ou justiça. Ao abordar que o conceito de golpe deveria se atrelar ao sujeito e aos meios excepcionais que este utilizaria para conquistar o poder, o *coup d'état* era retratado como uma conspiração palaciana e seu protagonista era o soberano (NAUDÉ, 1979).

Foi depois do golpe de Luís Bonaparte, em 1851, que a literatura referente ao tema se expandiu. Uma mudança conceitual importante ocorreu no século XIX: o uso da ideia de *coup d'état* não tinha mais como sujeito exclusivamente o soberano e não se dava apenas nos palácios imperais. A elevação de Napoleão a primeiro-ministro, por exemplo, foi tramada no interior do Conselho de Anciões e do Conselho dos Quinhentos, e contou com a intervenção do exército. Marx descreve os episódios que levaram Bonaparte ao poder como uma série de golpes e contragolpes (MARX, 2011 [1852]). Percebe-se que, a partir do século XIX, o conceito de golpe passou a se distinguir do modelo apresentado

por Naudé, de forma que o sujeito ainda era o soberano, mas as condições nas quais o golpe se efetivava eram mais complexas e com mais envolvidos, já que a trama do golpe de Bonaparte envolvia também os que estavam de fora do palácio, em especial a Assembleia Nacional (BIANCHI, 2016).

A partir do século XX, o conceito de golpe de Estado assumiu novas formas. Na obra clássica do escritor Curzio Malaparte, *Technique du coup d'état* (1981), o golpe de Estado seria o próprio ato de conquista do poder político, onde o uso da violência representaria um componente incontornável. Malaparte chama atenção para o fato de que, para se conseguir um golpe de Estado exitoso, é preciso ocupar e controlar os centros de poder tecnológico do Estado (representados, na época, pelas redes de comunicação, a rádio, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários), o que permitirá o controle do poder político (BARBÉ, 2007).

Já Edward Luttwak, em seu livro *Coup d'état: a practical handbook*, define golpe de Estado como um fenômeno moderno: “Supondo que haja um procedimento estabelecido para a troca de governos, então quaisquer outros procedimentos diferentes deste entram no campo da ilegalidade” (LUTTWAK, 1991 [1969]). Perissinotto (2016) aponta, a partir do conceito de Luttwak, que um golpe é essencialmente a substituição de um governo por meio de procedimentos não previstos, ou seja, o rompimento nas regras do jogo sucessório. O golpe não estaria então vinculado à conspiração palaciana e à pessoa do governante:

[...] o golpe é algo muito mais democrático. Pode ser conduzido ‘de fora’ e opera na ala fora do governo, mas dentro do Estado, que é formada pelo funcionalismo público permanente, pelas forças armadas e pela polícia. O objetivo é desligar funcionários permanentes do Estado da liderança política (LUTTWAK, 1991 [1969]).

Dessa forma, Luttwak, a partir de uma grande gama de casos, apresenta uma definição de golpe de estado mais abrangente do que a que encontramos em Malaparte. Luttwak entende o golpe, pois, como não sendo apenas uma técnica apropriada de uma orientação política particular.

A obra de Barbé é analisada por Perissinotto, a partir da qual o termo golpe de estado “foi assumindo sentido mais preciso com o advento do constitucionalismo moderno. Ou seja, a sua vigência tornou possível que a definição de golpe tivesse em seu centro a ideia de ‘violação da constituição legal do estado” (PERISSINOTTO, 2016, p.2). Outro ponto essencial da obra desse autor é o fato de que o golpe seria executado por

meio do uso do aparelho de Estado, isto é, “um golpe consiste em infiltrar um pequeno, mas crítico segmento do aparelho estatal, que então é usado para desalojar o governo do controle do resto desse aparelho” (BARBÉ, 1999). Dessa maneira, o golpe se definiria pela violação constitucional e pelo fato de ser efetuado por órgãos do Estado.

A partir da segunda metade do século XX, a literatura distingue o golpe de estado da revolução. Bianchi (2016) aponta que a diferença entre ambos está no sujeito do processo: enquanto o golpe de estado tem como sujeito a burocracia estatal, no caso da revolução, o sujeito são as “massas populares”. Nesse sentido, Moniz Bandeira (2008), em seu livro *Fórmula para o Caos*, analisa a derrubada de Salvador Allende e traz a diferença entre golpe e revolução:

A diferença fundamental entre um mero golpe e uma Revolução consiste no fato de que uma revolução subverte a estrutura econômica e social de uma sociedade, visto que o golpe quase sempre visa preservar o status quo ou apenas mudar um governo ou sistema jurídico, revogar ou ajustar a constituição, representada na folha de papel [...] Houve golpes de Estado que se autodenominaram revolução, como aconteceu no Brasil em 1964, para que o Estado-Maior das Forças Armadas assumisse o papel constituinte, para editar atos institucionais, que cerceavam as liberdades e direitos civis, reprimindo o movimento sindical e favorecimento aos empresários nacionais e, sobretudo, estrangeiros (MONIZ, 2008).

Já Finer (1962), em seu clássico estudo sobre golpe, aponta que este é a eliminação do chefe do Estado com o objetivo de que se mude o governo, exigindo preparação das forças políticas que tomam o poder. Na sua perspectiva, os golpes reformulam os poderes do Estado e tendem a conferir maior poder às Forças Armadas.

Tomando como base a evolução do conceito, Alvaro Bianchi (2016) salienta que o *sujeito* do golpe de estado moderno é, como Luttwak afirmou, uma fração da burocracia estatal e seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado – que pode ser, inclusive, o próprio governante. Os *meios* são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular do regime democrático liberal e o *fim* é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas.

Diante disso, percebe-se que o conceito de golpe tem sua origem em autores europeus, todavia, ao olharmos para a literatura latino-americana referente ao tema, encontramos uma vasta análise de processos históricos relacionados a golpes que ocorreram na região a partir da década de 1960. Os estudos latino-americanos centram grande importância ao caráter militar do golpe, já que essa foi a experiência com maior

recorrência vivida na região: a suplantação de governos eleitos por governos militares, fruto de golpes protagonizados pelas Forças Armadas e com caráter contrarrevolucionário, no qual o golpe foi o meio usado para cessar governos com aspirações socialistas ou simplesmente com intenções reformistas de aprofundamento da democracia burguesa. Nesse sentido, Serrano (2010) argumenta que os golpes de Estado na América Latina abriram uma época de interrupção autoritária em busca de uma nova ordem social de disciplinamento da sociedade civil.

Como vimos, os autores compreendem o conceito de golpe como um meio excepcional na ordem política. Aqui abordamos o conceito como um elemento inerente ao sistema capitalista dependente. Alysson Mascaro, em *Crise e Golpe* (2018), faz uma análise do que significa o golpe no sistema capitalista. Para o autor, o regime capitalista busca operar através das formas legalistas. Por outro lado, o Estado que organiza esse sistema legal tem como função primordial dar sustentação ao sistema em curso, o que desemboca seguidas vezes em colocar as bases legalistas de lado. Mascaro alerta, todavia, que a exceção está presente no cálculo da legalidade. O golpe, dessa forma, não pode ser tomado como uma disfunção do regime em curso, mas sim como uma variável dele. Dessa forma “há uma reiterada exceção em favor do capital, do poder, dos círculos de influência e interesse, do que concorda com a ideologia reinante; [...] em dadas situações típicas, a exceção imperará sobre a legalidade” (MASCARO, 2018, p. 98). Mascaro, em seguida, chama a atenção quando fala em exceção típica, o que se encaixa como uma luva na realidade latino-americana:

[...] há a exceção como ruptura ou como câmbio tanto da legalidade quando da própria exceção típica; nisso, o cálculo capitalista se faz pelo custo da disrupção em face do custo da crise do modelo então assentado (MASCARO, 2018, p. 98).

O próprio sistema, em sua legalidade, carrega consigo a exceção, afinal, é a própria estrutura do Estado que articula e promove o golpe, isto é, a própria estrutura “democrática” carrega os meios para a destituição presidencial vista como ilegal e como desvio do sistema. Entretanto, o que predomina, como coloca Mascaro, é que “a força da mercadoria, do capital, dos vínculos de exploração e da acumulação são determinantes materiais maiores que a própria legalidade que é seu instrumento excelente, mas não único” (MASCARO, 2018, p. 98).

Isso significa que o golpe não é a negação da política estatal, mas uma de suas formas de resolução de crise e de mudança das forças sociais dirigentes do Estado, “legalidade e exceção são estruturais à acumulação” (MASCARO, 2018, p. 99). Trazemos aqui também uma passagem de Boron (2009) que contribuiu para reformar esse argumento, quando elabora acerca do golpe de Honduras. O autor diz que bastou um intento de aprofundar a democracia sob a égide do capitalismo que “os distintos dispositivos institucionais do Estado se mobilizaram para impedi-lo, desmentindo desse modo seu suposto caráter democrático” (BORON, 2009).

Diante do exposto, vemos que a revisão do conceito de golpe contribui para perceber a sua evolução na teoria política, já que a evolução do conceito se estabeleceu em conjunto com a evolução dos processos políticos. Dessa maneira, ela nos leva a uma análise mais clara do porquê serem identificados como golpes os processos que aconteceram na América Latina e aqui, mais especificamente, na Bolívia no último período. A partir da evidenciação dos elementos comuns dos processos que levaram ao surgimento do conceito e dos processos atuais, percebemos a necessidade de investigação sobre os meios que o Estado possui, em sua própria estrutura, para a mudança de governante por meios não previstos, a exceção do regime não previstos é, dessa forma, garantida pela própria estrutura do Estado.

## 2 A LUTA DE CLASSES NO ESTADO BOLIVIANO

Zavaleta Mercado, expoente do marxismo na Bolívia, contribui para a compreensão dessa sociedade, e a define como uma *sociedad abigarrada*, ou seja, uma formação social em que se sobrepõem tempos históricos distintos, correspondentes a distintas relações de produção que pouco se articulam entre si. O Estado nessa formação social invisibiliza a diversidade ao invés de representá-la, agudizando as contradições que emergem nos momentos de crise, o que Zavaleta (1988) chama de momentos de *desgarramiento e universalidad*. O teórico boliviano chama a atenção que para estudar o país é preciso investigar a “crise nacional geral como método de conhecimento” (ZAVALETA, 1988, p. 20), a qual traduz o movimento dessa sociedade que avança por espasmos, onde momentos constitutivos estão na referência de análise.

Ao olharmos para o controle do Estado no país, percebemos que, assim como outros países da região, a independência da Bolívia em 1825 não veio acompanhada de uma verdadeira independência política. A exploração de classe continuou voltada aos interesses estrangeiros – com a burguesia nacional à frente dessa exploração, a partir da direção do Estado, e os descendentes de populações originárias, que são a parte majoritária da sociedade boliviana, continuaram a ser a classe explorada e ter suas referências culturais marginalizadas, formando um rígido abismo entre as classes sociais (SANTOS, 2018). A divisão de classes sociais na Bolívia obedecia e segue obedecendo a divisões raciais, nas quais o discurso da supremacia biológica branca é um instrumento para a legitimação política das relações de dominação, em um contexto de intensa atuação imperialista expressa na atuação das grandes cooperações mineradoras e hidrocarboníferas.

Para compreender a exploração da classe explorada no país, composta principalmente por indígenas e camponeses, bem como a luta de classes no interior do Estado, concentrei meu foco sobre o século XX, com mais atenção ao período do neoliberalismo que se inicia em 1985 e se encerra com a vitória de Evo Morales em 2005. O século XX, na análise de Zavaleta (1995), é uma sequência de ciclos militares e civis que se estabelecem como fruto das condições internas e da dinâmica dos eventos internacionais. Os ciclos militares correspondem aos períodos de 1934-1946 e 1964-1982, enquanto os ciclos civis da democracia representativa referem-se a 1899-1934, 1952-

1964 e ao que se inicia em 1982, momento da redemocratização do país após os governos militares e que é o pontapé para o neoliberalismo.

Inicialmente, chamamos a atenção para o fato de que, mesmo após a independência e a inauguração da democracia liberal, os militares ocuparam boa parte dos governos no país. Todavia, os interesses que guiavam os governos não se alteraram significativamente; tanto os governos militares quanto os civis (com exceção do governo que se instalou com a Revolução de 1952) eram formados por representantes da burguesia internacional e da sua sócia burguesia nacional. Houve uma realocação de representantes, todavia os interesses defendidos não se alteraram. Nesse caminho, Álvaro Garcia Linera (2006) qualifica os ciclos militares como um longo ciclo político caracterizado pelas facções militares e que fizeram do Exército a principal instituição de acesso e garantia ao poder político. O poder se alternou entre facções civis ou caudilhos militares, vistos como liberais ou protecionistas, conformando uma estabilidade governamental das elites. Já os indígenas passaram a ter direito a participar da política formal, de votarem e a serem eleitos, mais de um século depois da independência, em 1952.

A seguir, iremos explorar alguns pontos importantes desse processo histórico. Iniciaremos com a discussão de alguns fenômenos anteriores ao período do neoliberalismo que merecem uma breve análise com a finalidade de demonstrar a luta de classes em torno do poder do Estado e o seu caminho na realidade política boliviana, numa articulação entre burguesia e Estado, com alguns movimentos de repressão à classe trabalhadora para conter as suas reivindicações.

## **2.1. Da independência à primeira metade do século XX**

A Bolívia foi uma das primeiras colônias a rebelar-se contra o colonizador espanhol, e em 1825 atingiu a sua independência sob a liderança de Simon Bolívar. Todavia, os povos indígenas tiveram seus líderes políticos aniquilados após a tentativa de emancipação e de formação de uma república indígena aimará dirigida por Tupac Katari em 1781, de forma que poucos dos líderes indígenas presenciaram o momento da independência. Foram as elites locais, proprietários de fazendas, letrados e funcionários do antigo sistema colonial que organizaram a nova república. Resta claro, dessa forma, a preservação da maior parte das hierarquias sociais coloniais; já os setores populares ficaram de fora da estrutura de sua formação. Deste momento até 1880, o aparelho estatal

esteve dominado pela presença de caudilhos militares, com sequenciais golpes de Estado. Observa-se que, a partir de 1830, realizaram-se eleições, todavia os poucos governos civis tiveram seus mandados interrompidos.

Na transição entre o século XIX e o século XX, é fundamental mencionar a Convenção Nacional de 1880, que inaugurou um novo momento político chamado de *democracia censitária* e que duraria até a Guerra do Chaco, em 1932. Outros momentos cruciais na história boliviana a serem mencionados foram as guerras que levaram à perda de partes do seu território. Ressalto a Guerra do Pacífico (1879-1883), na qual o país perdeu a sua saída ao mar para os chilenos e que até hoje é motivo de tensão; e a Guerra do Chaco com o Paraguai, em disputa pela região do Chaco Boreal, rica em petróleo e objeto de interesses das potências imperialistas e das burguesias internas, a qual levou à morte de 50 mil bolivianos. García Linera (2006) destaca que esses processos influenciaram a economia do país e a formação de uma consciência coletiva de mutilação e derrota histórica. As derrotas nas disputas levaram, ademais, à perda de prestígio dos militares.

A partir da Convenção de 1880, que levou ao fim dos governos militares, o poder passou a ser controlado por governos civis, alternando entre liberais e conservadores. A seu turno, foram realizadas algumas mudanças institucionais na estrutura do Estado, como a implementação do bicameralismo parlamentar<sup>1</sup>, as eleições dos membros da Corte Suprema de Justiça, a garantia dos direitos individuais, a descentralização administrativa e a prática das coalizões parlamentares.

Iniciou-se um ciclo de acesso à estrutura do Estado por meio de eleições, um processo que, todavia, se estendia apenas à elite próxima ou formada pelos novos empresários da mineração. Ressalta-se que na passagem do século XIX para o XX, o capitalismo consolidava sua fase imperialista, e nesse momento a Bolívia cumpria o papel de fornecedora de estanho, consolidando-se nesse processo novos empresários da mineração – os Barões do Estanho. O mineral teve importância econômica cada vez maior ao longo do século XX – entre 1940 e 1949 atingiu 75% da exportação do país. Entretanto, assim como outros minerais e hidrocarbonetos, a sua exploração esteve sempre ligada às dificuldades de localização das reservas, o que exigia altos investimentos para a

---

<sup>1</sup> Existem duas formas do poder legislativo, o unicameral e bicameral. O modelo bicameral é o mais comum nas democracias atuais e, com o advento da democracia burguesa, é composto por duas câmaras que exercem controle uma sobre a outra (ARAÚJO, 2007).

construção de estradas, ferrovias e oleodutos. Andrade (2012) ressalta que, devido a essa condição, apenas as grandes empresas e grandes proprietários conseguiram controlar a exploração de estanho e, em consequência, o Estado, dependente dos ingressos da mineração, tornou-se representante dos interesses dos grandes mineradores. Essa situação só se alterou com a nacionalização das minas em 1952.

Resta claro ainda que, a partir da queda internacional dos preços do mineral em meados de 1920, houve grande abalo na economia do Estado. Com a crise internacional de 1929, a Bolívia entrou em recessão e houve uma onda de fechamento de minas e desemprego, assim como de alta do preço dos alimentos. Naquele ano, cerca de 37% do orçamento era voltado para o pagamento da dívida pública, advinda de grandes empréstimos internacionais no período (ANDRADE, 2012). A luta de classes se agudizou com manifestações do proletariado mineiro e massacres operários e indígenas por parte do Estado, como o de *Jesus de Machaca* em 1921, o de *Uncia* em 1923 e o de *Chayanta* em 1927, o que resultou em indignação das comunidades indígenas e na organização do movimento operário e artesão com a ascensão das ideias de reforma social, sob o lema “terras aos índios e minas ao Estado”.

Foi suscitada uma consciência contra as oligarquias que dominavam o país. Esse desejo de mudança da ordem social foi encabeçado pelos jovens militares nacionalistas<sup>2</sup> e enfraqueceu o poder das antigas elites. Daniel Salamanca, então presidente, acabou renunciando em 1934 e, a partir desse momento, novos partidos também ganharam espaço, como o Partido Operário Revolucionário (POR) e o Partido Esquerda Revolucionária (PIR), ambos marxistas, bem como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), com caráter liberal nacionalista e que, após as ditaduras militares no país, passou ao campo neoliberal, assim como as federações sindicais, como a *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* (FSTMB) e a *Central Obrera Boliviana* (COB).

Os jovens militares nacionalistas chegaram ao poder em 1936 através de um golpe de Estado e permanecem até 1946 em coalizões com os partidos civis. A tomada do poder pelos militares diretamente foi a primeira desde 1880. O período foi caracterizado pela intervenção do Estado na economia mineradora, abolição da servidão e aprovação do voto

---

<sup>2</sup> Os militares nacionalistas estavam ligados à Loja RADEPA (Razón de Pátria), que chegou ao poder na pessoa do presidente Major Gualberto Villaroel e tinha como principais bandeiras o combate à oligarquia e o nacionalismo.

feminino<sup>3</sup>. Foi permitido também o direito à sindicalização e ampliou-se a estrutura do Estado através do Banco Mineiro, da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* – YPFB<sup>4</sup> e da primeira refinaria boliviana, que passou a operar no lugar da estadunidense Standard Oil. Várias dessas medidas, todavia, não conseguiram ser totalmente executadas devido à intervenção das forças conservadoras. Em contraposição, em 1939, formou-se a “Concordância”, pacto dos conservadores formado entre os Partidos Liberal, Republicano Genuíno e Republicano Socialista, os principais partidos da elite do país, os quais defendiam o sistema econômico de livre-cambismo e o retorno às políticas anteriores à Guerra do Chaco (ANDRADE, 2007. p. 39).

Entre 1940 e 1943, e principalmente de 1946 a 1952, os Barões do Estanho retomaram o seu poder e a repressão aos camponeses e mineiros se intensificou. Dois grandes massacres ocorreram em 1942 e 1949; nesse último ano, uma guerra civil tomou forma, e com isso os protestos e greves cresceram exponencialmente, com uma greve geral instalada em 1950. Após esse período em que o Estado foi controlado pelos conservadores, o terreno para a Revolução de 1952 se consolidou.

Ao falar da burguesia que compunha o Estado boliviano, menciono ainda a *Rosca*, um conceito que contribuiu para a compreensão da formação da burguesia nesse período, colocada como uma oligarquia. A palavra é utilizada pela tradição democrática para designar a captura do Estado boliviano pela burguesia que dominou a política e a economia do país até a Revolução de 1952, e que tem como significado *um emaranhado de interesses de setores da sociedade que são contra os interesses e cultura das massas populares*. Seu núcleo era composto pela grande mineração – os Barões do Estanho, apresentados anteriormente, usufrutuários de grandes fortunas internacionais formadas com os metais originários das montanhas bolivianas e extraídos pelas mãos dos nativos, pela aristocracia feudal latifundiária e os consórcios imperialistas, principalmente seus agentes crioulos no interior do território da República. Sua dominação derivou da exploração dos trabalhadores e do apoio do Estado. Como visto, foi inclusive com base nas forças do Estado que ocorreram matanças e chacinas no período.

---

<sup>3</sup> Aprovado em 1938.

<sup>4</sup> Empresa pública dedicada à exploração, destilação e venda do petróleo e seus derivados. Foi criada em 21 de dezembro de 1936, no governo do general David Toro.

## 2.2 Revolução de 1952 e Ditadura Militar

Um dos espasmos, a que se refere Zavaleta, referentes a uma história de crises e golpes e contragolpes, levou à Revolução de 1952, episódio fundamental para compreender a história boliviana e resultado da instabilidade política e do conflito de classes acumulado (SANTOS, 2018). Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018) percebe essa Revolução não só como a derrubada do governo, mas do próprio Estado, tomado a partir de uma insurreição popular. Alvaro Garcia Linera (2006), por outro lado, a classifica como um golpe de Estado liderado pelo MNR, que se transformou em uma insurreição popular. Para entendermos melhor tais reflexões, apresentaremos a seguir brevemente o seu processo.

Em 1951, ocorreu um clássico conhecido da história política boliviana: o “Mamertazo”, que se refere ao golpe de Hugo Balliván diante da vitória de Victor Paz Estenssoro (líder do Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR), que havia sido vitorioso nas urnas naquele ano. O resultado das eleições foi ignorado e Balliván foi nomeado o novo presidente. O golpe ficou conhecido como “Marmetazo” e sua junta ficou conhecida como “junta usurpadora” (SEGABINAZZI, 2007, p. 124). Com isso, o MNR, em um movimento de contragolpe, apoiado pelos sindicatos operários das cidades e das minas sob a égide dos setores populares urbanos, tomou postos policiais e quartéis militares, provocando uma insurreição armada. O Exército foi derrotado e, em 13 de abril de 1952, foi instalada a Revolução. Com o triunfo da Revolução, Balliván caiu, encerrando-se assim o período de governos conservadores no país, após seis anos de restrições e milhares de mortes anônimas (ZAVALETA, 1990).

Paz Estenssoro assumiu a presidência entre 1952 e 1956, sendo eleito presidente novamente em 1960. Hermán Siles Zuazo ocupou a presidência entre seus governos (1956-1960). O objetivo central da Revolução era o fim da dinâmica política instalada até então. A nova ordem estabelecida contribuiu para dar respostas às demandas de grupos sociais importantes, em favor de mudanças radicais (SANTOS, 2018). Com a vitória da Revolução, ganhou corpo também a Central Operária Boliviana – COB, com os operários das fábricas e das minas assumindo seu núcleo, que passou a ter um papel central na política do país dali em diante, com a organização das reivindicações da classe trabalhadora ao governo (GARCÍA LINERA, 2006).

Bedregal (1999) argumenta, em sua obra dedicada a Víctor Paz Estenssoro, que a Revolução de abril não foi uma revolução de classe, mas uma aliança de classes contra a oligarquia e o imperialismo: operários, camponeses e os setores da classe média baixa, com influência decisiva dos mineiros organizados, foram o motor conceitual desse amplo e consistente fenômeno social, composto também de contradições internas. Na vanguarda, porém, a influência dos mineiros organizados foi decisiva. Valencia Vega (1988) destaca, todavia, que o deslocamento da burguesia tradicional não se deu de forma completa da estrutura do Estado:

É por isso que quando triunfaram a Revolução Nacional gestada pela Loja Radepa<sup>5</sup> e o Movimento Nacionalista Revolucionário, os setores da Rosca boliviana, e particularmente as partes que a sustentavam, foram expulsas do governo, pela menos dos cargos mais altos. No entanto, este deslocamento da Rosca foi apenas em alguns níveis políticos, mas na administração e na economia do país, os homens da Rosca permaneceram ilesos (VEGA, 1988).

Isso implica que a luta de classes no interior do Estado permaneceu mesmo dentro do governo revolucionário. Santos (2018, p. 220) descreve que o governo esteve em “permanente tensão entre o empuxo radicalizador dos trabalhadores, as pressões contrarrevolucionárias dos Estados Unidos e a própria natureza moderada da direção do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que assumiu o Estado”. Nesse processo “a impossibilidade de uma classe autônoma condenou os trabalhadores a uma constante vulnerabilidade” (SANTOS, 2018, p 220).

Observa-se que a pressão levou a vitórias da classe trabalhadora, como a nacionalização das minas de estanho, o sufrágio universal, a abolição do latifúndio nos vales e no altiplano – áreas de maior organização popular, o que levou ao colapso da antiga estrutura mineiro-latifundiária tratada anteriormente (GARCÍA LINERA, 2006). Já as contradições se expressam na reforma agrária inconclusa. Com isso, os camponeses realizaram a ocupação de propriedades de ex-colonos e comunheiros e a organizações dos trabalhadores fortaleceu-se com o firmamento das organizações locais em sindicatos, porém suas conduções ficaram nas mãos do partido do governo, o MNR (GARCÍA LINERA, 2006). A principal contradição, todavia, se deu na crescente adequação às políticas estadunidenses que houve no país naquele momento, contrastando com o movimento anti-imperialista proposto.

---

<sup>5</sup> Loja RADEPA (*Razón de Pátria*) tinha como principais bandeiras o combate à oligarquia e o nacionalismo.

Essa adequação se reflete no programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), que congelou os salários, bem como no corte dos gastos públicos, na inviabilização da industrialização mineira e no controle do capital internacional das operações de fundição e transporte. Destaca-se que o governo boliviano recebeu a maior ajuda entre as nações latino-americanas da época por parte dos Estados Unidos, movimento que distanciou os trabalhadores do governo e que tinha como maior resistência justamente a fortalecida COB (SANTOS, 2018).

Para Whitehead (2015), fica claro que a revolução não logrou se institucionalizar, e as divergências internas se tornaram cada vez mais evidentes, fazendo com que as contradições avançassem inclusive dentro do MNR, com rachas partidários à direita, os quais, com projetos de ação cívica no interior do país financiados pelos EUA e coordenados pelos militares, ganharam certo prestígio, levando ao aparecimento de paramilitares de extrema-direita e do Partido Revolucionário Auténtico, radical conservador.

O fim do processo revolucionário foi justamente fruto das contradições e da tentativa frustrada de conciliação entre o movimento operário, que estava numa crescente, e a burguesia, que hostilizava o governo. Em 1964, através de mais um golpe organizado pelo Exército e financiado pela embaixada dos Estados Unidos, caiu a Revolução, e a ditadura que se fixou durou 18 anos, trazendo de volta o Estado completamente às mãos da burguesia.

Vale ressaltar o papel dos Estados Unidos no golpe, que se estendeu por toda a região. Em um contexto de Guerra Fria, o país desenvolveu uma série de políticas contrarrevolucionárias que começaram nos anos 50 com a Doutrina de Segurança Nacional, e que visava justamente ao combate às iniciativas revolucionárias na região. O apoio dos Estados Unidos às forças conservadoras não foi, portanto, exceção na Bolívia.

A Ditadura Militar, inicialmente, apoiou-se na fidelidade camponesa ao Estado, através do Pacto Militar-Camponês, contando com o apoio camponês, neutralizando a solidariedade entre os trabalhadores rurais e mineiros, e reprimindo fortemente as demandas e manifestações destes. Os operários, por outro lado, se recusaram a participar do governo. Todavia, organizaram uma Assembleia Popular aceita pelos generais (SANTOS, 2018). O governo militar trabalhava para paralisar uma nova possível insurgência. Foi, inclusive, nesse período que ocorreu o assassinato de Che Guevara, o qual estava na Bolívia formando organizações guerrilheiras revolucionárias. Os governos

militares tinham como mote o modelo desenvolvimentista na economia, mas revezavam entre tendências mais progressistas ou conservadoras (GARCÍA LINERA, 2006). Hugo Banzer Suárez, à frente do governo entre 1971 e 1977, era visto como mais conservador e teve forte apoio dos setores agroempresariais.

De qualquer forma, os golpes continuaram presentes mesmo no contexto de ditadura. Entre 1977 e 1980, vimos três eleições gerais e quatro golpes de Estado, o que levou à crise final do modelo implementado. A decadência do modelo aconteceu devido a vários fatores, destacando-se o surgimento dos movimentos indígenas nas regiões aymarás, a reivindicação do movimento operário pela democracia e a indignação frente ao uso da força militar em massacres de trabalhadores rurais, como em Cochabamba em 1974. Além disso, como visto, o apoio dos Estados Unidos foi fundante para a implementação do período ditatorial. Porém, graças ao apoio do país à ditadura e de investimentos do capital internacional, as melhoras sociais foram barradas e a situação de pobreza da classe trabalhadora era patente. A pressão dos movimentos sociais e a derrota dos EUA na Guerra do Vietnã levaram à mudança da política internacional do país, que passou a patrocinar a democratização do continente que levaria a um novo modelo: o neoliberalismo (GARCÍA LINERA, 2006).

A democratização estava tomando forma e se consolidou na eleição de 1980, que contou com a Unidade Democrática e Popular (UDP) – que comportava a ala de esquerda dissidente do MNR, o partido havia adotado uma política à direita no momento da redemocratização, o que levou a amplas dissidências –; o Partido Comunista Boliviano (PCB); o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR); e nascentes facções indígenas e apoio da COB. A UDP ganhou a eleição presidencial, entretanto o Congresso foi composto pela maioria de partidos representantes das antigas oligarquias, o que fez com que o presidente eleito em 1982, Hernán Siles Zuazo, governasse sob uma coalizão com os partidos de direita. Foi essa coalizão que sustentou o governo e que deu início ao período democrático, ao passo que abriu espaço para a política neoliberal.

### **2.3 Neoliberalismo**

Previamente à apresentação do neoliberalismo na Bolívia, vale empreender uma breve análise a respeito da definição conceitual desse modelo. Primeiramente, é preciso compreender em qual contexto se insere sua implementação, e Harvey (2008) aponta a

direção. O neoliberalismo, discorre o autor, surge entre as décadas de 70 e 80, justamente em um momento de mudança do regime de acumulação, diante da necessidade de responder às quedas da taxa de lucro e dividendos e da crise do regime de acumulação imperante, momento no qual as classes dominantes sentiram-se ameaçadas.

Tendo a interpretação de Harvey em vista, complementa-se a definição com a leitura de Saad Filho e Morais (2018), segundo os quais o neoliberalismo não é apenas um estágio de políticas econômicas, mas a forma que toma o capitalismo para garantir a acumulação e a sua própria sobrevivência, promovendo, dessa forma, alterações também no âmbito do Estado.

O neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante (ou seja, o estágio atual, a etapa ou o modo de existência do capitalismo contemporâneo) (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 96).

Na América Latina, o modelo tornou-se hegemonia nas décadas de 80 e 90; na Bolívia, instalou-se em 1985, ainda antes do Consenso de Washington (1989), que estabeleceu o receituário neoliberal para a região, coincidindo com a crise da hiperinflação deixada pelos governos ditatoriais e a estagnação econômica – que na Bolívia marcava um decréscimo de 26,6%. É preciso destacar que, apesar do discurso anti-Estado empregado pela doutrina neoliberal, observa-se que este tem papel central na tese e na aplicação neoliberal. Para a compreensão mais atenta do papel que cumpre o Estado na implementação desse modelo e em favor da classe dominante e da acumulação, Fiori (1997) colabora para compreender a centralidade do Estado nesse modelo.

O autor destaca que a noção da falência do Estado que surge a partir do neoliberalismo não é procedente. Ele observa que, anteriormente a esse sistema, o Estado cumpria o papel de agente fomentador do processo produtivo, passando a ter um papel interventor a partir da garantia de proteção e valorização do capital (FIORI, 1997). Por fim, realça-se que a prevalência desse modelo contou também como uma nova racionalidade, amparada para além do Estado em aspectos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e culturais, tornando-se também a forma de vida característica dessa fase do capitalismo (DARDOT; LAVAL, 2016; SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Ao olhar para a Bolívia, nota-se que sua implementação se deu num momento de profundas contradições. Ao propiciar as liberdades civis e políticas com a

redemocratização e o fim da ditadura militar, as reformas neoliberais levaram à piora substantiva da qualidade de vida da população, em um país que sentiu fortemente a sua presença. Lourdes de Sola (1993) caracteriza esse processo como uma transição dual, ou seja, levou à consolidação da democracia liberal e à liberalização da economia.

Estenssoro, do MNR (agora hegemônico pela linha à direita), foi o responsável pela consolidação da doutrina no país a partir da aplicação do pacote de ajuste fiscal denominado Nova Política Econômica – NPE, institucionalizado através do Decreto 21.060, em vigor a partir de 29 de agosto de 1985. A NPE sustentava-se sobre o choque na inflação, a liberalização dos mercados e a reestruturação/diminuição do setor público, e teve como pontos medulares a estabilização (através da unificação bancária), as reformas estruturais (através da liberalização dos preços sem controle interno) e a flexibilização do trabalho, em um movimento de reestruturação do Estado.

A NPE também ficou conhecida como Terapia de Choque e foi elaborada pelo economista norte-americano Jeffrey Sachs, aplicada por Estenssoro e aperfeiçoada principalmente sob a presidência posterior de Gonzalo Sanchez de Lozada, também do MNR, que retomou a política através do Plano de Capitalização. Como mencionado, o movimento neoliberal baseou-se principalmente na narrativa de conter a hiperinflação. Para isso, as medidas adotadas foram o congelamento de salários, a abertura ao capital externo, a privatização de estatais e a demissão em massa de trabalhadores. A política foi vista como o programa de desregulamentação de mercados mais audacioso da região, respaldada por um estado de sítio que reprimiu fortemente as mobilizações sociais.

No âmbito político, ressalta-se que o pacto político que sustentou Estenssoro baseou-se numa aliança com o partido do ex-ditador Hugo Bánzer, a Aliança Democrática Nacionalista – ADN, que lucrou com o controle de diversas empresas estatais. O pacto forneceu a base para a aprovação de leis complementares ao NPE, ainda que a prática usual fosse a regulação da economia via decretos.

A estabilidade do sistema, que esteve vigente por cinco governos, aconteceu graças a um pacto de governabilidade entre os setores da burguesia, a partir da distribuição de cargos públicos e da tolerância de práticas de corrupção, envolvendo os três principais partidos que sustentavam o sistema: o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) de Sánchez de Lozada, a Ação Democrática Nacionalista (ADN) do ex-ditador Hugo Banzer e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) do socialdemocrata Jaime Paz (ARZE VARGAS, 2004). Chama a atenção o fato de que o

processo de neoliberalização foi marcado pela presidência de nomes que estiveram ao lado da resistência no passado, mas que mudaram o seu viés ideológico. Sendo assim, dois presidentes que encabeçaram a Revolução de 1952 foram também os protagonistas da transição ao neoliberalismo: Hernán Zuazo e Victor Paz Estenssoro.

O aprofundamento do modelo se deu substancialmente, como visto, no governo de Lozada, iniciado em 1994 e centrado na agudização das privatizações, com destaque para a privatização do sistema de saúde, continuada na presidência de Hugo Bánzer. Em seu governo, a inflação foi estabilizada, todavia com grandes ônus sociais. No plano discursivo, houve a tentativa de vinculação entre estabilização econômica e sucesso da democracia, utilizada para encobrir a coerção própria do modelo (ARRIARÁN, 2007).

O período neoliberal, que antecede o Processo de Cambio, nos ajuda a compreender com mais atenção como funciona o Estado burguês no país, já estabelecido anteriormente, e como a sua estrutura comporta as necessidades da classe dominante. Ademais, sua análise escancara como a luta de classes se reflete na estrutura estatal, de forma que por mais que o Estado abrigue os interesses da classe dominante em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, a luta de classes entre ambas é constante e pode ser identificada na tentativa da classe trabalhadora de alcançar o poder do Estado burguês. Serão abordadas na sequência algumas das principais políticas adotadas no período, o papel do Estado para a sua implementação e a luta de classes que as envolveu.

Como mencionado, as privatizações foram centrais ao modelo, ocorrendo a partir de uma *capitalização* que provocou a destruição da matriz produtiva do país, além da desregulamentação da economia e da liberalização unilateral do comércio exterior. O Consenso de Washington e as imposições do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial guiaram as políticas neoliberais em toda a América Latina, e na Bolívia não foi diferente. Cumprindo as diretrizes do Consenso de Washington, os sucessivos governos bolivianos impuseram a liberalização dos mercados e a abertura comercial irrestrita. A Organização Mundial do Comércio – OMC, inclusive, classificou a Bolívia como um dos países da região com maior grau de abertura externa, o que levou ao aumento da dependência dos países ao capital internacional (MONIZ BANDEIRA, 2005; ARZE VARGAS, 2004).

A presença do capital estrangeiro pode ser observada na produtividade: enquanto a produtividade média em 1997 – medida em bolivianos<sup>6</sup> constantes por trabalhador –, na

---

<sup>6</sup> Moeda oficial boliviana, com sigla Bs.

agricultura, construção e indústria era respectivamente de Bs. 2, Bs. 3.9 e Bs. 8.7, em ramos com grande participação de capital estrangeiro, como mineração e pedreiras, eletricidade e água, e estabelecimentos financeiros, a produtividade era de Bs. 31.3, Bs. 38, 1 e Bs. 31.4 (ARZE VARGAS, 2001).

Arze Vargas (2004) salienta ainda que a abertura comercial irrestrita e o fim das medidas protecionistas que vieram com a NPE acarretaram grandes impactos na indústria nacional boliviana, a qual, com a forte concorrência, passou a reduzir os custos trabalhistas. Isso, por sua vez, não resolveu o problema de competitividade, já que este reside no escasso investimento dirigido à modernização tecnológica. Esse impacto na indústria nacional pode ser visualizado através dos números das unidades estatais da indústria nacional. Estas, no fim da década de 80, compunham apenas 3% do total da indústria no país. A presença industrial no país caiu de 36% para 26% nos anos 90, enquanto as unidades informais somavam 61% no final dos anos 80, chegando a 73% nos anos 90, levando assim à destruição da indústria nacional (ESCOBAR; MONTEIRO, 2003).

A neoliberalização da economia nacional colocou os produtores nacionais de médio porte e os produtores “informais”, que alimentavam o mercado interno, de um lado, e as grandes empresas de outro. De um lado, baixo nível de produtividade e tecnológico, com produção destinada a um mercado com baixo poder aquisitivo, mas com enorme participação na demanda por força de trabalho. De outro, alta produtividade e tecnologia de ponta, com mercados externos de alto poder aquisitivo ou monopólios internos outorgados pelo Estado, com vinculação quase nula com o resto das atividades econômicas, e com pouca demanda de força de trabalho. Ou seja, o capital externo foi colocado como prioridade da atuação do Estado, ainda que não fossem gerados empregos, que não trouxesse benefícios à população, nem contribuísse para a quebra da indústria nacional. Arze Vargas (2004) percebe que o Estado se consolidou como um braço do capital estrangeiro, tendo também as privatizações grande papel nesse movimento. Estas são um dos maiores sintomas da abertura externa, e foram as privatizações das empresas estatais o maior golpe para a economia nacional boliviana e para o Estado (ARZE VARGAS, 2004).

A transferência do patrimônio do Estado, e o conseqüente controle do superávit econômico produzido no país nas mãos de investidores estrangeiros, teve como agravante não trazer novas receitas aos cofres fiscais, por se basear em forma sui generis de ‘associação’ entre o Estado e capitalistas estrangeiros: um

montante semelhante ao capital original foi investido por capitalistas estrangeiros em troca de mais de 51 por cento das ações e da gestão das empresas, enquanto o valor do capital inicial, na forma de ações, passou às mãos dos administradores de fundos de pensão, que se tornaram representantes dos cidadãos bolivianos convertidos em beneficiários de futuros dividendos das empresas (ARZE VARGAS, 2004, p. 5, tradução nossa).

Foi privatizada a mais importante empresa estatal de mineração, a COMIBOL – Corporação Mineira da Bolívia, antecipada por uma política de sucateamento da empresa que levou ao fechamento de boa parte de suas minas e à demissão de mais de vinte mil mineiros, em um país que tem historicamente na mineração a sua matriz produtiva. Esses fenômenos expressam o poder das classes dominantes bolivianas e como estas em situação de crise possuem os mecanismos de transferência de valor que se agudizam sob o neoliberalismo.

A abertura de recursos naturais não renováveis ao capital estrangeiro é muito extensa e possivelmente maior do que a de outros países latino-americanos. As leis de mineração e hidrocarbonetos aprovadas em 1990-91 melhoram a estrutura de incentivos ao investimento privado estrangeiro e modificarão substancialmente a natureza dos campos petrolíferos fiscais bolivianos e da COMIBOL (MORALES, 1993, p. 163, tradução nossa).

Dessa forma, a indústria nacional, que já era frágil e que tinha sua evolução baseada nas políticas protecionistas do Estado, passou a enfrentar, desde 1985, uma competição desproporcional, sob o pressuposto neoliberal de que a liberalização comercial provocaria sua transformação a partir da introdução do capital e da tecnologia. Os dados de 2005, último ano de governos neoliberais no país, demonstram a pouca participação da indústria na economia nacional: elas contribuía com 17% do Produto Interno Bruto – PIB, enquanto a contribuição referente às exportações nacionais somava 15% e estavam concentradas na produção de bens de consumo – 60% do valor agregado da manufatura, em comparação com 37% para bens intermediários e 2% para bens de capital (ARZE VARGAS, 2004).

Na mesma direção, foi entregue a investidores estrangeiros do setor dos hidrocarbonetos a Lei de Hidrocarbonetos nº 1.689 de 30 de abril de 1996, estabelecida na presidência de Sánchez de Lozada (1993-1997). O setor ocupa historicamente espaço significativo na economia do país. Até 1990, a lei no país propunha, embora de forma bastante genérica, sua sujeição a uma política de desenvolvimento nacional e estatal no que se referia à sua industrialização e uso. Isso mudou substancialmente com a nova lei, sob a prerrogativa de conceder maiores vantagens aos investidores estrangeiros, a partir

da capitalização da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). Com ela, foram concedidas vantagens na assinatura de contratos de exploração dos hidrocarbonetos, em especial do gás natural, a partir da normativa do direito à propriedade do setor: “a sua utilização, fruição ou usufruto através da sua exploração e posterior alienação, é atribuição exclusiva das empresas transnacionais e não do Estado”, explica Arze Vargas (2004, p. 6).

O autor também sublinha a pouca ligação que a indústria de hidrocarbonetos estabelece com o resto da economia nacional, já que ela não contribui com o emprego ou com a renda do trabalho, e possui questionável impacto sobre o financiamento do Estado (ARZE VARGAS, 2004). Ou seja, a possibilidade de o Estado definir objetivos relacionados com o desenvolvimento do mercado interno do setor e a industrialização é anulada, assim como os objetivos da política nacional do setor. Desse modo, pode-se aferir que a nova Lei estabelecida opera em direção oposta a uma política soberana, que vise ao desenvolvimento do país com a economia nacional em centralidade no processo.

Essa abertura comercial, todavia, não ocorreu apenas no setor hidrocarbonífero; a produção agrícola também foi significativamente afetada. A importação de produtos agrícolas cresceu exponencialmente – em valores correntes, a importação desses produtos no início dos anos 80 estava na casa de um milhão de dólares, chegando, nos anos 2000, a dez milhões de dólares (PÉRES, 2003). Nessa direção, é central pontuar que essa nova estrutura produtiva levou a uma migração campesina em massa do campo para a cidade. Os campesinos compõem uma importante fração da população do país, sendo o principal produtor de alimentos responsável por abastecer o mercado interno no país. A abertura comercial, entretanto, levou à quebra desse setor devido à falta de incentivos e à grande concorrência, com a consequente migração campesina para a cidade e a alta dos preços dos alimentos – a população rural, que representava 58,3% da população em 1976, foi reduzida à 37,6% em 2001 (SOUZA, 2009).

A economia campesina, ademais, também está baseada na produção da folha de coca, uma prática tradicional na Bolívia e que forma o sustento de parte significativa dos campesinos no país, a qual também foi afetada pelas medidas do período. A adoção do receituário do FMI, com a decadência da mineração e da tradicional produção de coca, levou ao avanço do narcotráfico, que, com o fim da Guerra Fria, ganhou o status de terrorismo, elevando a militarização das políticas antidrogas no país (SANTOS, 2007).

O cultivo da folha de coca foi foco de combate no governo de Hugo Bánzer (1997-2002), sob o Plano Dignidade. Lançado no primeiro ano de governo Bánzer e financiado pelos Estados Unidos, o Plano operou através da prática da *guerra de baixa intensidade*, e previa a erradicação completa desse tipo de plantação até 2002, sob o argumento do combate ao narcotráfico, sem nenhum tipo de diálogo com os produtores, incentivos sociais ou alternativas para a inserção no mercado de trabalho. Estima-se uma perda para a economia de 610 milhões de dólares e 59.000 empregos na região do Chapare devido à redução da produção de coca no período 1997-2000 (UDAPE, 2001).

Realça-se que, apesar do discurso utilizado ser o combate ao narcotráfico, há entre a folha de coca e a cocaína uma longa distância. A planta sagrada dos Andes é usada há milênios pelas civilizações pré-incaicas e incaicas de forma terapêutica e religiosa, e foi inserida há séculos nas culturas amazônicas e guaranis, graças aos seus notáveis efeitos energéticos. Para se chegar até a cocaína, é preciso incluir 41 componentes químicos, cujas patentes pertencem justamente aos Estados Unidos e aos países do norte global. Criminaliza-se, todavia, os plantadores pobres do Sul, que dependem do cultivo ancestral para sobreviver. Os cocaleiros<sup>7</sup> perdiam sua fonte de renda, levando à ofensiva do governo. Na década de 90, os enfrentamentos tornaram-se cotidianos na Bolívia, onde não se distinguia o traficante de cocaína do camponês. Entre 1998 e 2002, contaram-se 33 mortos, 567 feridos e 693 detidos do lado dos cocaleiros. O consumo de cocaína, todavia, não teve quedas no mesmo período.

O desemprego, à vista dos elementos mencionados, assolou uma grande massa de bolivianos, que para além de padecerem de massivas demissões, vivenciaram o aumento da jornada de trabalho e a flexibilização das relações de trabalho, a partir do aumento dos contratos temporários e a terceirização de serviços, assim como a privatização do sistema de seguridade social, levando à perda da aposentadoria por milhares de trabalhadores. Já o trabalho informal, com um largo histórico no país, chegou à casa dos 70% da população ocupada urbana, situação que se agravou com a mencionada migração campesina (ARZE VARGAS, 1994; CEDLA, 2004). Viu-se, por fim, a demissão exponencial dos funcionários do Estado, que abrigava 25% da população adulta ocupada do país e caiu para 12% no período, ao passo que a geração de empregos na iniciativa privada não ocorreu. Em vista da garantia da taxa de lucro da burguesia, o Estado se ausentou de

---

<sup>7</sup>Cocaleiros são como são chamados os produtores de coca na Amazônia andina.

regular o mercado trabalhista, em uma ação conjunta com as entidades patronais. Como consequência, os salários caíram e os benefícios sociais foram liquidados.

O desemprego com o fechamento das minas e as mudanças nas relações de trabalho, por sua vez, afetou também a organização dos trabalhadores, levando à perda organizativa da Central Operária Boliviana e, conseqüentemente, à centralidade política que haviam conquistado com a Revolução de 1952, o que abalou a organização política da classe trabalhadora (SOUZA, 2009). Por outro lado, os cerca de vinte mil trabalhadores mineiros demitidos com a privatização da COMIBOL migraram em grande parte para a região de Chapare (onde crescia o cultivo de coca) em busca de emprego, e lá ocuparam-se de atividades agrícolas. Com isso, contribuíram para o fortalecimento dos sindicatos na região, numa das poucas situações em que os sindicatos foram valorizados sob o neoliberalismo (VADILLO, 2015). García Linera, a respeito da questão organizativa, coloca:

A condição operária de classe e a identidade de classe do proletariado boliviano tenham desaparecido junto com o fechamento das grandes concentrações operárias e, com ela, a morte de uma forma organizativa com capacidade de influenciar o estado em torno do qual se aglutinaram durante trinta e cinco anos outros setores carentes da cidade e do campo (GARCÍA LINERA, 2001, p. 2).

A dura realidade com que se depararam os trabalhadores foi generalizada: quase sete em cada dez bolivianos viviam na pobreza e sem alternativas ao desemprego. A pobreza alcançou 66,4% da população e a pobreza extrema 33,9% em 2003, ano em que se analisou que 32% das crianças bolivianas menores de 5 anos sofriam com desnutrição crônica. Esses dados nos levam naturalmente à observação da desigualdade na distribuição de renda, que se acentuou no período neoliberal.

Em 1992, os 20% mais ricos se apropriaram de 55,8% da renda total do trabalho e os 20% mais pobres de apenas 4,15%. Em 2001, os números evidenciam ainda mais a apropriação da riqueza pela burguesia – os 20% mais ricos se apropriaram de 57,9% e a mesma porcentagem dos mais pobres de apenas 3,15% da receita total do trabalho (CEDLA, 2004). Vale destacar, ainda, o papel que a política tributária cumpriu no aumento do abismo entre as classes na Bolívia, que passou de uma política voltada aos impostos sobre salários e renda, que compunham 69% dos tributos, para uma política voltada à tributação sobre o consumo, que somaram 77% do total da tributação, atingindo,

dessa forma, principalmente os setores sociais que vivem da renda do trabalho (ARZE VARGAS, 2004).

O deterioramento da condição de vida da população levou a um descontentamento generalizado sobre as políticas implementadas e à revolta e mobilização dos trabalhadores. A privatização dos hidrocarbonetos e a incipiente privatização de água que se estabelecia no país tornaram-se os principais objetos de luta dos trabalhadores contra o neoliberalismo (QUIROGA, 1979). Organizaram-se as maiores revoltas do país, concentradas na região de Chapare no departamento de Cochabamba– região que havia recebido um número relevante de imigrantes indígenas camponeses. Lá ferveriam a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003), assim como o fortalecimento do movimento popular, levando à acentuação da disputa pelo poder do Estado no país.

#### **2.4 O Estado Plurinacional – uma nova fração de classe chega à Presidência: rupturas e continuidades**

Só quando os “de baixo” não querem o que é velho e os “de cima” não podem como dantes, só então a revolução pode vencer. Esta verdade exprime-se de outro modo, com as palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (tanto dos explorados como dos exploradores). Por conseguinte, para a revolução é necessário, em primeiro lugar, que a maioria dos operários (ou pelo menos a maioria dos operários conscientes, pensantes, politicamente ativos) compreenda plenamente a necessidade da revolução e esteja disposta a dar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que arraste para a política mesmo as massas mais atrasadas (o sintoma de toda revolução autêntica é a rápida decuplicação ou centuplicação da quantidade de representantes dos trabalhadores e da massa oprimida, antes apática, aptos para a luta política), que enfraqueça o governo e torne possível aos revolucionários o seu rápido derrubamento (LENIN, 1980, p. 325).

As Guerra da Água e do Gás foram os movimentos que pavimentaram o caminho para a chegada de Evo Morales à presidência, unindo diferentes organizações dos movimentos sociais bolivianos – mineiros, cocaleiros e associação de moradores – em um objetivo comum de derrota do neoliberalismo e de sua política econômica entreguista ao capital internacional. Em um cenário de forte repressão militar, as organizações indígenas foram o ponto de resistência à repressão que o governo impôs às mobilizações que se estendiam pelo país. O ano de 2000 iniciou, assim, uma fase política de levantes populares na história do país, que iria de abril daquele ano até o último mês de 2005.

Foram os movimentos forjados e consolidados neste período que respaldaram, adiante, a vitória de Evo Morales e o processo de mudança iniciado com sua eleição.

Duas regiões absorveram o contingente de trabalhadores que se encontraram desempregados com a privatização da estatal COMIBOL – El Alto, no departamento de La Paz, e Chapare, na cidade de Cochabamba. Chapare havia também absorvido a força de trabalho decorrente da produção cocaleira nos anos 80 (ARAÚJO, 2021), e El Alto, segunda maior cidade do país, recebeu os trabalhadores em busca de trabalho formal e informal na capital (CONZELMAN, 2006; STEFANONI; ALTO, 2006). A privatização da estatal levou à fragilidade da COB e, com a ida dos trabalhadores de volta ao campo, ao fortalecimento do sindicalismo camponês, com protagonismo dos cocaleiros, de forma que a região assumiu o protagonismo do sindicalismo emergente (URQUIDI, 2007).

#### 2.4.1 Guerra da água

O cenário das principais manifestações que levaram à Guerra da Água é Cochabamba, departamento com uma paisagem que reflete a divisão de classes: de um lado, áreas urbanizadas de setores altos da classe média, tendo no seu centro construções coloniais; e de outro lado, as favelas urbanas. Na praça central, as *cholitas*<sup>8</sup> compõem a paisagem, com suas pequenas carretas vendendo sucos, sorvetes, doces, cigarros e salchipapas, ou produtos que são comumente encontrados nos supermercados, sendo que no mercado central vende-se de tudo. Em direção a Chapare, província do departamento de Cochabamba, há uma estrada larga que divide o centro em dois. Nas suas margens, estão dezenas de lojas e uma pequena área de cultivo de coca. É nesse cenário que os conflitos ao redor da coca e da água se estabeleceram (NESO, 2013).

Neso (2013) identifica que, com a política de erradicação do plantio de coca – aplicada sob o pretexto de enfrentamento ao tráfico de cocaína em 1987–, militares estadunidenses habitaram o território boliviano com a prerrogativa de enfrentar o tráfico. A promessa feita de subsidiar os cocaleros para mudar a produção não foi cumprida e a zona foi militarizada com o objetivo de erradicar as plantações à força. Em maio desse ano, as estradas para Cochabamba foram bloqueadas pelos cocaleiros com a pauta de

---

<sup>8</sup> As cholas são as mulheres de origem indígena ou mestiça e que preservam as vestimentas tradicionais dos quéchuas e aymaras. As cholas bolivianas foram alvo de discriminação por parte da sociedade e tiveram o uso de suas vestimentas tradicionais proibidas (quando isso se deu?), por suas origens e ascendências.

serem ouvidos na formulação das leis. Nos enfrentamentos, oito pessoas foram mortas e 500 detidas.

Nesse cenário, os cocaleros organizaram em 1988 o Primeiro Encontro Nacional de Produtores de Coca, mesmo ano em que foi apresentado o projeto de lei que estabelecia a cultura legal da planta, diferenciando-a da de produtos químicos. Os confrontos continuaram, com funcionários levados como reféns, a intervenção da polícia, helicópteros e metralhadoras, deixando um saldo de dezesseis mortos entre os manifestantes.

O segundo mandato de Banzer (1997-2001) intensificou a repressão ao cultivo de coca, através do já mencionado Plano Dignidade, levando a que, no ano 2000, as mobilizações e articulações dos cocaleros ganhassem maior força e se consolidasse a união da *Coordinadora de las seis federaciones del Trópico*, organização social que agrupava sindicatos de produtores de planta com outras *Coordinadoras* que enfrentavam o governo. Foram esses agrupamentos que fizeram o enfrentamento à privatização da água e do gás.

A reforma do setor de água e saneamento conduziu-se orientada à privatização das principais empresas municipais de água do país, à implementação do princípio de *full costs recovery*<sup>9</sup> na fixação de tarifas e ao estabelecimento de critérios de mercado no uso e acesso de recursos hídricos (CRESPO, 2000), política parte do pacote neoliberal e contou com o apoio técnico e econômico do Banco Mundial. A SEMAPA – Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba foi um dos alvos centrais de privatização e para isso foi fortalecida institucionalmente, assim como as outras empresas a serem privatizadas, além de ter sido criado o Vice Ministério de Saneamento Básico e a Superintendência de Saneamento Básico.

Crespo (1999) lembra que a região de Cochabamba já presenciava movimentos de resistência aos recursos hídricos antes da Guerra, haja vista que em 1994 e 1997 organizaram-se movimentos campesinos contra a perfuração de poços profundos, os quais deram origem à Federação Departamental de Irrigadores (FEDECOR). O tema da água, aliás, é historicamente sensível na região, por ser uma área de semiárido e que sofre com a escassez do recurso. No ano 2000, apenas 50% da população tinha acesso ao sistema público de água potável. Desse número, 35% se davam através de cooperativas, associações ou comitês pela água e 15% era fornecida através de cisternas (CRESPO,

---

<sup>9</sup> É a garantia de que o financiador terá todos os custos envolvidos na execução do projeto financiados.

2000). A desigualdade social e o abismo de classe estavam refletidos no acesso a um recurso básico para a sobrevivência humana.

No ano de 1999, as causas para o conflito se estabeleceram: a concessão da SEMAPA a um consórcio privado internacional chamado Águas de Tunari, formado pela Internacional Water U.K. e Abengoa, empresa espanhola, detiveram com 85% das ações da empresa, em um processo que não respeitou os requerimentos estabelecidos pela legislação boliviana; houve a tentativa de implementação do Projeto Misicuni<sup>10</sup>; e a aprovação pelo parlamento, de forma não consensual, da Lei de Serviços de Água Potável e Saneamento Básico seguindo as recomendações do Banco Mundial (CRESPO, 2000).

As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais foram radicalmente contra as medidas, que fixavam tarifas e definiam concessões com base apenas em critérios econômicos, deixando de lado critérios sociais e ambientais. Os argumentos colocados foram: exclusão das organizações existentes de distribuição de água – como as mencionadas associações, comitês e cooperativas –, com direito atribuído somente a empresas concessionárias; insegurança sobre a posse de fontes de água; excessivo poder decisório atribuído à Superintendência, que excluía a população de sua gestão; e a modificação das tarifas indexadas ao dólar (CRESPO, 2000).

Em novembro, aconteceu o primeiro bloqueio de rodovias organizado por camponeses e irrigadores, paralisando a região. No mesmo mês, foi criada a *Coordinadora de Defensa del Agua y de la Vida*, organização composta por cocaleiros, operários, professores, estudantes, profissionais liberais, ambientalistas e outros segmentos civis (ARAÚJO, 2021). O estopim seguinte das mobilizações seria o aumento médio, em janeiro de 2000, de 35% da tarifa de água, desembocando, em 11 de janeiro, em uma grande mobilização organizada pela *Coordinadora*, que sofreu forte repressão policial. Em fevereiro, as mobilizações continuaram e no dia 05 daquele mês Cochabamba foi inteiramente paralisada, com bloqueios em todas as rotas de acesso ao centro, deixando 22 feridos e 135 presos pelas forças do governo (CRESPO, 2000). As mobilizações expandiram-se pelos departamentos da Bolívia: rodovias foram bloqueadas em todo o país, ao mesmo tempo em que trabalhadores da mineração mobilizavam-se por

---

<sup>10</sup> É importante destacar que o Projeto Misicuni é uma proposta antiga das classes dominantes da região, um “mega projeto de transferência de água, através de um túnel de 19km de extensão e uma barragem de 115 metros de altura” (CRESPO, 2000, p. 60), instrumentalizado pelas elites políticas para ganhar eleições. O conflito pela água trouxe questionamentos sobre o projeto e seus verdadeiros interesses, levando à necessidade de discutir as alternativas possíveis e evitando a instrumentalização do tema.

ajustes salariais e melhores condições de trabalho. Um acordo, todavia, estava sendo colocado à vista.

A dimensão das mobilizações obrigou o governo a negociar as modificações na lei e no contrato de concessão – levando à alteração de 31 dos 75 artigos da lei, fato inédito na vida política do país. Entretanto, a *Coordinadora*, que teve que ser reconhecida como sujeito político pelo governo, defendia a anulação do contrato e a modificação na Lei n. 2.029 – que desconhecia a propriedade comunitária dos recursos hídricos –, organizando para tanto um referendo público. O referendo contou com 90% dos votantes apoiando a proposta, desembocando na chamada “Batalha Final”. A cidade foi novamente tomada pela população por uma semana, com enfrentamentos diretos com a polícia. A empresa se retirou da Bolívia e a *Coordinadora* ficou oficialmente a cargo da administração da SEMAPA e seu caráter público foi mantido (CRESPO, 2000).

#### 2.4.2 Guerra do gás

Entre a Guerra da Água e do Gás, aconteceu a eleição presidencial de 2002, a primeira em que Evo Morales candidatou-se à presidência, e as manifestações políticas continuaram a acontecer. Com a Guerra da Água, a insatisfação com o modelo neoliberal ganhou forma, assim como emergiram novas lideranças políticas que contribuíram na organização das demandas sociais. Araújo (2021, p. 394) enfatiza que: o “descrédito em relação às instituições democráticas, combinado com a insurgência civil a partir da Guerra da Água, ensejaram o desejo de satisfação das demandas sociais e de descoberta de novas lideranças políticas em variados grupos da sociedade civil boliviana”.

No mesmo ano, povos indígenas organizaram a Marcha pela Soberania Popular, pelo Território e pelos Recursos Naturais, a quarta marcha organizada desde a famosa “Marcha pelo Território e Dignidade” em 1990. O diferencial agora era que se falava em “soberania popular”, reivindicando-se não apenas que o Estado reconhecesse seus direitos, mas exigindo “a participação no Estado e em sua redefinição, denunciando o projeto de lei que limitaria a participação da maioria dos bolivianos nos debates em torno da nova constituição” (PANNAIN, 2018, p. 294). A mobilização estava também organizada pela convocação de uma Assembleia Constituinte, com a participação de diferentes setores sociais e que não precisasse passar pelos partidos.

A unificação de diferentes segmentos sociais, em uma composição bastante heterogênea, aconteceu em torno das críticas ao neoliberalismo, especialmente às privatizações que escancaravam e tornavam palpável a política neoliberal, a partir da premissa de não ingerência externa no país e na integração latino-americana. Uniram-se a Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia – CSUTCB<sup>11</sup> e a COB, sob a liderança da *Federación Especial de Trabajadores Campesinos del Trópico Cochabambino* – FETCTC<sup>12</sup>, dirigida pelo líder cocaleiro Evo Morales (STEFANONI; ALTO, 2006; VARGAS; CÓRDOVA, 2004).

2003 é o ano em que explodiu a Guerra do Gás na cidade de El Alto, espalhando-se pelo país entre setembro e outubro. A Bolívia viveu, então, largos conflitos que só tiveram fim com a renúncia do então Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. Importante ressaltar, nesse contexto, que, logo depois de sua eleição, Lozada definiu um consórcio internacional, de capital estadunidense e europeu, para venda de gás<sup>13</sup> aos Estados Unidos e ao México, através de um porto chileno – ignorando inclusive o ressentimento dos bolivianos proveniente da Guerra do Pacífico. Os preços de transação eram irrisórios, num valor muito abaixo do mercado mundial – 0,7 dólares por mil pés cúbicos, ao passo que no mercado mundial o valor era de 4,5 dólares, na Califórnia o valor era de 10 dólares (COSTILLA, 2004, p. 69).

No mês de fevereiro de 2003, houve aumento de impostos, a partir da adesão do governo à medida fiscal recomendada pelo FMI de taxaçoão de 12,5% sobre os salários. Os militares saíram às ruas para barrar as mobilizações populares e, no mesmo período, foi aprovada a Lei de Proteção e Seguridade Social, um projeto que criminalizava as mobilizações populares, proibindo qualquer forma de bloqueio (NESO, 2013) e estabelecia pena de cinco a dez anos para quem participasse de protestos sociais (COSTILLA, 2004). Tal medida demonstra o impacto dos bloqueios realizados durante a Guerra da Água e o interesse das classes dominantes em manter essas populações

---

<sup>11</sup> A Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB), legalmente constituída em 26 de junho de 1979, é a mais alta organização representante do conjunto de nações e povos indígenas camponeses do Estado Plurinacional da Bolívia com representação e filiada à Central Obrera Boliviana (COB).

<sup>12</sup> A *Federación Especial de Trabajadores Campesinos del Trópico Cochabambino* (FETCTC) foi fundada em 1986 com o objetivo de unificar os diferentes sindicatos de cocaleiros. Com atuação antineoliberal e antiimperialista e um discurso social capaz de integrar as necessidades de vários segmentos rurais e urbanos, buscou a transformação das folhas de coca em símbolos de resistência nacional (Urquidi 2007).

<sup>13</sup> Nos anos 90, haviam sido descobertas grandes jazidas de gás natural em Sureste, no departamento de Tarija, a partir de onde cresceu a atenção do mercado estrangeiro na região (NESO, 2013).

alheias às decisões do Estado, organizando uma política de repressão institucional às demandas populares.

Os bloqueios, todavia, não foram paralisados, e as greves se estenderam contra as privatizações do gás natural. Os acessos a La Paz foram paralisados e os confrontos deixaram 74 mortos e 200 feridos, sendo as vítimas em sua maioria moradores de El Alto. Em 19 e 20 de setembro de 2003, 500 mil pessoas rebelaram-se contra o projeto de capitalização, iniciando a Guerra do Gás. As principais entidades sociais e sindicais, como a COB, a CSUTCB e a FEJUVE – *Federación de Juntas*, uniram-se ao MAS, com a perspectiva de conquistar a nacionalização das fontes de hidrocarbonetos e impedir a sua exportação nos moldes apresentados pelo governo (ANDRADE, 2007). O partido não foi o grande destaque das mobilizações, entretanto seu papel central em reunir as demandas dos movimentos sociais e canalizá-las institucionalmente no pleito eleitoral o colocou no centro do debate político.

Destaca-se, nesse cenário, que os moradores *alteños* estavam organizados socialmente desde o final da década de 1950, em moldes semelhantes às atuais *juntas vecinales*, para canalizar as demandas da população local por melhores condições de vida na cidade, em uma realidade em que faltava infraestrutura básica (SANDOVAL; SOSTRES, 1989). A estrutura da FEJUVE como se conhece hoje formou-se em 1979, entretanto suas origens são o *Consejos Central de Vecinos* formados em 1957. A Federação é uma das instituições sociais mais importantes e representativas de El Alto, reunindo diferentes conselhos de bairro ou *Organizaciones Territoriales de Base* (OTB) de seus 37 bairros.

A repressão levou ao isolamento do presidente e os movimentos sociais exigiram a sua renúncia, apoiados por setores da classe média urbana. Após renunciar, o presidente fugiu para os Estados Unidos e foi substituído pelo vice-presidente Carlos Mesa.

#### 2.4.3 Eleição de Evo Morales

*No sólo podemos ser electores, sino elegidos,  
bien por nosotros, empecemos por la diputación  
para después llegar a la Presidencia de la  
República, puesto que somos mayoría.  
(CHACHAWAYNA, 1927)*

Os levantes dos primeiros anos do século XXI em torno da Guerra da Água e do Gás foram decisivos para o fortalecimento do Movimento ao Socialismo – MAS<sup>14</sup>, que começou a ganhar forças nos anos 90, e de seu principal líder, Evo Morales, eleito em 1997 como deputado. O partido havia liderado várias mobilizações sociais e surgiu como um instrumento político dos interesses do período entre guerras, unindo os interesses camponeses, indígenas e sindicatos e associações, como a Central de Operários Bolivianos (COB) e a Confederação dos Povos indígenas da Bolívia. Ademais, Álvaro Garcia Linera, que viria a ser o vice-presidente de Evo, responsável por aglutinar a classe média em torno de sua candidatura, é um intelectual destacado e membro do grupo Comuna<sup>15</sup>. Ele caracteriza a ideologia do MAS como marxista, indianista e nacional popular, somado ao anti-imperialismo e antineoliberalismo (GARCÍA LINERA, 2006).

É oportuno mencionar a elaboração de Moira Zuazo (2009), a qual ressalta que depois do MNR, o MAS é o único partido na história do país a possuir profundas raízes sociais, justamente por ter se originado nos sindicatos cocaleiros em Chapare. O MAS foi convertido em centro da política boliviana, amparado pelos movimentos sociais que o elegeram, especialmente pelo Pacto de Unidade entre os atores rurais, ligados à demanda nacional-popular através das chamadas trigêmeas camponesas, compostas pela CSUTCB (*Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*), Bartolina Sisa (*Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia*) e Interculturais (*Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia*). Ademais, somam-se a ele organizações indígenas como a CIDOB (*Confederación Nacional de los Pueblos Indígenas*) e o CONAMAQ (*Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*). O Pacto foi organizado pré-eleição de Evo, com o objetivo de

---

<sup>14</sup> Durante o congresso da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB) em 1995, foi colocada a proposta da criação de um partido que reunisse entidades camponesas e indígenas. Com isso, criou-se a Asamblea por la Soberanía de los Pueblos (ASP), a qual elegeu quatro deputados em 1997, entre eles Evo Morales. Mais tarde, em 1988, aderiu-se à sigla de IPSP – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos (IPSP), que posteriormente agregou o MAS ao nome, passando a se chamar MAS-IPSP (PINTO, et. al., 2007).

<sup>15</sup> O grupo Comuna foi um dos principais responsáveis pelas elaborações teóricas anti neoliberais no início do século, em uma relação com os movimentos sociais em luta no país inseriu-se no debate público. Santaella Gonçalves (2013) destaca que sua produção tem três eixos teóricos interconectados: um debate gramsciano acerca do papel dos intelectuais na disputa de hegemonias na sociedade; a percepção do potencial das crises sociais para a produção de conhecimento em sociedades abigarradas como a boliviana; e, por fim, as condições para o desenvolvimento do marxismo em um contexto nacional específico, através da nacionalização do marxismo. Para aprofundamento ver: SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. Intelectuais em movimento: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia. 2013. 243 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

criar uma plataforma de objetivos das organizações indígenas e camponesas comuns que foi traduzido na eleição.

Em 2002, na primeira eleição de Evo, já era percebido o fortalecimento da sigla, que recebeu 20,94% dos votos, alcançando o segundo lugar no pleito. Gonzalo, na eleição em que assumiu a cadeira de presidente, recebeu apenas cerca de 2% a mais de votos, alcançando os 23%, todavia a inexistência do segundo turno o levou à presidência. No mesmo ano, a sigla angariou 27 das 130 cadeiras, formando a segunda maior bancada no parlamento<sup>16</sup>. Em 2004, nas eleições municipais, os candidatos a prefeito pelo Movimento ao Socialismo venceram dois terços das prefeituras na zona rural.

Mesa, que assumira apesar de oriundo da elite econômica, não tinha filiação partidária. Como nos mostra Araújo (2021), depois da posse de Carlos Mesa, o MAS já estava consolidado enquanto a maior força política de oposição ao neoliberalismo e ao sistema político tradicional boliviano e esteve à frente da articulação com o governo sobre o acolhimento das demandas sociais no que foi chamada Agenda de Outubro – colocada ao povo boliviano através de um referendo de cinco perguntas aprovadas pela maioria da população. Nas três primeiras perguntas, mais de 80% dos votantes marcaram “sim” e nas duas últimas, o percentual de sim foi de 60%. As perguntas<sup>17</sup> (OEP, 2004<sup>18</sup>) foram:

1. Está de acordo com a revogação da Lei de Hidrocarbonetos nº 1.689 promulgada por Sánchez de Lozada?
2. Está de acordo com a recuperação da propriedade de todos os hidrocarbonetos pelo Estado Boliviano?
3. Está de acordo com a refundação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), recuperando a propriedade estatal das empresas petroleiras capitalizadas, de maneira que o Estado possa participar em toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos?
4. Está de acordo com a política do presidente Carlos Mesa em utilizar o gás como um recurso estratégico para a conquista de uma saída útil e soberana ao Oceano Pacífico?

---

<sup>16</sup> Cf. *Elecciones Generales* 2002. Disponível em: [https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub\\_proceso/58/1/1/graficos](https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/58/1/1/graficos).

<sup>17</sup> Referéndum Vinculante Sobre La Política Energética Del País 2004. Disponível em: [https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub\\_proceso/74/1/1/graficos](https://atlas electoral.oep.org.bo/#/sub_proceso/74/1/1/graficos)

<sup>18</sup> Tradução de Araújo, 2021.

5. Está de acordo com que a Bolívia exporte gás no marco de uma política nacional que cubra o consumo de gás de bolivianos e bolivianas, fomente a industrialização de gás em território nacional, cobre impostos ou regalias de empresas estrangeiras, chegando ao valor de 50% da produção de gás e de petróleo a favor do país, e destine os recursos da exportação e industrialização de gás, principalmente para a educação, a saúde, estradas e o emprego?

Apesar da vitória do MAS no referendo, Mesa não implementou a intervenção estatal no setor de hidrocarbonetos, permanecendo vinculado aos preceitos neoliberais. Todavia, tal fato levou a mais protestos entre maio e junho de 2005, de dimensões similares às de 2003. A nacionalização do gás e a Assembleia Constituinte voltaram a ser a pauta das ruas e foram as bandeiras centrais levantadas pelo MAS. Carlos Mesa, seguindo o caminho de Sánchez de Lozada, acabou renunciando, de forma que as eleições presidenciais que ocorreriam em 2006 foram antecipadas para dezembro daquele ano (ANDRADE, 2007).

Evo Morales era candidato pela segunda vez, e seu programa organizava-se em torno das demandas surgidas nas manifestações, contando com o apoio das articulações com os movimentos sociais surgidas naquele momento – a convocação de uma Assembleia Constituinte, a nacionalização dos recursos naturais e de empresas públicas em capitalização (como a reestatização da indústria do gás), intervenção estatal na economia, execução da reforma agrária e a questão da tradição boliviana, através do respeito ao cultivo de coca, às tradições e culturas dos povos indígenas e à defesa da soberania nacional (STEFANONI; ALTO, 2006; ARAÚJO, 2021).

O presidenciável obteve 53,7% dos votos, maior porcentagem de um candidato à presidência desde a redemocratização de 1982 (ARAÚJO, 2021). Estava eleito o primeiro mandatário indígena da Bolívia e da América Latina. Com sua vitória, iniciou-se o denominado *Proceso de Cambio*, em um país predominantemente indígena e mestiço. Foi eleito o primeiro presidente pelo voto popular desde a redemocratização que não precisou passar pela ratificação do Congresso, por ter alcançado maioria absoluta dos votos. A eleição consolida a vitória das guerras anteriores, o que Dunkerley (2007) caracteriza como a 3ª Revolução Boliviana<sup>19</sup>. Morales é de origem ameríndia e etnia aimará e se destacou na liderança dos sindicatos camponeses e foi colocado como representante

---

<sup>19</sup> Para o autor, a primeira foi a revolta anticolonial de Tupaj (no es Tupac?) Katari em 1781 e a segunda a Revolução de 1952 (DUNKERLEY, 2007).

destes no processo político, o qual disputou com Felipe Quispe, líder dos aimarás do Altiplano paceño.

As pautas defendidas por Evo Morales, ressaltam Cabezas (2007) e López (2007) remetem às reivindicações dos movimentos indígenas e camponeses desde os anos 80, reflexo da reação ao colonialismo espanhol e às identidades de classe e nacionais construídas no século XX. Os autores abordam essas questões como duas memórias das lutas sociais (a primeira longa e a segunda curta), que impulsionaram uma “cultura política insurrecional” e se identificaram em um projeto antineoliberal, anti-imperialista e pró-nacional dos recursos naturais, em torno da Assembleia Constituinte que permitisse esses preceitos de emergirem, erigindo uma nova nação.

## **2.5 As novas frações de classe que assumem o Estado: mudanças em sua estrutura e ação**

### *2.5.1 Hegemonia política*

Logo no início de seu governo, Morales buscou a sua legitimação atendendo às demandas insurgentes pela reestatização da indústria do gás e de convocação da Assembleia Constituinte, em um governo onde a agenda estabelecida com as Guerras e a direção ao bloco no poder nacional-popular e indigenista<sup>20</sup> formaram os elementos unificadores do bloco histórico que sustentou o governo Morales. Em um país onde há uma forte tradição de organização comunitária e sindical, a organização do MAS como instrumento político dos sindicatos cocaleiros e posteriormente de outras organizações sociais foi essencial para seu êxito político. (ANRIA; CYR, 2016; CUNHA FILHO, 2015; MAYORGA, 2011; MOLINA, 2010).

O novo presidente assumiu o governo e a liderança do Estado boliviano no momento em que o regime político instaurado em 1985 sob a égide do neoliberalismo estava em profunda crise, crise também da legitimidade do Estado. Gutiérrez Aguilar (2008) aponta que as mobilizações sociais nos cinco anos que antecederam à vitória de Evo levaram ao questionamento de três pilares da organização estatal. O primeiro pilar é relativo ao monopólio da decisão sobre as questões fundamentais do assunto público em

---

<sup>20</sup> Bloco no poder é um conceito poulantziano, que será melhor abordado na próxima sessão.

mãos dos dominantes; o segundo versa sobre as relação mando-obediência dentro da sociedade que se organiza, basicamente, sobre a crença social na legitimidade do monopólio anterior; e o terceiro refere-se às formas de organização política, econômica, produtiva e procedimental da administração da vida social para resolver as necessidades fundamentais do conjunto da população,

A institucionalidade do Estado, todavia, foi mantida como forma de solucionar o lugar de classe dos indígenas e do que foi chamado de refundação nacional. Cunha Filho (2018), em *Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia*, percebe esse processo como a permanência viva da matriz liberal, que apesar de ser atacada pela insurgência popular, construiu a sua memória de maneira ciente e estratégica, a fim de legitimar projetos e conduzir lutas políticas. Esse processo condiciona possibilidades de novas construções, tendo a Bolívia atrelada à sua realidade o sentido constitucional-legalista que antecede a independência do país e está vinculado à Audiência de Charcas. Por outro lado, é necessário lembrarmos a consolidação da democracia liberal como o ideário a ser perseguido pós-Guerra Fria.

Como o propósito neste momento era repensar a estrutura do Estado, Cunha Filho (2018) destaca também que processar esse novo modelo por intermédio de canais legais existentes contribuiria para a garantia de sua legitimidade por partes da população. A presença dos setores indígenas da população, apesar de ter sido expandida com a chegada de Evo e a nova Constituição que viria a ser elaborada, foi “permitida” de forma limitada com o reconhecimento multicultural dos anos 90, no marco do projeto neoliberal. Naquele momento, houve, como mencionado previamente, uma série de reformas constitucionais, incluindo a eleição popular de prefeitos, a eleição de deputados uninominais e o caráter “pluriétnico, multicultural e plurilíngue do país”, com a eleição do vice-presidente aimará Victor Hugo Cárdenas no auge do neoliberalismo (ALBÓ, 1994). O que nos remete à possibilidade das classes subalternas estarem no interior do Estado burguês, o que é permitido ao curvarem-se às classes dominantes.

Podemos entender o processo político que leva à eleição de Evo como um processo de erosão da hegemonia dessas classes e seus valores, com a construção de uma contra-hegemonia que questiona os seus valores, políticos, econômicos e culturais, e tem como desafio constituir a hegemonia dentro do Estado. Para isso, depende da construção de um bloco histórico que sustente esse processo, o que explica a aproximação do governo Evo com a tradição de lutas populares e governos nacionalistas no século XX,

principalmente pós a Guerra do Chaco<sup>21</sup> (CUNHA FILHO, 2011). Dessa forma, o governo buscou se estabelecer como a continuidade desse processo inconcluso.

Ao pedir um minuto de silêncio em honra de Manco Inca, Tupac Katari, Tupac Amaru, Zárate Willka e Atihuaiqui Tumpa e ao mesmo tempo para Andrés Ibáñez, Che Guevara, Marcelo Quiroga Santa Cruz e Luis Espinal, o recém-inaugurado presidente oferece um interessante testemunho da importância que as duas tradições terão na conformação de seu governo (CUNHA FILHO, 2011, p. 167).

A Assembleia Constituinte (AC) que finalmente aconteceria estava marcada, assim, pela confrontação política entre o bloco histórico indígena/nacional-popular que se estabelecia e as elites políticas liberais que controlavam o Executivo até então, que agora estavam concentradas principalmente no Sul e Oriente do país, nos governos departamentais de Pando, Beni, Trija e Santa Cruz, chamado de Meia-Lua. Elas buscavam desestabilizar e bloquear o governo e a AC, obstruindo seu funcionamento e colocando como sua única pauta na AC a descentralização administrativa e a autonomia departamentais.

Ressalta-se que os partidos políticos tradicionais praticamente sumiram após 2005. O MNR ficou restrito a alguns prefeitos departamentais e seus antigos líderes buscando estabelecer novas siglas para aglutinarem-se, como o Poder Democrático Social (Podemos) e Unidade Nacional (UN). Elas respondiam às elites que foram deslocadas do poder e que nesse momento assumiram uma postura de defesa das siglas regionais e a negação de acordos programáticos com o novo governo que se instalava (CUNHA FILHO, 2018).

Apesar das tentativas da oposição de obstruir a AC, inclusive com ações violentas em frente ao local sede em Sucre – pela constituição boliviana do momento, a AC deveria acontecer naquela cidade –, levando à morte de três pessoas, a AC ocorreu. Com isso, houve uma aprovação apressada “em conjunto” e sem a presença da oposição. Houve a aprovação por maioria absoluta, mas englobando apenas aspectos gerais, já que para ser aprovada em detalhe seriam necessários 2/3 dos votos<sup>22</sup>. A Constituição só foi votada “em detalhe” no dia 8 de dezembro de 2007, ainda sem boa parte da oposição “especialmente os constituintes de Podemos identificados com o bloco reacionário regional que

---

<sup>21</sup> No país, o termo “governos nacionalistas” é utilizado ao falar-se de governos ligados ao fortalecimento do Estado boliviano, e também utilizado para caracterizar a esquerda.

<sup>22</sup> Caso não houvesse a aprovação com 2/3 do total de membros ou apenas com 2/3 dos presentes, o texto seria submetido a Referendo Popular.

conclamavam ao boicote” (CUNHA FILHO, 2018, p. 276). Aprovou-se a nova constituição por 2/3 dos presentes, com duas propostas de texto sendo levadas a referendo de forma artificial, para garantir a legalidade do processo.

O ano seguinte ainda seria de tensão, com momentos em que parecia que uma guerra civil aconteceria (GARCÍA LINERA, 2008). A divisão interna no Podemos permitiu que fosse aprovada nas duas casas legislativas a ratificação do mandato de Evo Morales através da votação via referendo, que contou com aumento de votação em todo o país em relação a 2005, inclusive nos departamentos controlados pela oposição. O último confronto do processo aconteceu quando, a partir da vitória, a oposição acirrou o confronto e indígenas-camponeses foram assassinados em El Porvenir, o que levou à declaração de Estado de Sítio no departamento e à prisão dos governadores da região, isolando a oposição e levando a divisões dentro da oposição e maior diálogo do governo com os setores moderados (CUNHA FILHO, 2018). A ratificação da nova constituição ocorreu em 25 de janeiro de 2009, e a partir de então o presidente governou com a maioria nas casas legislativas, salvo algumas tensões no Senado (CUNHA FILHO, 2017). A pauta das autonomias departamentais, demanda do Oriente e do Sul, foi incorporada.

O bloco opositor da *media-luna* contava com o Comitê Cívico Pró Santa Cruz na defesa de seus interesses, que em 2005 levantou a bandeira do separatismo da região ante a Bolívia. Naquela ocasião Evo Morales chegou a declarar que “antes de serem governados por indígenas, eles preferem separar-se da Bolívia”. Esse opositores têm na sua linha de frente a União Juvenil Crucencha – UJS, que foi a protagonista, desde as guerras da água e do gás, de embates violentos com os indígenas e camponeses, de forma que é colocada como a força de choque do empresariado e latifundiários de Santa Cruz. Na ocasião do processo constituinte, a violência contra os indígenas recrudesciu, o que levou à orientação de que pessoas indígenas e migrantes não transitassem pela praça central da cidade, em uma ofensiva violenta contra qualquer indivíduo na região apoiador do partido do presidente.

Há alguns casos emblemáticos como o ataque à Central Indígena Paikoneka de San Javier (CPI-SJ) onde 100 pessoas, incluindo membros do Comitê Cívico Pró Santa Cruz, atacaram violentamente sua sede, destruindo quase todas as suas propriedades e queimando escritórios e informações históricas. Houve também o caso do mineiro René Vargas, de 57 anos, que foi espancado por membros da UJC, além da perseguição (com atos de violência e morte) aos parlamentares constituintes da região que estiveram

presentes ante a aprovação da Constituição no parlamento. Ademais, no mesmo contexto, os prefeitos opositores da *media-luna* convocaram as Forças Armadas do país para violar a ordem constitucional e impedir o sancionamento da Constituição por Evo Morales (FIDH, 2007; 2008).

Em 2008, ocorreu a primeira tentativa de golpe contra Evo Morales. Na ocasião, os departamentos da *media-luna* exigiam o cancelamento da Lei dos Hidrocarbonetos, que estabeleceu a sua nacionalização, reclamando a perda de receitas de royalties do petróleo e gás que até então iam majoritariamente para essa região. Os recursos com a lei passaram a ser distribuídos pelo governo através das políticas sociais em todas as regiões do país, não apenas entre os produtores de hidrocarbonetos.

O movimento foi marcado pela pauta separatista da região, que defendia que a verba fosse destinada somente aos departamentos produtores – os mais ricos historicamente pediam maior autonomia administrativa, sob o lema do separatismo. Em setembro de 2008, tomou forma um movimento contra o presidente nesses departamentos, onde foi decretado estado de sítio. Houve um episódio marcante do conflito, em que um grupo de opositores tomou o controle e destruiu parcialmente o gasoduto que escoava combustível ao Brasil, levando ao isolamento da oposição separatista. Na ocasião, o presidente da YPFB denunciou que os protestos tinham em seu centro grupos paramilitares. Identificou-se, ainda, o apoio dos Estados Unidos ao movimento, o que levou à expulsão do embaixador Philip Goldberg no dia 10 daquele mês. Esse momento é identificado como a primeira tentativa de golpe contra Evo Morales.

Em 2009, no seio do processo de aprovação da nova Constituição, houve a acusação de tentativa de assassinato do presidente, identificada a partir de uma operação da polícia em abril de 2009, contribuindo com o processo de isolamento da oposição que tentava obstruir a Constituinte. O episódio levou à morte de um cidadão boliviano-croata, um romeno, um irlandês, um húngaro-croata e um boliviano, que estavam na posse de explosivos e armas de grosso calibre, e que foram identificados como ligados ao Comitê Cívico de Santa Cruz, aos altos dirigentes da Federação de Pecuaristas de Santa Cruz (FEGESA-CRUZ), da Cooperativa Telefônica de Santa Cruz (COTAS) e da Feira de Exposições de Santa Cruz (FEXCRUZ) organizada pela Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz (CAINCO) e Câmara Agropecuária do Oriente (CAO). Esse fato levou ao refluxo das elites empresariais com uma atuação política abertamente

opositoras à posição mais pontual e ocasionalmente propositiva e aberta a acordos (CRABTREE; CHAPLIN, 2013).

O governo apoiou-se, com o agravamento dos conflitos com a oposição, na mobilização e ação de rua dos setores sociais, recorrendo à estrutura criada ainda em 2004 – o Pacto de Unidade, composto pelas organizações de base do país que apoiavam os direitos indígenas e agrários, assim como a formação da Assembleia Constituinte e a conseguinte transformação no Estado boliviano. Com a vitória de Evo Morales, em 2007 o Pacto foi reorganizado na *Coordinación Nacional para el Cambio* – CONALCAM, de forma a institucionalizar sua ação conjunta em torno da demanda indígena e de participação política. Ela incluía, além dos movimentos sociais, o presidente e o vice-presidente do Estado Plurinacional, assim como lideranças nacionais do MAS e membros do Parlamento (MORALES, 2017).

A sua estrutura teve mudanças ao longo dos anos, mas formou-se principalmente pelas seguintes organizações: Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Rurais da Bolívia (CSUTCB), a Confederação Sindical dos Colonizadores da Bolívia (CSCB), a Confederação Nacional das Mulheres Camponesas Indígenas da Bolívia Bartolina Sisa (CNMCIOB-BS), a Confederação dos Povos Indígenas do Leste da Bolívia (CIDOB), o Conselho Nacional de Ayllus e Markas de Qullasuyu (CONAMAC), a Coordenação dos Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), o Movimento dos Camponeses Sem Terra Trabalhadores da Bolívia (MST-B), a Assembleia do Povo Guarani (APG), a Central dos Povos Étnicos Mojeños de Beni (CPEMB), a Associação Nacional de Irrigadores e Sistemas Comunitários de Água Potável e Saneamento (ANARESCAPYS) e a Confederação Sindical das Comunidades Interculturais da Bolívia (CSCIB) (MORALES, 2017).

Com o processo da Constituinte concluído, estava fundada a *República Plurinacional da Bolívia*. O Estado plurinacional reconhece a democracia participativa como base da democracia representativa, garantindo a existência de formas de constituição econômicas e organizações sociais de acordo com os diversos grupos étnicos, equivalendo, ainda, a justiça tradicional indígena com a justiça ordinária. Agora, os povos originários teriam cotas no parlamento, propriedade sobre os recursos florestais e direito à terra e aos recursos hídricos de suas comunidades. Cunha Filho (2017) divide em quatro grandes eixos a refundação estatal a partir da nova Constituição:

[...] um amplo e profundo reconhecimento a elementos simbólicos provenientes do mundo indígena e da arraigada tradição nacional-popular do país como justificação de legitimidade; a adoção de elementos consociativos com a criação de quotas étnicas e de gênero nos poderes Eleitoral, Legislativo e Judiciário; na descentralização político-administrativa com a adoção de um regime de autonomias departamentais, regionais e indígenas; e na admissão de uma ampla heterogeneidade e assimetria institucional entre seus distintos níveis e locais de governo como forma de melhor adaptar-se a sua profunda heterogeneidade social (CUNHA FILHO, 2017, p .37).

Cunha Filho (2017) nos fornece informações ainda sobre os termos estruturais do Estado, alterados pela constituição:

Em termos estruturais, a nCPE (*Nova Constituição Política do Estado*) manteve o Legislativo praticamente inalterado em sua eleição e funcionamento, mas alterou significativamente a composição das altas cortes judiciais, que passaram a ser eleitas por sufrágio popular direto e com reserva de quotas mínimas para mulheres e indígenas, além da constitucionalização do Órgão Eleitoral como quarto poder de Estado com igual hierarquia ao Judiciário, Legislativo e Executivo (e como o Judiciário, com reserva de quotas étnicas e de gênero) (CUNHA FILHO, 2017, p. 45).

Este novo Estado é pautado e guiado pelos princípios da soberania, solidariedade e equidade na distribuição e redistribuição do produto social. É relevante para nós apontar também que a natureza foi reconhecida como *sujeito de direito* a partir da concepção do princípio ético de *Buen Vivir* na refundação do Estado.

El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: *ama qhilla*, *ama llulla*, *ama suwa* (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), *suma qamaña* (vivir bien), *ñandereko* (vida armoniosa), *teko kavi* (vida buena), *ivi maraei* (tierra sin mal) y *qhapaj ñan* (camino o vida noble).<sup>23</sup>

Um dos propósitos do Estado passa a ser:

[...] promover y garantizar el aprovechamiento responsable y planificado de los recursos naturales, e impulsar su industrialización [...] así como la conservación del medio ambiente, para el bienestar de las generaciones actuales y futuras<sup>24</sup>.

O princípio do *Buen Vivir* e o respeito à Mãe Terra são abordados na nova Constituição principalmente ao tratar da organização econômica do Estado: “La economía social y comunitaria complementará el interés individual con el vivir bien

---

<sup>23</sup> Estado Plurinacional de Bolivia, *Constitución política del Estado Plurinacional de Bolivia*, La Paz, Ministerio de la Presidencia, 2009. Artículo 8, I, Capítulo II, Primera Parte.

<sup>24</sup> Estado Plurinacional de Bolivia, *Constitución política del Estado Plurinacional de Bolivia*, La Paz, Ministerio de la Presidencia, 2009. Artículo 9, Capítulo II.

colectivo”<sup>25</sup>. Há também a menção recorrente aos “Pueblos Indígena Originario Campesinos” (CICERO; KLOVRZA, 2019) e a ênfase no caráter laico do Estado (MENDOZA-BOTELHO, 2016).

As relações com os Estados Unidos também foram revistas no novo governo, contrastando com a política neoliberal de acordo com as orientações econômicas vindas do Norte. Nesse aspecto, o governo Morales destoa inclusive dos governos da Revolução de 1952, pelo distanciamento com o país e pela postura anti-imperialista e de não-ingerência externa. A nova constituição proibiu as instalações de bases estrangeiras no território boliviano.

### 2.5.2 *Bloco no poder*

Ao analisar a composição do novo governo que se estabelece, a composição do bloco em que Evo Morales se sustenta e a sua composição de classe, esbarra-se inevitavelmente na abordagem de que o governo se sustenta através do *bloco no poder nacional-popular e indigenista* – a partir de um partido de origem campesina ainda que com um projeto nacional de país. O conceito de bloco no poder organizado por Poulantzas nos ajuda a refletir sobre a composição de classe nesse Estado e contribui para a análise de frações de classe hegemônicas por uma fração que dirige este bloco, sem que haja ruptura na unidade do conjunto da classe dominante (POULANTZAS, 1969).

García Linera (2010) nos ajuda a compreender a composição desse novo bloco no poder no Estado. O autor coloca como evidente a modificação das classes sociais e suas identidades étnicas e culturais no seio do Estado, as quais assumiram primeiro o controle do governo e gradualmente o poder político, com o controle do excedente econômico e da estrutura estatal. A base econômica desse bloco está centrada principalmente na pequena produção mercantil – agrária e urbana, expressão da população mobilizada nas insurreições dos primeiros anos do século: campesinos indígenas com ligações de trabalho regular com o mercado – oriundos de Chapare, dos vales de Cochabamba e de Tarija, e do altiplano de La Paz, Oruro, Chuquisaca e Potosí; campesinos indígenas das terras baixas e ayllus – comunidades tradicionais andinas; pequenos produtores urbanos e setores com atividade econômica vista como relativamente avançada, os quais Linera chama de “empresariado de origem popular”, e que se autoidentificam mais como

---

<sup>25</sup> *Ibid.*, Artículo 306, III. Capítulo I.

trabalhadores do que como burguesia e abastece o mercado interno boliviano e parte do mercado externo, todavia sem incentivos estatais (GARCÍA LINERA, 2010). Somam-se ainda personalidades, trabalhadores historicamente submetidos à precarização e à superexploração do trabalho<sup>26</sup>.

No bloco dirigente do Estado, sublinha-se o papel da nova intelectualidade urbana, profissionais e intelectuais que entraram na universidade nos anos 70, ligada às estruturas corporativas do sindicalismo urbano, rural e comunitário e da intelectualidade indígena. Está também articulado o segmento empresarial industrial tradicional, que em parte está vinculado ao mercado interno que passou a ser favorecido com o fomento do consumo e do poder de compra de produtos nacionais. Além disso, a burocracia estatal também passou por mudanças, com os novos funcionários tendo um capital escolar diferente do anterior, proveniente das universidades públicas e de profissionais de caráter técnicos e social, além de serem de origem étnica e de classe também distinta. Ademais, a administração pública passou a contar com as redes sindicais para o filtro do recrutamento de nível médio (GARCÍA LINERA, 2010).

Outro ponto que merece atenção é a presença das organizações sociais na ação governamental e na formulação de políticas públicas, tanto no Executivo como no Legislativo. Seus representantes ocuparam cargos diretos no aparato estatal, todavia também se destaca a autonomia dessas organizações nas negociações políticas e como moeda de troca ao apoio governamental. Essas questões, sem sombra de dúvidas, também geram conflitos, centrados na tensão entre o estatismo, adepto à centralização das decisões, e o comunitarismo, ligado à democracia dos movimentos sociais (CUNHA FILHO, 2017).

Luis Tapia (2010), um dos principais intelectuais do Grupo Comuna, ressalta, nesse contexto, que nos anos 70, o golpe de estado de Banzer foi apoiado por empresários e forças políticas e militares externas, o que possibilitou o financiamento da burguesia industrial no oriente do país e de empresários banqueiros pelo excedente capturado pelo Estado. Na fase de transição no final da ditadura militar rumo à democratização, os principais empresários do país tornaram-se os dirigentes dos partidos políticos formados a partir do poder econômico, através dos quais defendiam seus interesses tanto no legislativo como no executivo (TAPIA, 2010, p.113). No momento seguinte, marcado

---

<sup>26</sup> Para superexploração do trabalho ver *Dialética da Dependência*, (MARINI, 1973). Nessa obra, o autor elabora a categoria de superexploração.

pelo neoliberalismo a partir de 1985, a classe dominante esteve à frente do Executivo nas figuras dos presidentes, ministros, representantes legislativos assim como nas ocupações políticas regionais. Tapia (2010) ressalta que olhar para esses fatos demonstra o acoplamento entre a estrutura estatal e as estruturas socioeconômicas, em que:

[...] articula-se em um *continuum* que consiste no fato de que membros da classe dominante, latifundiários e empresários, são as autoridades do governo boliviano desde o nível local do município, passando pela subprefeitura, a prefeitura, os conselhos municipais, para ocupar também as direções e ser maioria no poder legislativo, na Câmara dos Deputados, no Senado, são membros majoritários do gabinete, principalmente no setor econômico. São eles que disputam ritual e ciclicamente a presidência do país (TAPIA, 2010, p. 113, tradução nossa).

As classes dominantes passaram, dessa forma, pelo processo da democracia liberal de escolha dos governantes, tendo o aval do voto popular, entretanto, devido justamente à sua posição de classe interna e também o vínculo com a burguesia transnacional, têm o Estado como a via para elaborar condições legais de entrega dos recursos naturais e de subordinação do país ao capitalismo central, o que Tapia (2010) chama de presidencialismo instrumental e de poder patrimonialista, conceitos que não são o foco deste trabalho. À vista disso, conseguimos observar a estrutura do Estado burguês que realmente conta com o aporte legalista do voto e é, a despeito disso, “um aparato político para organizar as condições jurídicas de subordinação do país a outras soberanias no contexto regional e mundial, organizando uma situação neocolonial” (TAPIA, 2005, p. 114).

Tapia (2005) traça a situação instrumental do Estado boliviano por parte da burguesia, refletindo o poder da burguesia no interior do Estado antes e depois do governo do MAS e como a burguesia organizou seu poder político após a eleição de Morales. O autor argumenta que a eleição do bloco de Evo Morales gerou as condições para uma autonomia relativa do Estado, que passou a ser dirigido politicamente e socialmente por um bloco distinto do que até então conduzia o Estado. O afastamento da classe dominante de alguns níveis da estrutura de autoridade e de governo do Estado levou, para o autor, à dissociação entre essas estruturas. O conflito com os governos departamentais, todavia, demonstra a debilidade do poder estatal, onde estes seguiam dirigidos pelas oligarquias locais e regionais (TAPIA, 2010).

[...] o presidente não podia aterrizar em vários desses departamentos, o que mostrou que o poder estatal não existia ou era muito secundário ou fraco em relação ao poder articulado pelas estruturas de poder patrimonial e sua

presença no nível de governo departamental (TAPIA, 2010, p.116, tradução nossa).

Tapia (2010) organiza ainda as características do bloco opositor ao governo, que se estabelece politicamente principalmente nos partidos políticos e comitês cívicos, não sendo um único partido ou os partidos que o articulam, mas núcleos em cada região através dos comitês. Estes são uma forma de articulação da sociedade civil, que têm como objetivo dialogar com o governo. Todavia, na conjuntura que se estabeleceu, os comitês passaram a ser o núcleo de organização da classe dominante e da oposição ao governo, com a capacidade de articular setores subalternos e da classe média, principalmente na região urbana no oriente e sul da Bolívia (TAPIA, 2010). Ressalta-se ainda a sua articulação com poderes políticos e econômicos externos, promovida pela embaixada estadunidense no país, e a seu ataque permanente ao polo camponês-indígena. O autor vê essa mudança de atuação dos Comitês como o deslocamento da luta de classes para o seio da sociedade civil:

Isso implica que há uma forte crise de mediação no campo da luta de classes, no sentido de que os comitês cívicos se tornam explicitamente o núcleo duro da organização da classe dominante e da mobilização política que ataca o outro polo camponês-indígena, que criou as condições para a possibilidade de mudança eleitoral, a reforma do Estado e a constituição (TAPIA, 2010, p. 117).

Com a Constituição, foi implementada ainda a política de “paridade e alternância” através da Lei de Participação Política, conquista da presença feminina da Constituinte, presidida por uma mulher camponesa de ascendência quéchua, Silvia Lazarte. Dessa forma, a paridade começou a se materializar com a nova constituição em 2009 e teve seus aspectos práticos instituídos em 2010. A política incorpora os princípios da paridade de gênero a partir da participação equitativa de mulheres e homens nos espaços representativos – a nível nacional e nas Assembleias Departamentais, Regionais e Municipais. Tais fatos levaram o país a ser o primeiro em números de representação feminina no parlamento. Em 2020, foi batido um recorde e as mulheres alcançaram o número de 56% das cadeiras do Senado e 48% na Câmara Baixa.

[...] uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominante sob a égide da fração hegemônica. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre forças sociais, encontra-se ele constantemente presente, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...]. A própria hegemonia, no interior deste bloco, de uma classe ou fração não é devida ao acaso: ela tornou-se possível, como veremos, através da unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista (POULANTZAS, 1969, p. 233-234).

A partir dessa citação de Poulantzas (1969), evidenciamos ainda que a hegemonia política, fruto da conformação do bloco no poder organizado, trouxe também custos ao partido. Mencionamos, nesse sentido, o fato de García Linera ser o responsável por aglutinar a classe média em torno da candidatura de Morales. Todavia, ele não foi o único que cumpriu esse papel, haja vista que várias personalidades de fora da base social do MAS foram convidadas para representarem o partido, os quais viriam a ser prefeitos, congressistas etc., o que gerou tensões entre os militantes orgânicos do partido (CUNHA FILHO, 2016). Com os conflitos com a oposição superados em 2008, no segundo governo as tensões internas cresceram, principalmente relacionadas aos objetivos desenvolvimentistas do governo, levando importante intelectuais a saírem do partido, como Raúl Prada e Alejandro Almaraz. Em relação às tensões com os povos indígenas o conflito mais emblemático foi a construção de uma estrada através do território de TIPNIS (Terra indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure) sem o aval da sua população.

## **2.6 Política econômica: avanços e a parte do poder intocado da burguesia**

Para compreender a articulação entre os avanços das políticas públicas e o seu lugar central na atuação do governo Morales, é necessário compreender também o seu financiamento, o qual se deu principalmente através das receitas obtidas nos setores de extração de recursos naturais – o que se repetiu em toda a América do Sul nesse período. Gudynas (2009) cunhou o termo “neoextrativismo” para caracterizar esse modelo. Ele se qualifica pelo extrativismo dos recursos naturais no centro dinâmico da acumulação, sendo este pré-condição para o desenvolvimento do sistema econômico daquele país, compensado pelo Estado que distribui socialmente os excedentes gerados pelo setor (FURTADO, 1961). O tema apresenta particular contradição na realidade boliviana, tendo em vista o princípio de *Buen Vivir* apresentado em sua nova constituição.

Vimos que a alternativa econômica proposta pelo MAS ao neoliberalismo se insere na retomada do papel do Estado na economia e o desenvolvimentismo como foco da agenda estatal. Nunes (2018, p. 64) elenca algumas características que inserem a Bolívia nessa tipologia:

[...] a presença de um Estado compensador, a regulação ou nacionalização de setores estratégicos, o aprofundamento do extrativismo e a formulação de uma

nova agenda social desenvolvimentista que legitimasse a continuidade do extrativismo.

A nacionalização dos recursos naturais, como citado previamente, foi uma das primeiras ações do governo, com a intenção de sua recuperação ante as multinacionais estrangeiras, bem como com a finalidade de investir em processos industriais a fim de agregar valor aos hidrocarbonetos. A nacionalização, através de decreto expedido em primeiro de maio de 2006, outorgou a recuperação da propriedade e a posse e controle total dos recursos. Dessa forma, as empresas que tinham atuação sob a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) deveriam entregar toda sua produção ao Estado. Com isso, a estatal,

[...] em exercício pleno da propriedade de todos os recursos hidrocarboníferos produzidos no país, assumia sua comercialização, definindo as condições, volumes e preços, tanto para o mercado interno quanto para a exportação e industrialização (CICERO; KLOVRZA, 2019, p. 338-339).

Cícero e Klovza (2019) apontam ainda que houve reação das multinacionais afetadas, como a Petrobrás e Repsol (empresa espanhola), as quais recorreram aos seus governos para interceder sobre a mudança dos contratos.

Durante os anos neoliberais, a YPFB cumpria o papel de parceira menor das empresas estrangeiras e tornou-se, nesse período, a maior empresa estatal do país. Ressalta-se o aumento da sua receita em detrimento das receitas das empresas estrangeira, que ao permanecerem no país tiveram seus royalties diminuídos, haja vista que eles foram direcionados majoritariamente ao Estado, com consequente aumento robusto das receitas do Estado. O período de bonança para as commodities permitiu ao país reverter os déficits históricos em sua balança comercial, possibilitando também o acúmulo de reservas internacionais (MORALES, 2017).

As companhias de energia elétrica, telecomunicações e mineração também foram nacionalizadas, revertendo os programas privatistas do período neoliberal. Com a nacionalização da Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE) em 2006, foi iniciado o impulso à geração e transmissão de energia elétrica para todo o país. O programa se baseou em dois eixos: levar o acesso a eletricidade à população – que chegou a 91% em 2017 (enquanto em 2005 o número era de 67%) e a mudança da matriz energética, substituindo paulatinamente as fontes de origem fóssil pela energia renovável (CASTRO; GUERRA; LIMA FILHO, 2020). O patrimônio das empresas estatais reflete a

nacionalização: saltou de Bs.2.148 milhões em 2005 para Bs.73.646 milhões em 2014 (MEFP, 2016).

Ao lado da exportação de minerais e hidrocarbonetos, foi privilegiada a produção de matérias-primas agrícolas, respondendo à procura do mercado externo. Nesse contexto, a propriedade dos grandes empresários privados da terra foi mantida, mas também foram concedidos investimentos em infraestrutura produtiva e transporte, preços rentáveis e subsídios do diesel para o setor rural. A presença estrangeira acerca dos produtos agrícolas, todavia, não se verificou apenas como a subsidiária externa. Em momentos de aumento mundial de alguns produtos, o agronegócio, principalmente de Santa Cruz, difundiu como forma de desenvolvimento a produção com maior propriedade estrangeira (URIOSTE, 2011).

O tema apresenta particular contradição na realidade boliviana, tendo em vista o princípio de *Buen Vivir* apresentado em sua nova constituição. Em seu trabalho *Diez Tesis Urgentes sobre el Neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*, Gudynas (2009) organiza as características que compõem o Estado neoextrativista, sob direção do governo Morales:

- 1) A importância dos setores extrativistas persiste como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento.
- 2) O progressismo sul-americano gera um novo tipo de extrativismo, tanto para alguns de seus componentes como pela combinação de atributos antigos e novos.
- 3) Existe uma maior presença e um papel mais ativo do Estado, tanto através de ações diretas quanto indiretas.
- 4) O neoextrativismo serve a uma inserção internacional subordinada e funcional para a globalização comercial e financeira.
- 5) A fragmentação territorial continua, com áreas relegadas a enclaves extrativos associado aos mercados globais.
- 6) Além da propriedade dos recursos, reproduzem-se regras e operação dos processos produtivos focados em competitividade, eficiência, maximização de renda e externalização de impactos.
- 7) Os impactos sociais e ambientais foram mantidos e, em alguns casos, pioraram.
- 8) O Estado captura (ou tenta capturar) uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativos e parte desses recursos financiam programas sociais, portanto, ele ganha novas fontes de legitimidade social.
- 9) Algumas contradições do extrativismo são revertidas e ele passa a ser concebido como indispensável para combater a pobreza e promover o desenvolvimento.
- 10) O neoextrativismo faz parte de uma versão contemporânea do próprio desenvolvimentismo da América do Sul, onde o mito do progresso é mantido sob uma nova hibridização cultural e política (GUDYNAS, 2009, p. 221).

O neoextrativismo foi altamente valorizado pela alta dos preços dos recursos naturais e o *boom das commodities* – momento de aumento, no mercado mundial, dos

preços das matérias-primas e de gêneros produzidos com baixa tecnologia, tendo a China como sua principal consumidora. Para se ter ideia, entre 2002 e 2008 a alta foi superior a 200% no setor de minérios (CEPAL, 2016). Todavia, o seu atrelamento ao modelo econômico primário como centro dinâmico de acumulação, não diversificando a matriz produtiva, nem buscando economias mais diversificadas e industrializadas a partir de um novo modelo econômico, mantiveram o caráter de dependência vivido pelas economias latino-americanas. Ou seja, manteve-se o baixo nível de industrialização no país. A ruptura com o modelo neoliberal aqui diz respeito ao papel do Estado, que passa a ser protagonista na condução da atividade extrativista. Isso fez com que o porcentual na composição das exportações dos produtos primários aumentasse na Bolívia durante a última década, com o gás natural correspondendo a mais de 80% de suas exportações (CEPAL, 2016).

Para compreender esse processo, é preciso perceber os constrangimentos causados pelas variáveis externas que influenciam a adoção desse modelo e reforçam a condição de dependência desses Estados, mantendo-os no lugar de produtores de matérias primas ante o mercado mundial. Na consolidação desse modo de produção, a colonização na América Latina foi fundamental e a prática comercial a partir do extrativismo atribuíram à região a exportação de bens primários que se sustentou ao longo dos três séculos de pacto colonial, se estendendo até os dias de hoje.

Durán Gil (2008) assinala que, no processo de colonização da Bolívia, predominou o Estado rentista, em contraposição ao Estado produtor ou industrializador, reafirmando o padrão histórico exportador boliviano mineiro-extrativista que perdurou no século XX, com a “pilhagem acelerada dos recursos energéticos pelas transnacionais” (p. 181). Para o autor, a política mineira e petrolífera do governo demonstra o pacto político entre o Estado e o grande capital petrolífero monopolista estrangeiro que atuam no país, citando para tanto as empresas Petrobrás, Repsol, British Petroleum, Total e Oxy, para a manutenção dos contratos e concessões em troca do aumento do pagamento de impostos (DURÁN GIL, 2008).

Esse caráter de dependência das economias periféricas, ao ser analisado pela Teoria Marxista da Dependência, está conectado à expansão do capitalismo nos países centrais e à relação com essas economias. Nesse sentido, Ruy Mauro Marini (1981) elenca as categorias sobre as quais se desenvolve o capitalismo dependente: a transferência de valor; superexploração do trabalho na periferia; e a fragmentação do ciclo de capital. Ou

seja, para que fosse superado o caráter dependente da economia boliviana, seria necessário também o rompimento com esses fatores.

As mudanças realizadas pelo governo Evo Morales e as alterações significativas na composição de classe que ocupou o centro do Estado com a sua chegada ao poder são altamente relevantes em uma sociedade na qual a população indígena e campesina nunca havia sido refletida no interior do Estado. Evidenciamos essas alterações da democracia pactuada e organizada pós-redemocratização na inauguração do Estado Plurinacional. Entretanto, também é possível perceber, a partir da dependência da exportação de hidrocarbonetos, a perseverança do Estado burguês como mecanismo para garantir a reprodução do capitalismo, a manutenção da condição de dependência boliviana e a função da burguesia nacional em atender aos interesses da burguesia do centro do sistema. O golpe surge como recurso deste Estado para garantir o máximo de uma política que beneficie a burguesia nacional e seus sócios internacionais em um contexto de crise do capitalismo.

Como visto, o país não conseguiu diversificar significativamente a sua matriz econômica, seguindo dependente da exportação de commodities não industriais como gás, minérios e soja, o que o faz, apesar de economicamente bem-sucedido, vulnerável a pressões externas sobre o preço das commodities. A atividade extrativista é bastante geradora de dívidas e o setor industrial produz bens de baixo valor agregado, fazendo com que a economia boliviana seja vista como frágil e pouco diversificada (CUNHA FILHO, 2016).

Entretanto, é necessário salientar que houve uma tentativa de diversificação produtiva, com políticas que foram bem-sucedidas, desde incentivos agrícolas, tentativas de reativação da indústria metalúrgica e investimentos na construção de indústria petroquímica. Em 2013, o país inaugurou sua primeira planta de separação gás/líquidos e iniciou a fase de provas de outra planta em Gran Chaco, assim como começou a construir uma planta de ureia e amônia em Bulo Bulo, e está planejando a construção de uma planta de etileno em Yauyaba (CUNHA FILHO, 2016).

O chamado *Proceso de Cambio* tem sido promovido pelo governo, a partir da necessidade de superar o colonialismo interno que dominava o país, de forma que os indígenas possam autodeterminar-se segundo os seus próprios costumes e culturas. Cunha Filho (2016) avalia que os objetivos concretos do governo se aproximaram mais do lado nacional-popular do processo, a partir da nacionalização dos recursos naturais, tentativas

de industrialização e investimentos em infraestrutura e energia, os quais não são opostos aos objetivos dos atores indígena-camponeses; todavia também não oferecem um paradigma alternativo de desenvolvimento que o *Buen Vivir* propõe na constituição (CUNHA FILHO, 2016).

A política econômica do governo Evo é vista, em grande medida, como de sucesso e grandes avanços, já que combinou crescimento econômico e avanços sociais, em um contexto que era de extrema pobreza no país. Com uma base desenvolvimentista atrelada à justiça social, a política econômica tem direção a partir do artigo 306 da Constituição e a política de uma ‘economia plural’:

- I. O modelo econômico boliviano é plural e está orientado a melhorar a qualidade de vida e o *vivir bien* de todas as bolivianas e bolivianos.
- II. A economia plural está constituída por formas de organização econômica comunitária, estatal, privada e social cooperativa.
- III. A economia plural articula as diferentes formas de organização econômica sobre os princípios de complementaridade, reciprocidade, solidariedade, redistribuição, igualdade, segurança jurídica, sustentabilidade, equilíbrio, justiça e transparência. A economia social e comunitária complementarará o interesse individual com o *vivir bien* coletivo (...).
- IV. O Estado tem o ser humano como máximo valor e assegurará o desenvolvimento mediante a redistribuição equitativa dos excedentes econômicos em políticas sociais, de saúde, educação e cultura, e na reinversão em desenvolvimento econômico produtivo (Nueva Constitución Política del Estado, 2008).

Luna (2016), ao analisar a política econômica boliviana de 2006 a 2014, pontua que no país não se estabeleceu uma economia contrária à economia de mercado, conforme o *Nuevo Modelo Económico, Social Comunitario y Productivo*, obra do Ministro da Fazenda Alberto Arce Acosta, principal ideólogo e gestor da política econômica do país. Ao olhar os objetivos desse modelo, Luna (2016, p. 156) pontua os seguintes como centrais:

- Superar a economia neoliberal e melhorar a igualdade da população, pois não há certeza da permanência do modelo capitalista ao longo do tempo;
- Estabelecer as bases para a transição para o novo modo de produção socialista;
- Colocar maior ênfase no papel de Estado como protagonista da principal atividade econômica, sem descuidar do mercado e da iniciativa privada;
- Redistribuir a riqueza nacional dando prioridade ao gasto público dirigido aos grupos sociais menos favorecidos da sociedade;
- Apoiar a economia no desenvolvimento de dois pilares: mercado interno e externo;

- Melhorar a produtividade e o crescimento econômico;
- Aproveitar os recursos baseados na exportação para a acumulação primária da poupança nacional e canalizá-los para o setor produtivo.

Para atingir esses objetivos e a partir de setores estratégicos geradores de excedente que são os de hidrocarbonetos, eletricidade, recursos naturais e minerais, tendo como líderes dos setores que mais empregam no país a indústria, habitação, agricultura e turismo, a estratégia boliviana se baseou nos seguintes pontos, conforme Luna (2016):

- Nacionalizar os recursos naturais e minerais estratégicos como o gás e os hidrocarbonetos para a posterior exportação;
- Impulsionar um forte gasto público no fornecimento de infraestrutura econômica e social com grandes efeitos multiplicadores sobre o emprego;
- Melhorar a tributação e arrecadação fiscal e realizar uma política social eficiente através de uma melhor distribuição dos recursos excedentes, dentro de um modelo de capitalismo de Estado;
- Estimular a demanda doméstica com recursos fiscais de grande impacto sobre o consumo de bens e serviços para impulsionar o crescimento econômico;
- Promover a exportação de produtos básicos com a finalidade de complementar a tabela de demanda agregada no setor externo.

Os investimentos públicos passaram a ser uma das prioridades do governo: de 2006 a 2014, passou de 6,7% para 13,4% do PIB, com um crescimento médio de 5,1%. Enquanto no período anterior ao seu governo, entre 1999-2005, o crescimento foi de 2,6%. Derivado, principalmente, da receita proveniente dos hidrocarbonetos, a qual mais que triplicou, passando de 9,8% em 2005 para 35,6% em 2013. As exportações que, de 1985-2005, haviam alcançado uma média de \$1,138 milhões de dólares, passaram a \$7,021 milhões de dólares de 2006 a 2012 (LUNA, 2016). O valor do PIB boliviano também foi acima da média na América do Sul, tornando-se o país que mais cresceu na região, chegando a 6,8% de crescimento em 2013. Mesmo após a queda dos preços dos hidrocarbonetos, que será explicada mais à frente, o país seguiu crescendo mais que a média da América do Sul.

Esse investimento é composto principalmente por infraestrutura, investimento produtivo, social e gasto multisetorial. A política fiscal boliviana também teve como centro subsídios para a parte mais vulnerável da população, que também atuou de forma a atenuar a crise de 2008 como estabilizadores automáticos. Outros dados que chamam a atenção são referentes às reservas: de \$1,7 bilhão de dólares, o país passou a ter uma reserva de mais de \$14 bilhão em 2013. No caso da Bolívia, o período de bonança da economia se manteve mesmo depois da queda nos preços das commodities e isso se deve em parte à política fiscal expansionista do governo boliviano, que segue financiando as políticas de transferência de renda, bem como os programas que reduziram a miséria no país quase pela metade.

Financiadas a partir da arrecadação de um imposto cobrado sobre os recursos de óleo e gás, o *Impuesto Directo a los Hidrocarburos*, e de dividendos de empresas públicas, as políticas sociais visando à melhora de vida da população evidenciam a mudança de paradigma empenhada pelo governo, que passou a atuar de maneira ativa pela população vulnerável, que corresponde principalmente à população indígena. A redução da pobreza extrema foi significativa: passou de 38% para 20% em 2016. O desemprego também teve os números reduzidos de maneira sintomática e atingiu a menor taxa de desemprego urbano na região, assim como diminuiu a diferença entre homens e mulheres desempregadas – nota-se que historicamente as mulheres estiveram em maior situação de desemprego. Em 2015, a taxa de desemprego era de 3,6% para homens e 5,8% para mulheres, enquanto em 2018 esse indicador atingiu 4,2% para os homens e 4,3% para as mulheres.<sup>27</sup>

Os números são resultado direto dos principais programas de transferência de renda apresentados pelo governo: *Bono Juancito Pinto*, *Renta Dignidad* e *Bono Juana Azurduy*, que beneficiaram 3,6 milhões de pessoas diretamente em um país com uma média de 11,5 milhões de habitantes. O *Bono Juancito Pinto* foi implementado em outubro de 2006, a fim de incentivar a matrícula e permanência das crianças na escola e oferece 200 Bs. por ano aos estudantes de escola pública. O *Renta Dignidad*, de 2007, paga um complemento de renda aos idosos a partir dos 60 anos: no valor de 250 bolivianos àqueles que recebem algum tipo de aposentadoria e no valor de 300 bolivianos aos que não recebem nenhuma renda, e que são em sua maioria pessoas que trabalharam

---

<sup>27</sup> Cf. <https://www.ine.gob.bo/index.php/prensa/notas-deprensa/itemlist/category/189-febrero-201>.

de maneira informal. Até então, os idosos que não tinham contribuído com a aposentadoria ao longo da vida ficavam à mercê da sorte na velhice. Já o *Bono Juana Azurduy* é direcionado a mulheres grávidas ou com filhos de até 2 anos e que estão em situação de vulnerabilidade social, vinculado ao cumprimento do calendário de vacinação e de consultas médicas.

O aumento do consumo per capita também contribuiu para identificar a mudança do poder de compra das famílias bolivianas, o qual foi 40% superior em 2015 com relação a 2005. Esse aumento esteve aliado à expansão da construção, que cresceu à taxa de 9% entre 2005 e 2015, e é explicada pelos investimentos públicos em infraestrutura, mas também pela expansão de moradias pelo setor privado (MORALES, 2017). Os orçamentos destinados à saúde e educação também aumentaram consideravelmente. As mudanças na educação, por exemplo, ocorreram a partir da aprovação da Lei n. 070 de 2010, em um movimento de construção da proposta com os movimentos sociais e sindicais da área educacional. O percentual investido do PIB para a educação passou de 4,5% em 2005 para 9% em 2016 – ano que a crise econômica já era sentida. Com isso, em 2006, eram aplicados o equivalente a R\$ 3 bilhões, e em 2016, esse valor passou para R\$ 10,3 bilhões no ensino público. O movimento organizado com os trabalhadores também foi refletido na valorização dos professores: em 2000, 25% deles eram temporários e, em 2016, o índice chegou a 1,7%.

Na saúde, entre 2006 e 2016, o país triplicou o orçamento em relação à média latino-americana. Em 2005, o investimento era de Bs.2.522 milhões, alcançando o valor de Bs.19.681 milhões em 2019, aumentando em 680% o valor investido. De 2006 a 2019, o governo inaugurou 1.061 unidades de saúde – até então, o país contava com 2.870 unidades, levando a um aumento de quase 40% de unidades no país. Em 2019, foi consolidado o sistema universal e gratuito de saúde, previsto pela Constituição de 2009, no terreno construído pelos investimentos anteriores, em um sistema de gestão participativa com funcionários, médicos tradicionais dos povos indígenas e camponeses e família e comunidade, em um formato com espaços de deliberação desde as comunidades ou bairros, com a participação social de comitês e autoridades locais.

Mesmo com o discurso anticapitalista e de outorgar maior papel ao Estado, o projeto de desenvolvimento do MAS ainda cedeu papel importante também ao setor privado. Vale ressaltar a formação da burguesia boliviana, que tem seu principal centro na burguesia cruceña agroexportadora, que atua em atividades agropecuárias e

extrativistas. Para tal, relembro o conceito de Poulantzas (1978) ao falar sobre a burguesia nacional em diferenciação com a burguesia compradora – aquela que chamamos de burguesia nacional sócia da burguesia internacional. A burguesia nacional, para o autor, é a fração da burguesia com base econômica e social em seu próprio país e está em contradição com o capital estrangeiro – aqui pode-se incluir a incipiente burguesia aimára. Do outro lado, há a burguesia compradora, a fração internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas, não tendo base própria de acumulação de capital, e atuando como sócia do capital estrangeiro. Entre ambas há ainda a burguesia interna. Almeida (2019, p. 207), ao elaborar o conceito de burguesia interna, afirma:

As determinações econômicas que constituem a burguesia interna derivam, por um lado, da apropriação do excedente produzido pelos portadores da força de trabalho (em especial, mas não só, da formação social onde ela está enraizada) e, por outro, de seu envolvimento nas malhas da reprodução ampliada do imperialismo. A burguesia interna é fruto, a partir da terceira fase do imperialismo, deste processo de reprodução ampliada induzida, nas diversas formações sociais metropolitanas europeias (além de várias dependentes), do capital imperialista predominante.

A burguesia cruceña transita entre ambas as categorias. Sua origem data do século XIX, vinculada ao boom da borracha e da imigração europeia. Contratados por empresas estrangeiras, tais imigrantes tornaram-se os principais investidores da região, com a iniciativa de povoar o leste do país após a Guerra do Pacífico. Seu eixo de acumulação é fruto principalmente da posse de grandes extensões de terra, da exploração de recursos naturais, da produção agroindustrial e serviços.

Essa burguesia foi beneficiada na primeira metade do século XX pelo estadunidense “Plano Bohan”, que firmou as bases para a criação do Banco Agrícola, da Corporação Boliviana de Fomento, da construção do oleoduto Camiri-Cochabamba e a estrada Cochabamba-Santa Cruz (CUETO, 2006). Já a partir da segunda metade do século, contou com o fomento do Estado às distintas redes estrangeiras, tendo se institucionalizado no poder a partir dos governos militares (1971-1978 e 1980-1982), e na presidência de Jaime Paz Zamora (1989-1993), quando foram doadas terras de até 50 mil hectares em um movimento de tráfico de influências que perdurou nos governos neoliberais.

[...] terras que num princípio não tinham maior valor econômico, porque não existia demanda de compra e a atividade agropecuária era apenas incipiente na região. Porém, a partir de 1993 iniciou-se o mercado de compra e venda de terra. Estima-se que a elite cruceña está composta por 100 redes familiares,

no entanto, 15 famílias possuem meio milhão de hectares (ESPINOZA, 2016, p. 5).

O'Brian (2008) acrescenta que uma centena de famílias no país possui 25 milhões de hectares de terra fértil, enquanto uma família campesina tem a posse de um hectare, em média, com pouca capacidade produtiva, ou seja, uma centena de famílias possui cinco vezes mais que dois milhões de camponeses.

No início do mandato, Morales reuniu-se com dirigentes da Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz (CAINCO), e em seu primeiro gabinete foi nomeado o milionário empresário cruceño Salvador Ric Riera como ministro de Obras Públicas e Habitação. Todavia, o ministro não obteve êxito no diálogo com o empresariado de Santa Cruz e o governo sofreu graves críticas de sua base política pela nomeação, fazendo-o deixar o cargo em 2007 (CUNHA FILHO, 2018).

As associações patronais, no primeiro mandato de Evo Morales, assumiram posição central na oposição ao governo. Citam-se entre elas a CAINCO, a Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB) e a Câmara de Agropecuária do Oriente (CAO), que criticou fortemente a política de nacionalização de hidrocarbonetos, indicando que isso afastaria investimentos externos. Ressalta-se que a nacionalização consistiu em uma renegociação forçada dos contratos de compra do Estado em ações para deter o controle majoritário no setor, não em uma estatização completa, o que levou à renegociação dos contratos das multinacionais com a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* para continuarem operando no país, com maior pagamento para a exploração das jazidas.

Cunha (2018) aponta que a questão de maior tensão com o empresariado era a questão agrária, a partir da proposta do governo de modificação da Lei do Serviço Nacional de Reforma Agrária, a qual modificava a função social da terra, tornando as terras improdutivas passíveis de expropriação. Ela foi aprovada a partir de uma grande mobilização da classe trabalhadora e com alto rechaço da burguesia agropecuária. Houve também o debate sobre o tamanho máximo permitido de propriedade fundiária (10mil ou 5mil hectares), o que afetaria de forma profunda a estrutura dos distritos da Meia Lua que acumulavam uma grande concentração de terra<sup>28</sup>. Outro ponto de tensão foi a proibição de exportação de produtos sujeitos à carestia, como o trigo, farinha e manteiga animal

---

<sup>28</sup> Contudo, ao ser aprovada na nova Constituição, tal regra não seria aplicada de maneira retroativa.

(MOLINA, 2016). Ressalta-se que, entre 2006 e 2012, foram distribuídos cerca de 31 milhões de hectares a 154.000 pessoas, voltados principalmente às populações indígenas, número 25 vezes superior às políticas de reforma agrária anteriores ao governo Morales (KLEIN, 2016).

A mudança na relação entre o governo e o empresariado se deu na transição do primeiro para o segundo mandato. Até 2009, a pauta de Morales estava centrada na descolonização e na recuperação das instituições, bem como na valorização das cosmovisões indígenas. Já na campanha que o levaria ao segundo mandato, centrou seu discurso nas promessas de industrialização nacional, a questão econômica ganhou centralidade com a promessa do desenvolvimento econômico a partir do Estado através de investimentos em transportes, comunicação e criação de estatais desde a indústria de base ao fornecimento de insumos (STEFAFONI, 2010; 2012). Molina (2013) destaca que essas iniciativas foram criticadas pelo empresariado por representar concorrência desleal. As mesmas iniciativas também foram cruciais para garantir a legitimidade política do governo junto à população.

Essas iniciativas de aumento do investimento público levaram, de fato, à diminuição do investimento privado, ainda que tenha aumentado o crédito financeiro privado com a ascensão do crédito bancário e seus lucros (CUNHA, 2018). O setor financeiro boliviano concentra-se principalmente em Santa Cruz, o que também justifica a melhor relação do empresariado com o governo. Por outro lado, o volume de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) aumentou de maneira exponencial a cada ano do segundo mandato, inclusive acima dos valores registrados na fase de privatizações, assim como a ampliação dos mercados externos do país, justamente ao contrário do que o acusaria a oposição. Tais valores caíram novamente a partir de 2015 e a partir de então permaneceram em um movimento de oscilação. Esse processo demonstra os benefícios gerados ao capital internacional na presidência de Evo Morales.

Esse movimento de queda dos investimentos não foi uma política do governo, todavia, os IED caíram em toda a América Latina como resultado da diminuição do investimento em setores ligados aos recursos naturais, especialmente mineração e hidrocarbonetos, que são os principais focos de investimentos na Bolívia, e da desaceleração do crescimento econômico, sobretudo no Brasil. A queda de rentabilidade do setor, como percentagem do estoque de IED, atingiu o máximo em 2011 e chegou ao nível mais baixo em 2015, afetando principalmente os países dependentes da exportação

de recursos naturais. (CEPAL, 2016). Vale pontuar que, a partir de 2012 houve a desaceleração do crescimento da China, que devido à sua nova demanda e posição na economia mundial havia jogado os preços a um patamar elevado, e a fraca demanda internacional dos países centrais junto com o aumento da capacidade produtiva de minerais e derivados a nível mundial.

Essa abertura ao capital internacional na Bolívia aumentou, sem dúvidas, o rendimento do governo fruto dos hidrocarbonetos, mas também reforçou a dependência do país ao capital internacional. Quanto maior o investimento externo em um país, mais juros são pagos ao capital internacional, o que conseqüentemente gera impacto no aumento da dívida pública, aumentando a situação de dependência do país, – o que evidencia o não rompimento do governo Morales com a burguesia internacional.

Ao chegar ao governo, Morales encontrou-se em uma situação favorável à exploração e exportação dos recursos naturais. Os primeiros anos do governo foram de grande liquidez de capitais internacionais, que enxergaram nos países do sul uma oportunidade lucrativa, somado aos fatores explicados anteriormente. A queda dos investimentos revela-se como parte da crise financeira de 2008, com sinais de esgotamento da situação positiva de até então, que foi sentida no país a partir de 2015, depois da eleição de Evo em 2014 e anteriormente ao processo de primeira perda em um processo de referendo, com os encadeamentos que viriam a seguir, como será exposto mais à frente.

O escape da crise em 2008 se refletiu também nas posições mais brandas da burguesia de Santa Cruz, com o empresariado deixando, inclusive, de contribuir com o Comitê Cívico da região: “As aceleradas taxas de crescimento, acompanhadas por baixos níveis de inflação, têm fomentado clima empresarial favorável à obtenção de florescentes lucros” (CRABTREE; CHAPLIN, 2013, p. 150).

A transição da relação da burguesia cruceña com o governo ficou evidente no I Encontro Plurinacional para aprofundar as Mudanças, de 2011. Ele foi convocado após os conflitos em torno da construção da estrada de TIPNIS e o chamado “gasolinaço” – que foi a suspensão dos subsídios aos combustíveis que tinha seus preços congelados há anos, causando um reajuste entre 56% e 82%. Isso provocou amplos protestos no país, levando à revogação do decreto (CUNHA, 2018). Esse evento teve grande rechaço dos movimentos sociais e sindicatos, mas grande adesão do empresariado e entidades patronais (OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO, 2011).

A atividade legislativa no período seguinte priorizou as demandas do empresariado, principalmente em políticas de industrialização e desenvolvimento econômico, e atualização do marco legal de investimentos (CRABTREE; CHAPLIN, 2013). Destacam-se: as leis de Apoio à Produção de Alimentos de 2013, que consistem em medidas e prazos para a regularização das terras desmatadas ilegalmente, propiciando uma anistia mediante reflorestamento parcial e compromisso com o cultivo de alimentos específicos (CASTAÑÓN, 2014) –; a Lei de Serviços Financeiros, também de 2013; a Lei de Mineração e Promoção de Investimentos, de 2014; a Lei de Arbitragem e Conciliação, de 2015. Esse conjunto de leis atuaram como o novo marco regulatório pedido pela burguesia empresarial, garantindo a sua propriedade e direitos de investidores, sendo vistas como pró-mercado, o qual ainda avaliou os incentivos como insuficientes (CUNHA, 2018).

Como visto, até a chegada de Evo Morales ao governo, o que imperou foi o enfraquecimento dos setores vinculados ao mercado interno e dependente de proteção econômica, como o setor manufatureiro de La Paz, e o fortalecimento dos setores ligados ao comércio externo, principalmente o agronegócio de Santa Cruz (BOWEN, 2014). Vale dizer que, no período de 2010 a 2014, o departamento de Santa Cruz passou por um boom econômico, aumentando seu PIB em 28,3%, apaziguando seus ânimos. Também foi especialmente significativo o arquivamento de uma reforma agrária mais profunda, o que acalmou os ânimos do empresariado do agronegócio cruceño. Esse ponto é um dos principais focos de conflito com a sua base social formada pelos setores camponeses, indígenas e trabalhadores, que criticavam a aceitação do governo do agronegócio como crucial para o modelo econômico e o aprofundamento do caráter extrativista e exportador tratado anteriormente. É também motivo de conflito não só entre o empresariado cruceño, mas entre os setores mais abastados do campesinato – a chamada burguesia aimará ou “elite setorial chola” (ESPIONOZA, 2014), formada também por redes de comerciantes, camponeses, transportadores e mineradores cooperativistas que enriqueceram, associados às demandas indígenas por território (CUNHA, 2018).

Por outro lado, o governo não foi imune à insatisfação da burguesia. Nesse sentido, destaca-se a aprovação da política de valorização permanente do salário-mínimo e do Doble Aguinaldo, que estabelecia o 14º salário aos trabalhadores quando o PIB crescesse mais do que 4,5% (CUNHA, 2018). Em 2005, o salário-mínimo nacional era

de Bs.440, e em 2017 passou a Bs. 2 mil. Nota-se que o número representa um aumento de 400%, enquanto a inflação média do período foi de 6% (MORALES, 2017).

Vale ressaltar que o emprego urbano se concentrava em setores familiares e pequenas empresas, e esses setores eram responsáveis em 2011 por 65% da ocupação no meio urbano (ESCÓBAR DE PABÓN et. al., 2019). Em 2013, apenas 20,9% dos empregados estavam em um emprego protegido por direitos trabalhistas e pela previdência social. A maioria da população (79,1%,) estava em empregos informais, considerados precários (CEDLA, 2013). Tais números tiveram significativas melhoras no governo Evo: a taxa de desemprego urbano diminuiu de 8,5% para 4,5% em 2017 (MPEF, 2018). A diminuição do desemprego veio, principalmente, pelo impulso dado pelos Estados às pequenas e médias unidades produtivas de bens e serviços, em estabelecimentos locais (SCHNEIDER, 2020). Schneider (2020), identifica duas fases no aumento do emprego no país: a primeira entre 2006 e 2012 e a segunda entre 2013 e 2015.

Cunha (2018) também destaca as políticas públicas relacionadas aos setores camponeses como a compra a preços estáveis de sua produção e a rede de armazéns públicos. A criação da Empresa Boliviana de Alimentos – EBA, empresa estatal, e políticas específicas como o apoio a produtos como a quinoa, foram fundamentais para a zona rural de Oruro e Potosí. Em 2014, o país alcançou recorde de exportações, chegando aos 10 bilhões de dólares<sup>29</sup>, principalmente fruto da produção de gás, mineração e agropecuária. Na produção agroindustrial, a soja, o girassol e o álcool dos engenhos Aguai e Guabirá são os que geram maiores entradas, e historicamente têm sido dirigidos pelas redes familiares pertencentes à burguesia cruceña (ESPINOZA, 2016).

Outro ponto interessante é perceber o desenvolvimento no aspecto ideológico da condução do governo. Ao analisar o plano de desenvolvimento apresentado em 2006 (*Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien*) e pelos programas de governo apresentados nas campanhas eleitorais de 2009 e 2014, em articulação com os documentos do Ministério da Comunicação da Bolívia (*Cuadernos de Formación Evo Morales Ayma, Logros de Gestión*), os discursos do Presidente Evo Morales no período 2013-2014 e diversas cartilhas, Negri et al. (2015) identificam uma modificação no espectro ideológico boliviano, com maior presença do discurso socialista a partir de 2014, com a inserção chave do termo Socialismo Comunitário no programa de governo de 2014, que conceituou o *Vivir Bien*, em contraste

---

<sup>29</sup> Cf. <https://www.ahoraelpueblo.bo/bolivia-bate-record-de-exportaciones-en-2014/>.

com a inexistência da defesa do socialismo no Programa de Governo de 2009 e no Plano de Governo de 2006. Os autores, todavia, fazem uma observação relevante: os discursos voltados à sociedade boliviana costumam apresentar os valores do socialismo comunitário como projeto para a Bolívia, já os discursos para o público externo reforçam a singularidade ideológica do Estado boliviano em oposição ao capitalismo.

A vinculação entre os princípios do Vivir Bien e a plataforma econômica denominada de Socialismo Comunitário é uma reformulação no discurso da esquerda. A valorização de um elemento novo, baseado em uma concepção particular de economia socialista, vinculado à demandas históricas que caracterizam a definição ideológica do governo ampliam o espectro ideológico a esquerda (NEGRI, CASTRO e GUACH, 2015, p. 118).

Ressalta-se também as menções do vice-presidente García Linera, que afirma que o governo tem por “princípios básicos anticapitalismo, anti-imperialismo, anticolonialismo; socialismo comunitário, vivir bien” (NEGRI et. al, 2015, p. 116). Chama atenção o contraste dessa fala com a defesa do “capitalismo andino” por García Linera na primeira fase do governo – como sua fala em Omasuyos em setembro de 2006, na qual defendeu que na Bolívia só se pode aspirar à consolidação de um capitalismo andino-amazônico, como potencialidade e limite de um cenário pós-neoliberal, que consistiria na articulação entre o capitalismo e as formas tradicionais de economia comunitárias-micro empresariais com o Estado com papel central de transferência de tecnologia e recursos (STEFANONI, 2010).

## **3 O GOLPE DE NOVEMBRO DE 2019**

### **3.1 A direção do governo Morales ante a crise**

O governo de Evo Morales apresentou índices econômicos de relevante crescimento, o que foi refletido nos seus índices de popularidade e fez com que o presidente ganhasse quatro eleições seguidas, permanecendo à frente do país até o golpe de 2019.

O Processo de Cambio liderado por Evo Morales pode ser observado, segundo Moldiz Mercado (2020) em três períodos. O primeiro, de 2006-2009, começa com as insurgências que desembocam nas guerras da água e do gás e vai até a aprovação da nova Constituição. Ele é caracterizado pela configuração do novo bloco histórico que ocupa o poder, com novos vínculos entre estrutura e superestrutura e a “nacionalização do governo” (MERCADO, 2020), a partir de uma nova construção de hegemonia – que é preciso mencionar, está em constante movimento. Esse momento é marcado pela concretização da agenda anti-imperialista, com tensas relações com os Estados Unidos, e antineoliberal, a partir da concretização da Agenda de Outubro, incluindo a nacionalização do petróleo, a recuperação dos recursos naturais, a nacionalização das empresas privatizadas e a consumação da Assembleia Constituinte. O antigo bloco burguês-oligárquico que dirigia o Estado foi afastado do poder, todavia, ressalta-se que, apesar desse distanciamento, as políticas mencionadas acima implicaram, no máximo, em um novo ciclo para o capital. O horizonte construído para esse momento é o que Álvaro García Linera caracterizou como capitalismo andino-amazônico, que posteriormente passou a denominar de socialismo comunitário.

Em 2009, Evo Morales consagrava a sua popularidade ao vencer as eleições daquele ano com 64,22%, além da maioria qualificada nas duas casas legislativas. Iniciou-se então o seu segundo mandato em 2010, quando também teve início o segundo período do governo, que se estendeu até 2016. Trata-se de um momento de apaziguamento também com as forças da oposição, que foram inseridas na agenda do oficialismo. Em 2014, os índices de vitória do governo basicamente se repetiram, e o presidente foi eleito com 61% dos votos. Isso consolidaria o MAS como o principal partido boliviano, que agora chegava também à maioria nos governos municipais e departamentais. A oposição, por outro lado mantinha sua força concentrada no Oriente, abarcando os departamentos

de Santa Cruz, Beni e Pando, mas com dificuldade de se articular a nível nacional. O segundo período (2010-2016) é caracterizado pelo início da desaceleração do Processo de Cambio. Essa desaceleração é concomitante à crise, que, ao provocar fraturas no lucro da burguesia e conseqüentemente na opinião pública, levou à inflexão hegemônica do evismo. Esse processo foi acompanhado por um recuo do apoio dos movimentos sociais ao governo, fruto da posição por vezes dúbia do oficialismo, a qual foi constituída a tentar acomodar interesses que não são passíveis de negociação. Os movimentos sociais e setores populares, centrais no processo de formação do governo, foram alijados do Estado e este passou a atuar como o centro do Processo de Cambio, trazendo, inclusive, os principais dirigentes sociais para uma posição de resignação em relação ao governo.

Mercado (2020) demonstra que, nesse período, o governo conseguiu desviar-se da crise econômica que se alastrava pelo mundo, que ainda não é sentida no país. A partir da consolidação de um modelo de investimento público, alta do PIB e criação de superávit direcionado às políticas sociais. Entretanto, os resultados positivos afastaram o governo da percepção de que o país estava inserido no modelo capitalista e, conseqüentemente, de que estaria suscetível às crises desse sistema. Contudo, é importante lembrar que a autonomia em relação às leis econômicas do sistema capitalistas não é objeto do governo. Vale relembrar aqui do conceito marxista de “determinação em última instância” entre as leis econômicas e a estrutura dominante, ou seja, é o sistema no qual está inserido o governo (dirigido pelo próprio Estado) que determinará a sua atuação.

A virada ao terceiro momento ocorre a partir da consulta pública ao Referendo Constitucional, do dia 21 e fevereiro de 2016, e se estende até o golpe de 2019. A partir dele, seria aprovada ou rechaçada a mudança na Constituição, a qual permitiria uma segunda reeleição de Evo Morales. O resultado do referendo expressou as contradições da crise do capitalismo no seio do governo, com o afastamento de sua base social e o início de uma campanha mais contundente da oposição pela derrocada de Evo Morales, o que ilustra o descontentamento da burguesia em relação a direção da crise.

A votação obteve resultados apertados e levou à derrota de Evo, a primeira consulta que o governante perdeu desde o início do mandato de 2006. A diferença foi fruto do rompimento dos setores urbanos com o governo, enquanto os setores rurais, historicamente e ainda naquele momento, colocavam-se ao seu lado. Foi estabelecida uma narrativa anti-evista sob o pressuposto da vontade de Evo Morales de perpetuar-se no poder para evitar a sua participação nas eleições seguintes, sob forte atuação da oposição

com apoio externo. Em 2019, ainda que sob essas circunstâncias, Morales venceu as eleições e foi criada uma nova narrativa: sob o argumento de fraude, criou-se o cenário que possibilitou o golpe de Estado alguns meses depois.

### *3.1.1 Crise das commodities: crise do capitalismo*

*[...] la crisis es la forma clásica de la revelación o reconocimiento de la realidad del todo social [...] La crisis, por tanto, no sólo revela lo que hay de nacional en Bolivia, sino que es en sí misma un acontecimiento nacionalizador. Los tiempos diversos se alteran con su irrupción. Tú perteneces a un modo de producción y yo a otro, pero ni tú ni yo somos los mismos después de la batalla de nanawa; nanawa es lo que hay de común entre tú y yo. Tal es el principio de la intersubjetividad.*  
(ZAVALETA, 1983, p. 16)

Faz-se necessário, nesse ponto do trabalho, fazer uma reflexão acerca da crise das commodities que desemboca na crise econômica e política na Bolívia, para compreendermos esse momento como uma crise do próprio sistema capitalista. A abordagem recorrente sobre as crises traz a visão liberal da crise como algo externo ao capitalismo e não inerente a ele; o mesmo se passa com a noção de golpe de Estado. A vertente marxista, por outro lado, percebe as crises como inerentes ao sistema e tem se debruçado especialmente no estudo acerca da crise contemporânea do capitalismo, que se inicia na década de 1970 e tem continuidade até o momento presente. No século XXI, essa crise se acentua no ano de 2008 e é sentida com vigor na América Latina e na Bolívia entre os anos de 2014 e 2015, desembocando no golpe de Estado de 2019 no país.

Os instrumentos jurídicos, compondo o aparato do Estado, não se opõem à forma capitalista e tampouco são uma forma de salvar a crise, e o movimento que estes fazem são uma forma de reconfigurar os termos da crise, dinamizando-a, excluindo grupos, remediando ou protegendo outros, mas “sempre promovendo um circuito infinito de trocas mercantis” (MASCARO, 2018, p. 110). Reconhece-se o esforço de Evo Morales em questionar elementos que sustentam o capitalismo, principalmente quando destacamos a guinada ao discurso socialista em seu último mandato. Todavia, é necessário perceber que seu governo manteve a dinâmica capitalista e não teve como objetivo a sua superação. Sendo assim, manteve a estrutura de uma sociedade de

mercadoria, sendo o Estado a sustentação política fundamental para essa manutenção. A esse respeito, percebe-se o poder ideológico que a lógica capitalista impõe para sobreviver, respaldando-se nos aparelhos ideológicos que detêm a força e a própria produção e continuidade do sistema vigente.

Para compreender o cenário do golpe de 2019, é preciso, dessa forma, perceber essa crise como crise do modelo econômico vigente. A hegemonia política conquistada pelo governo Evo Morales e o apaziguamento que havia construído sobre a burguesia e que deu sinais de esgotamento a partir da consulta de 2016, são tidas aqui como consequência da crise. Essa crise é relativa à baixa dos preços das commodities que atravessou a região, resultando na queda visível do rendimento do país e na consequente diminuição dos ganhos acumulados da burguesia.

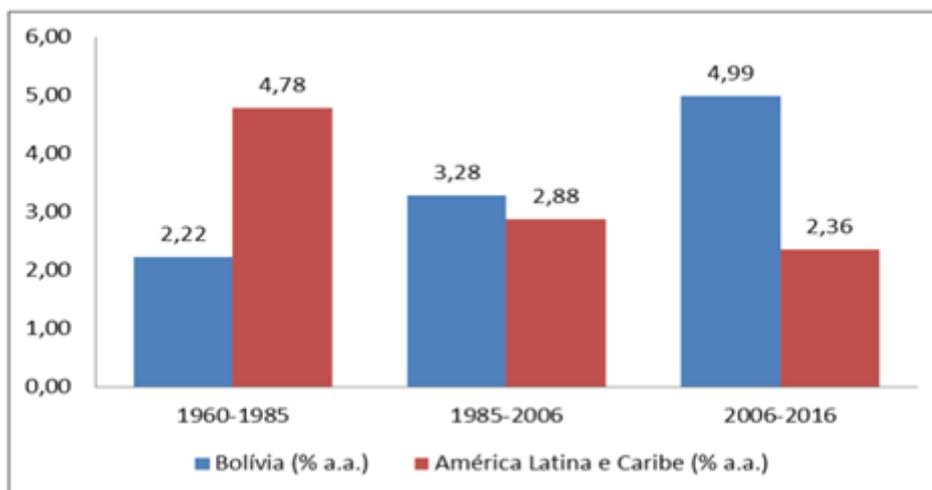
Como visto, o primeiro período do governo Evo foi o momento de maiores nacionalizações, em um momento de forte presença do Estado na economia. Todavia, no segundo momento, a conciliação com a burguesia e seus representantes dentro da esfera política expandiu-se, almejando a estabilidade parlamentar. Aliada na busca pela estabilidade, a queda de produtos de exportação aumentou o cortejo do governo aos investidores estrangeiros e nacionais. Esses períodos apresentaram uma alta significativa do PIB, aumento fundamental para a aplicação de programas de redução da pobreza e de políticas salariais. Por outro lado, a alta do PIB também é fundamental para o aumento do lucro da burguesia, já que um maior aumento do PIB evidencia uma maior produção dentro do país, ainda que com investimentos estrangeiros, o que desemboca na elevação do lucro.

As altas taxas de crescimento econômico e receitas fiscais são fruto do alto preço das exportações, baseadas principalmente no comércio de hidrocarbonetos, acompanhado da diminuição das importações e gerando, como consequência, um superávit na balança de pagamentos. Ressalta-se, ainda, a política adotada pelo governo de controle do aumento da dívida externa, gerando um menor gasto em pagamento de juros da mesma. Todavia, o ano de 2014 marca o início da queda dos termos de troca na Bolívia, com o aumento das importações e diminuição das exportações, explicada pela queda do preço das commodities com o desaceleramento do crescimento da China e as crises econômicas que viviam o Brasil e a Argentina, os dois principais compradores do produto.

Ainda assim, o crescimento econômico médio do PIB no país ultrapassou o valor na América Latina mesmo durante a crise, que havia alcançado a maior porcentagem de

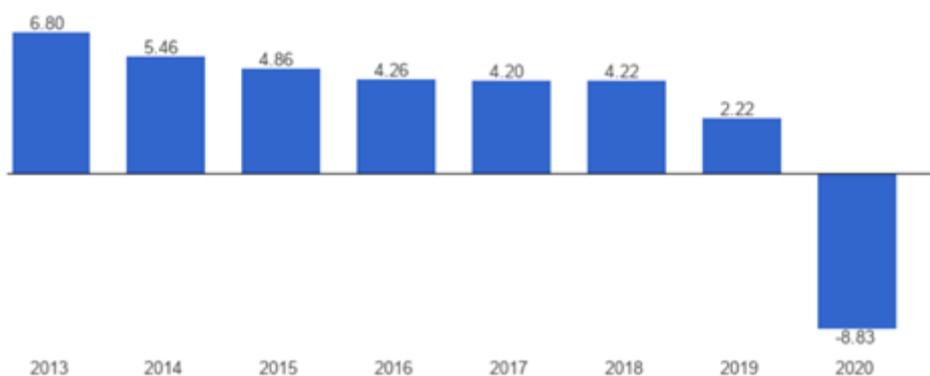
crescimento na região no governo Morales. A respeito, é necessário pontuar que o crescimento do PIB é um crescimento relativo, ou seja, mesmo com um alto crescimento, o país ainda apresentou um PIB per capita médio baixo, comparado à taxa média da região. A evolução do crescimento do PIB no país e seu crescimento em relação à América Latina são demonstrados nos Gráficos 3.1 e 3.2 abaixo.

**Gráfico 3.1** – Comparação da taxa anual média de crescimento do PIB da Bolívia e da América Latina e Caribe em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (a.a. %)



Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators (MACIEL, 2018).

**Gráfico 3.2** – Crescimento do PIB na Bolívia entre 2013 e 2020



Fonte: Banco Mundial (2021).

O incremento do PIB também é resultado do aumento das receitas do Estado, com o lucro advindo principalmente dos hidrocarbonetos. Destaca-se que, de forma distinta da nacionalização do setor no século XX, o processo ocorrido no governo MAS não foi a desapropriação de ativos, mas uma maior apropriação dos fluxos de capital pelo Estado

dos hidrocarbonetos. Esse rápido crescimento percebido na Bolívia e nos países da América Latina, com uma base produtiva de caráter semelhante, baseado na exploração dos recursos naturais, é transitória, fruto da conjuntura e dos depósitos dos recursos, o que leva, inevitavelmente, a uma eventual queda.

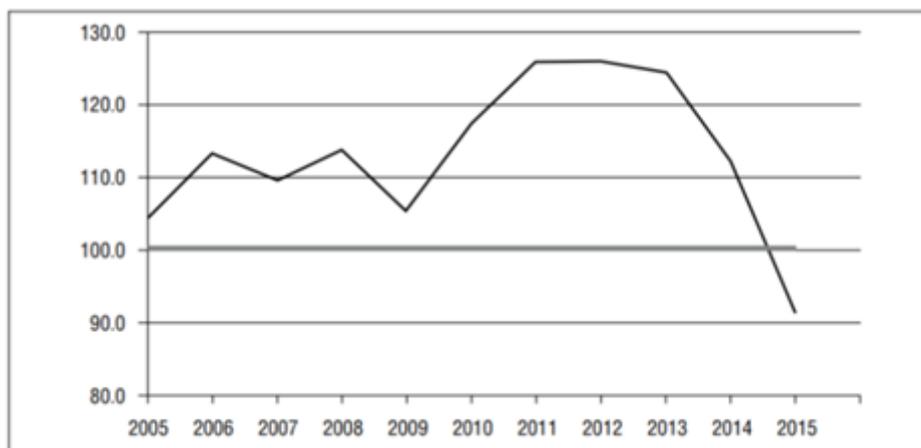
Destaca-se que o decreto de nacionalização estabeleceu um imposto adicional de 32% sobre a exploração dos hidrocarbonetos. Essa exploração é feita majoritariamente pelas transnacionais – consequentemente o imposto estabelecido retira uma parte significativa dos seus lucros –, já que a estatal YPBF não tem estrutura para extrair todo o montante de petróleo. As transnacionais controlam 80% da produção de gás no país. A YPBF, por outro lado, possui apenas duas operadoras no país, a Chaco – 90% boliviana, e a Andina – 50% boliviana e 50% controlado pela espanhola Repsol. Além disso, atuam no país a Petrobras, a inglesa Shell, a russa Gazprom e a estatal venezuelana PDVSA. Em termos tributários, principalmente através do mencionado imposto, o setor representa quase 50% do faturamento do Estado, levando a renda estatal, dessa forma, a uma sensibilidade à variação internacional dos preços maior do que nos países vizinhos, ainda que todos os países da região tenham experimentado a recessão no período de queda de preços das *commodities*.

Entretanto, apenas a exploração do gás não sustentava o aumento do PIB durante o período, apesar de ser a grande responsável pelo feito, ocupando quase um quarto do faturamento do Estado – mesmo com uma perda de reserva de gás durante os anos. O investimento público também foi um fator de grande importância para esse aumento no PIB boliviano, principalmente em obras públicas, como o revolucionário sistema de transporte público teleférico em La Paz. Também contribuíram para o incremento do PIB a construção e o setor de serviços. Por outro lado, a participação da agricultura e da indústria caíram, como vimos no capítulo 2 com relação ao aumento da agricultura comercial e a diminuição da agricultura tradicional.

Para compreender o impacto dos preços das *commodities* e a importância dos hidrocarbonetos na receita do país, vale destacar o valor dos termos de troca. Ou seja, houve o aumento do valor das exportações, devido ao aumento do volume exportado, mas esse valor foi impactado principalmente pelo aumento acelerado dos preços das exportações. Concomitante a esse fato, as importações – que na Bolívia concentram-se centralmente em produtos manufaturados – tiveram uma alta menos acelerada, gerando,

assim, uma alta de receitas no país. O Gráfico 3.3 a seguir demonstra a evolução dos termos de troca no país:

**Gráfico 3.3** – Termos de troca (2005-2015)<sup>30</sup>



Fonte: Paucara España (2017).

A queda agudizada em 2015 demonstra o movimento ocorrido com a queda do valor das commodities e as crises dos países compradores citados anteriormente, o que consequentemente resulta na diminuição da renda do setor.

Essa relação de dependência das commodities desemboca em dependência tecnológica, assim como na importação dos produtos manufaturados, com superior valor agregado. À vista das questões mencionadas, não é possível escapar do entendimento do crescimento exponencial como uma situação conjuntural e dependente da volatilidade externa, já que, de maneira geral, os países dependentes tendem a transferir valor a partir da estrutura primário-exportadora. Os gráficos a seguir demonstram a evolução da importância das exportações no país, assim como os setores que mais impactaram em seu crescimento.

Faz-se necessário, portanto, compreender a economia boliviana a partir da sua estrutura primário-exportadora, fruto das relações desiguais e de dependência com os países centrais, e que se repete ao longo da história, alterando apenas o tipo de produto primário exportado, como visto no capítulo 2. E, tendo em vista o maior valor agregado

<sup>30</sup> Base: 1990=100.

dos produtos importados manufaturados, ocorre a deterioração dos termos de troca e o consequente histórico de transferência de valor aos países centrais<sup>31</sup>.

Como mencionado, as exportações de commodities são a principal fonte de receita boliviana ao longo da história. Dessa forma, é oportuno compreender melhor o seu crescimento durante os governos Morales, assim como a alteração dessa estrutura exportadora. Tanto as exportações como as importações tiveram alta no governo Morales, impulsionadas pelo aumento do consumo interno e como visto, a crise de 2008 é sentida tardiamente no país, não afetando os valores daquele ano. Todavia, com a queda relevante das exportações entre 2014 e 2015, o país encontrou-se em uma situação de déficit em 2015 e 2016, não experimentada na Bolívia desde o início do Processo de Cambio, como demonstrado no Gráfico 3.4.

**Gráfico 3.4** – Exportações da Bolívia de 2000 a 2021<sup>32</sup>



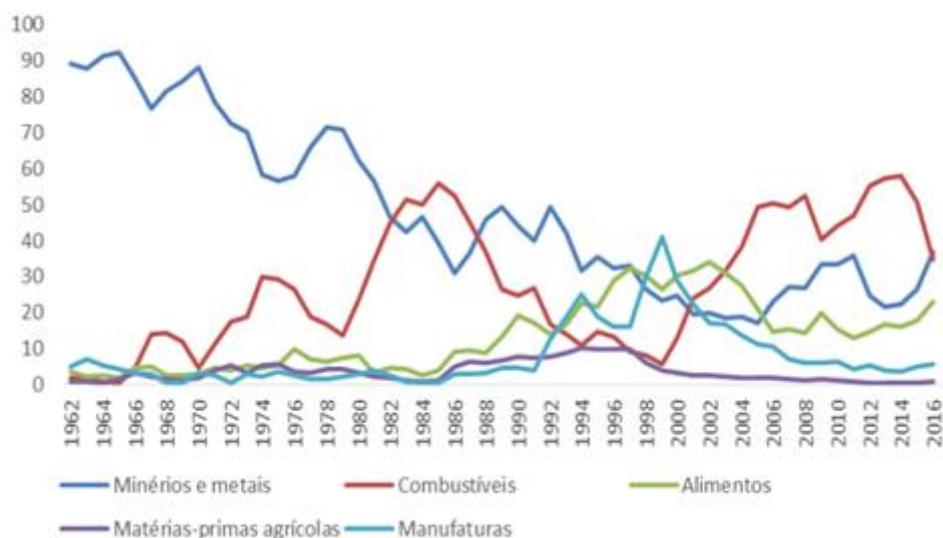
Fonte: CeicData (2021).

Já o Gráfico 3.5 demonstra a evolução da pauta exportadora. Observa-se a permanência dos produtos primários na pauta exportadora boliviana, e o grande crescimento dos combustíveis – hidrocarbonetos, no governo Morales. O gráfico 3.6 ilustra a balança de pagamentos, que corresponde à relação entre exportações e importações.

<sup>31</sup> Categoria discutida no âmbito da Teoria Marxista da Dependência. Para uma leitura mais atenta sobre as categorias mencionadas ler *Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini (2005).

<sup>32</sup> Valores em milhões de dólares.

**Gráfico 3.5** – Evolução da composição da pauta de exportações entre 1962 e 2016 (%)



Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators (MACIEL, 2018).

**Gráfico 3.6** – Balança comercial da Bolívia de 1994 a 2021<sup>33</sup>



Fonte: CeicData (2021).

Com a valorização substancial do preço das exportações nos governos MAS, houve impacto na mesma medida no rendimento do setor exportador e no crescimento do PIB. O déficit no PIB, dessa forma, impacta o rendimento da receita dos Estado, pois os produtores de dentro do país estão exportando menos e a um valor mais baixo, conseqüentemente com os lucros diminuindo, tanto no setor público quanto no setor

<sup>33</sup> Valores em milhões de dólares.

privado. Aborda-se novamente este ponto porque esse déficit é posto como algo a ser contido, já que apenas com o superávit é possível a execução das despesas discricionárias no país, que englobam os gastos sociais. Esse fator impacta também a questão da dívida pública, que será abordada a seguir.

É fundamental pontuar, nesse sentido, o papel que cumpriram as reservas internacionais estabelecidas pelo país no período Evo para o amortecimento das possíveis consequências em contexto de queda dos preços. Os déficits na balança de pagamentos foram parcialmente financiados com as reservas, e outra parte através do aumento com créditos externos (MORALES, 2017).

Outro elemento que contribui para a análise diz respeito aos Investimentos Estrangeiros Direitos – IED no país. No neoliberalismo, diferentemente do que se evidenciou no governo do MAS, o país era totalmente dependente desta modalidade de fluxo financeiro. A Constituição de 2009, em seu artigo 320, contribuiu substancialmente para a mudança dessa situação, já que definiu que os investimentos estrangeiros não tivessem prioridade sobre os investimentos nacionais, estando sujeitos às mesmas regras, sob o controle do Estado Plurinacional. Os IEDs tiveram um boom no neoliberalismo na década de 1990, experimentando queda em 1998 e só recuperando sua taxa em 2005, quando se multiplicaram por sete naquele ano (CEPAL, 2016), devido ao fortalecimento da demanda interna e transformando o país em destino das multinacionais. Os IEDs atingiram o pico em 2013, mesmo sob o prisma da nova lei, o que demonstra também o grande montante de investimentos nacionais (MACIEL, 2018).

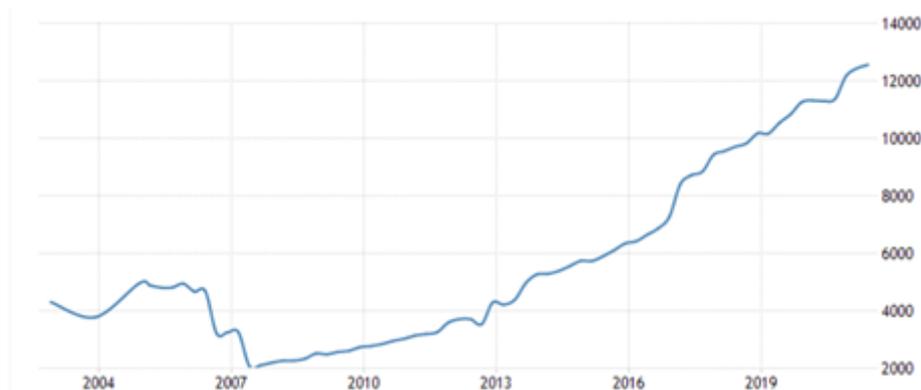
Tais questões são importantes porque dizem respeito diretamente ao lucro da burguesia internacional no país, ou seja, evidenciam o benefício adquirido por essa mesmo em um contexto de contenção do capital externo. A sua queda, por outro lado, demonstra a tendência da queda de lucro da burguesia internacional. A vulnerabilidade ao fluxo do capital externo, que é consequência também desse tipo de investimento no país, pôde, por outro lado, ser parcialmente evitada pelo aumento das reservas internacionais estabelecidas nos anos anteriores, o que garantiu menor vulnerabilidade externa ao fluxo do capital, e contribuiu para a situação de solvência financeira do país, mesmo no momento de crise.

A questão da dívida externa aparece antecipadamente ao ser mencionada a questão da balança de pagamento e das reservas internacionais. Essa aumenta visando o financiamento dos déficits na balança de pagamentos, ao passo que uma parcela reservas

internacionais também é utilizada no pagamento das dívidas de curto prazo, na tentativa de um não aumento exponencial dos juros. Porém, destaca-se que a Bolívia vive uma situação inusitada na América Latina, já que suas reservas internacionais ultrapassavam o montante da dívida (MORALES, 2017).

Em julho de 2019, ainda no governo Evo, a dívida pública externa de médio e longo prazo alcançou 24,6% do PIB. Mesmo diante dessa situação, o aumento da dívida leva ao benefício do capital internacional – ou seja, da burguesia internacional. Nos primeiros anos do governo, verifica-se a queda da dívida, enquanto no momento seguinte há a sua elevação. Essa elevação é exponencial principalmente a partir da crise e do seguinte golpe de Estado em 2019, o que aumenta o lucro do capital internacional, já que o capital financeiro é beneficiado justamente a partir do crescimento da dívida e por conseguinte do pagamento de seus juros. O gráfico 3.7 abaixo demonstra essa tendência.

**Gráfico 3.7 – Crescimento da dívida externa**



Fonte: Banco Central da Bolívia.

Elaboração: <https://pt.tradingeconomics.com/bolivia/external-debt> (2022).

Os empréstimos internacionais foram de importância notável para a contenção do déficit, e também de igual importância para a manutenção do ritmo de crescimento dos anos anteriores pelo governo a partir de 2014, impulsionando os gastos sociais, último aspecto a ser aqui mencionado.

Durantes os mandatos de Evo Morales, assumiu-se uma importante política de subsídios, principalmente aos combustíveis produzidos e distribuídos pela estatal YPF, que, como visto, teve baixa significativa de produção a partir de 2014. Nesse ano, se sentiu o déficit fiscal no país, e o início de um maior financiamento a partir de créditos

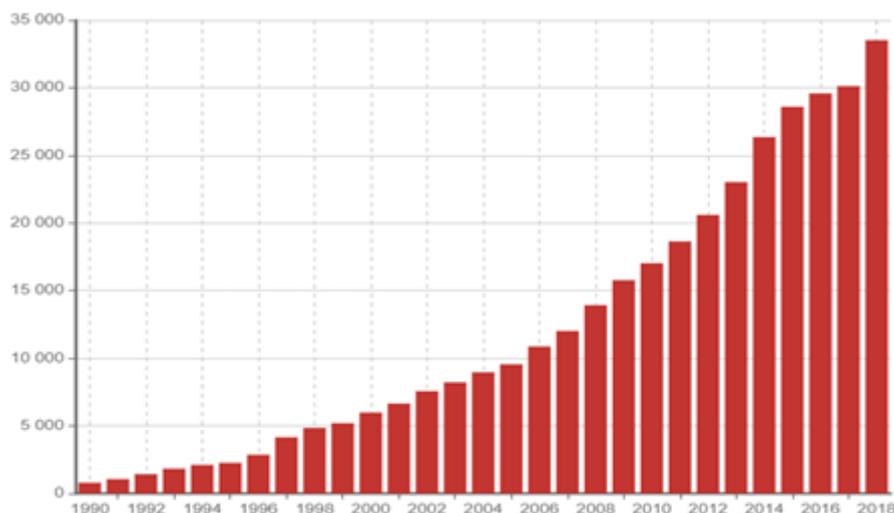
externos e reservas internacionais como meio de contornar a crise através do fortalecimento de políticas públicas.

A postura diante o capital financeiro frente à crise ganhou um peso ainda maior pela política fiscal que já vinha sendo implementada ao longo do governo. Prezava-se pelo câmbio fixo na direção de consolidar uma bolivianização da economia, em um movimento de fortalecimento do poder aquisitivo interno da moeda. Esse fator contrapõe-se com a dolarização que vinha ocorrendo no período neoliberal no país e fortaleceu o sistema financeiro Bolívia. A política fiscal também incluiu o fortalecimento do Banco Central da Bolívia, em uma atuação coordenada com o Ministério da Economia do país. Ambas as medidas iam na contramão do manual de boas práticas institucionais do mercado, que preza pelo câmbio flutuante e a autonomia do Banco Central (CASTRO; LIMA FILHO, 2020). Por outro lado, não houve diminuição dos juros ou um boicote ao seu pagamento, o que poderia reverter a acumulação do capital financeiro através da compra de títulos da dívida remunerados através da taxa de juros (MORALES, 2017). Vale lembrar que a pressão externa para a manutenção das regras fiscais são um poderoso instrumento de constrangimento aos investimentos no país.

A política governamental para conter os efeitos da crise expressa no déficit foi sentida principalmente pelo setor financeiro. Estabeleceram-se taxas de juro ativas para alguns setores e pisos para as taxas de lucros passivas do sistema bancário, e as regulações estabelecidas obrigaram as entidades intermediárias financeiras a destinar elevadas porcentagens de seus serviços ao financiamento dos setores produtivos e habitacional.

Abaixo, o Gráfico 3.8 nos mostra o aumento do gasto público social de forma significativa, mesmo no contexto de queda da receita do país. Esse fato expressa a priorização do governo no momento da crise: assegurar a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, em detrimento do sistema financeiro, ainda que tenham sido beneficiados de forma indireta o capital internacional, através da dívida externa. Já o Gráfico 3.9 diz respeito ao financiamento do *Bono Juacinto Pinto*, detalhado no capítulo anterior, evidenciando a manutenção do investimento dirigido à essa política pública. Também se verifica a partir deste a inversão de financiamento da mesma, que antes do período de crise estava vinculado principalmente ao Tesouro Nacional, e passou a estar vinculado às estatais. Trata-se de uma situação de diminuição das reservas nacionais do Estado, com prioridade para a garantia dos direitos sociais.

**Gráfico 3.8** – Gasto social público do governo central em Bs. a preços correntes



Fonte: CEPAL (2022).

**Gráfico 3.9** – Financiamento do *Bono Juacinto Pinto* entre 2006 e 2015<sup>34</sup>



Fonte: MEFP (2016). Elaboração: Paucara España (2017).

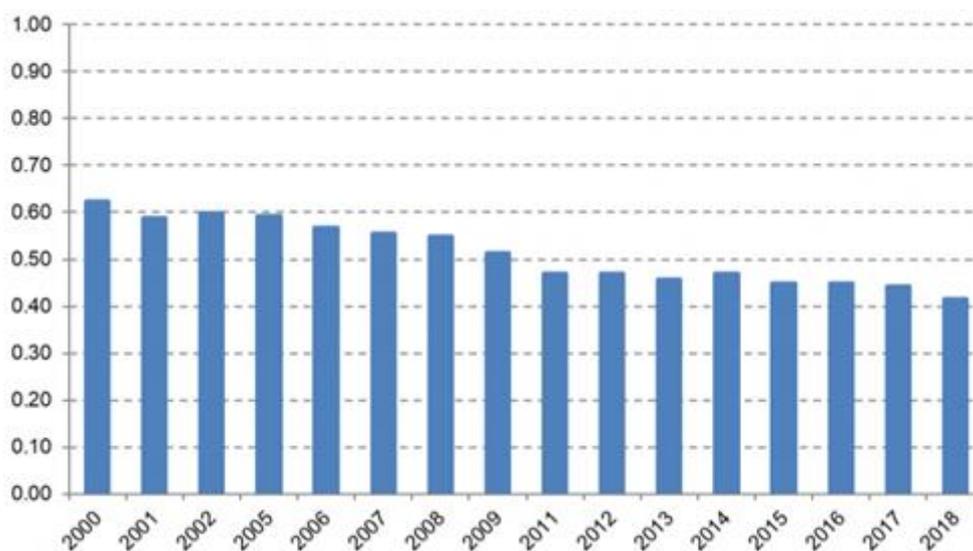
\*TGN – Tesouro Geral da Nação

O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, é um bom mecanismo para ilustrar a situação do país durante o governo Morales e o impacto de contenção da crise aos trabalhadores, que até o fim do seu governo manteve a queda da pobreza extrema. De 2005 a 2019, o número vai de 38,2% a 15,2% da população. Como demonstra o Gráfico 3.10, o índice apresentou melhora relevante no país. Entre 2000 e 2018, houve queda de 0,62 para 0,42, o que significa uma melhora na distribuição de renda no país. Ao destrincharmos os números, nota-se uma queda ainda maior na zona rural, área com uma

<sup>34</sup> Valores em milhões de Bs.

desigualdade de renda historicamente superior e também de forte base do governo. Na zona rural, o coeficiente baixou de 0,69 para 0,49 e na zona urbana de 0,54 para 0,38. Compreende-se que, apesar de ter conseguido manter uma certa estabilidade, a partir de 2014 há uma queda de 0,51 para 0,54 no período, o que indica um aumento da desigualdade no país.

**Gráfico 3.10** – Índice de Gini na Bolívia



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (MECOVI 2000-2002, EH 2005-2018).  
Elaboração: Observatorio de la Deuda Social en Bolivia.

Por fim, a política de nacionalização continuou sem caminho durante a crise, com a criação em 2017 da Yacimientos de Litios Bolivianos (YLB) como Empresa Pública Nacional Estratégica através da Lei nº 928. Vale dizer que o Salar de Uyuni (deserto de sal na Bolívia) abriga metade do lítio mundial e, desde 2008, o lítio estava a cargo da COMIBOL, a partir da proposição das organizações sociais da região do Salar de Uyuni ao Presidente a industrialização de seus recursos evaporativos. Em 2013, iniciou-se a produção do lítio ao sul do Salar, sendo a primeira vez na história do país que um recurso dessa importância estava sendo industrializado no âmbito do Estado e da soberania nacional (EPNE-YLB). O mineral foi a grande aposta de industrialização do governo boliviano no último mandato de Morales.

Ressalta-se que, desde o início do mandato de Morales, os conflitos com as exploradoras dos minerais estrangeiras se multiplicaram, a partir da reclamação da nova direção política voltada à extração e produção advinda do minério. Em 2003, a empresa canadense South American Silver tinha criado uma companhia para explorar a prata e o

índio (metal de terras raras usado em televisores de tela plana) e, em 2012, o governo anulou o contrato que havia sido firmado antes do mandato de Evo Morales. Os indígenas da região denunciaram que as terras reivindicadas pela empresa eram habitadas por comunidades e que a companhia estava destruindo seus espaços sagrados, além de promover a violência. A transnacional indiana Jindal Seel também teve seu contrato suspenso em 2007 pelo governo. Ambas as empresas procuraram arbitragem internacional pelo pagamento de compensação por parte do governo. Já a Pan América processou o governo pela apropriação pela companhia nacional de energia da sua participação na Petrolera Chaco (PRASHAD, 2019). O governo precisou pagar as compensações. Prashad (2019) afirma que os pagamentos públicos e privados em indenizações para a nacionalização totalizaram pelo menos US\$ 28 bilhões na época.

Com a produção em andamento, o governo inaugura, então, em seu último mandato o Ministério da Energia e a YLB. A empresa estatal, criada mediante a Lei n. 928 determina em seu artigo único de fundação que:

- I. A Empresa Pública Estratégica Nacional para Yacimientos de Litios Boliviano - YLB, é criada sob a supervisão do Ministério de Energia, em substituição à Gestão Nacional de Recursos Evaporíticos.
- II. Yacimientos de Litios Boliviano - YLB, é responsável pela execução das atividades de toda a cadeia produtiva: prospecção, exploração, aproveitamento, aproveitamento ou concentração, instalação, implantação, partida, operação e administração de recursos evaporíticos, complexos químicos inorgânicos, industrialização e comercialização (EPNE-YLB)

A importância estratégica do lítio no último mandato faz justo ao seu alto grau de desenvolvimento tecnológico e a demanda crescente dos produtos da cadeia do metal no mercado mundial. Como visto, toda a produção do lítio boliviano é determinada pela Estatal, que teve como objetivo de sua criação impulsionar os projetos do setor. Com a queda da demanda por exportação das commodities desenvolvidas anteriormente, a sua industrialização é uma das saídas propostas pelo governo para o desenvolvimento do país, sendo o mineral essencial para a produção de baterias.

Castro et. al. (2020) colocam que o processo de industrialização vem sendo desenvolvido com cuidado pelo governo, tendo em vista também a presença dos indígenas no território e a garantia da soberania sobre os recursos naturais do país. Entretanto, o país não tem capacidade tecnológica autônoma para realizar tal projeto e há a necessidade de estabelecer concessões às empresas multinacionais para se poder avançar. Dessa forma, é obrigatório que a YLB seja sócia majoritária na cadeia de

produção e a empresa estrangeira parceira precisa garantir o mercado para os produtos e a mão de obra deve ser boliviana. As empresas ocidentais, todavia, se recusaram a aceitar as condições colocadas pela YLB e as parcerias para o desenvolvimento do mineral vem sendo desenvolvidas com empresas chinesas (CASTRO et al, 2020). No final de setembro de 2019, um carro elétrico fabricado na Bolívia foi apresentado ao público pelo presidente, com a intenção de promover a indústria, o país é o único território onde a cadeia da produção é estatal, na Argentina e no Chile, por exemplo, a maior parte das ações e lucros pertencem as empresas multinacionais. (CEBALLOS, 2021).

A política referente ao lítio adotada pelo presidente agudiza a insatisfação da burguesia à postura tomada pelo presidente ante a crise, tendo em vista que o mineral poderia ser uma das soluções para a recuperação do lucro da burguesia, principalmente internacional. A crise do capitalismo e as consequências para o lucro da burguesia acirram a luta de classes no país, aguçada pela postura do presidente Morales em não privilegiar políticas para minimizar os efeitos da crise para estas.

### *3.1.2 Crise e luta de classes*

*[...] a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.*  
(MARINI, 1973, p. 4).

Investigou-se, no momento anterior, índices que contribuem para o entendimento da situação econômica vivida pela Bolívia com a queda do preço das commodities, assim como a postura adotada pelo governo em sua contenção. Tais informações demonstram a queda do lucro do setor produtivo no país a partir da queda dos preços dos hidrocarbonetos, assim como uma direção política de contenção da crise a partir de imposições ao setor financeiro. Todavia, também é percebido o benefício do capital internacional a partir do aumento da dívida pública e da balança comercial decadente para a Bolívia. Ainda assim, pode-se dizer que a crise impôs diminuição aos lucros, também através do papel cumprido pelas reservas internacionais do país, que garantiram menos dependência do país ao setor financeiro, e pelas limitações legais impostas as exploradoras de hidrocarbonetos.

A queda das receitas pela qual passou o país foi fruto da queda de preços, que é consequência natural do sistema capitalista e suas crises. Nesse sentido, Mandel (1990), ao elaborar sobre as crises no capitalismo, afirma que a sua função é justamente permitir a imposição das leis do valor. No capitalismo contemporâneo, o lugar que ocupam as economias dependentes diz respeito a um padrão de inserção na divisão social do trabalho: a estrutura produtiva primária-exportadora, a partir da exploração dos recursos naturais, com baixa renda por habitante, baixa tecnologia e baixa produtividade em termos comparados e com forte presença do capital estrangeiro (CARCANHOLO, 2019). Dessa forma, as determinações estabelecidas pelo capitalismo impedem o desenvolvimento de alternativas econômicas que sejam realmente internas, associadas à cultura boliviana (MACIEL, 2018).

Além disso, mesmo com as inúmeras contradições apresentadas em relação ao governo, há uma estrutura social dependente na Bolívia que data da sua colonização, que dita seu lugar na produção dentro do sistema e impõe condicionantes externos de exploração – ou superexploração, no conceito da TMD –, num processo de geração de mais valia que direciona os recursos produzidos dentro do país para o exterior. A estrutura econômica do país, com a forte presença de multinacionais e de capital externo, segue atrelada aos lucros da burguesia internacional. Já a burguesia nacional, que também viu seus lucros subirem durante o governo, foi parcialmente desagradada, através principalmente da política de aumento dos direitos trabalhistas desenvolvida, que reduz uma pequena parcela do aumento do lucro que seria obtido por estas. Carcanholo (2019) ressalta que o capital dependente, ou seja, a burguesia nacional, trata de aumentar a produção de mais valia para compensar a transferência de valor ao capital transnacional.

Se o neoliberalismo exacerba os mecanismos estruturais de transferência de valor produzidos no capitalismo dependente, uma alternativa real ao neoliberalismo teria que, no mínimo, reduzir ou limitar esses mecanismos. Nesse sentido, pode-se dizer que houve uma tentativa (ainda que incipiente) desse tipo na Bolívia, principalmente em relação ao capital financeiro. Para enfrentar os ônus da crise à classe trabalhadora e alterar a transferência de valor da periferia para o centro do sistema (que em um momento de crise é retirada dos trabalhadores para manter o lucro do capital), é preciso reduzir esses mecanismos e romper com as reformas neoliberais. Não basta apenas uma política de conciliação de classes pelo “bem-estar da nação”. Carcanholo (2019) demonstra que essa redução pôde ser vista na Bolívia, a partir de uma mudança de política econômica, com a

reversão das privatizações e da liberalização irrestrita ao mercado externo. Esses rompimentos podem diminuir a transferência das riquezas produzidas no país para o exterior, reduzindo dessa forma a exploração interna da força de trabalho.

No governo MAS, o Estado adquire uma posição central na economia, podendo, dessa forma, interferir de maneira mais contundente na alocação dos recursos gerados no país, porém a limites no interior do Estado burguês, que tem como função a maximização do lucro da classe dominante. dessa forma, as parcerias com o capital estrangeiro e privado nacional permanecem, de forma a sustentar esse Estado de pé. Evo Morales não rompeu com o sistema capitalista, tampouco com a estrutura primário-exportadora, e como visto no capítulo anterior, tomou, houve o aumento do lucro da burguesia tanto nacional quanto internacional, vinculado principalmente ao incremento do PIB. A sua queda e a conseqüente perda do lucro levam ao descontentamento da burguesia com um governo que, no momento de crise, priorizou as políticas sociais e a contenção da dívida externa através das reservas internacionais. Entretanto, medidas mais profundas aliadas ao incremento da renda, como uma transferência de renda real da burguesia à classe trabalhadora não aconteceu, tampouco questões altamente debatidas, como a auditoria da dívida pública, taxaço de grandes fortunas ou uma política imposto sobre a renda.

As diretrizes tomadas pelo governo demonstram que o Estado na sua forma burguesa permaneceu, apesar dos avanços sociais e de rompimentos com mecanismos da garantia de lucro da burguesia demonstrados ao longo desse trabalho, e é justamente essa estrutura estatal que garante a manutenção do sistema capitalista e a acumulação capitalista. A esse respeito, trazemos a análise de Mascaro (2018) a respeito da obra de Marx acerca da função do Estado no capitalismo.

Aponta-se que a sociabilidade capitalista demanda a existência de um aparato político distinto dos agentes econômicos e que então, por sua forma, enseja e garante a reprodução social numa dinâmica de concorrência e de agentes que se vinculam por liames jurídicos. O estado nem é um instrumento neutro que possa ser conquista pela classe trabalhadora em benefício da superação capitalista, *nem é burguês por ser controlado diretamente por burgueses*. Sua forma social é capitalista. É exatamente por institucionalidades políticas estatais que os circuitos da acumulação se gestam e se garantem. Além disso, a própria materialidade do Estado depende diretamente da acumulação - sua existência demandas tributação e expectativa de força econômica -, sendo sempre, então, instrumento de reforço da dinâmica do capital. (MASCARO, 2018, p. 113, ao resgatar a obra política de Marx, grifo nosso.)

Em um momento conjuntural do sistema de crescimento, há a possibilidade de atravessar as condicionantes colocadas aos países dependentes no capitalismo atual e

minimizar a exploração à classe dominada através dos esforços da classe trabalhadora. Porém, em momentos de crise, os países voltam a uma condição aguda de dependência, nesse contexto a burguesia, visando à manutenção da acumulação e coloca todo o seu aparato para lograr esse objetivo, estando no centro deste aparato o Estado. Evo Morales estabeleceu uma política contrária a esse objetivo: por mais que os lucros permanecessem num primeiro momento, eventualmente caíram, levando à necessidade pela burguesia de minar qualquer política que não estivesse a seu favor. Como colocado por Mascaro (2018), o Estado controlado por Morales não é então um instrumento neutro por ter em seu centro político a classe trabalhadora; o Estado em sua institucionalidade mantém o circuito da acumulação imperando.

Aliado a isso, mesmo com os esforços do governo, a população boliviana sentiu os efeitos da crise econômica. O sistema primário-exportador focado nos hidrocarbonetos não estava voltado ao consumo dos trabalhadores, que, dependentes das importações para terem as suas necessidades atendidas, encontraram-se em uma situação de maior fragilidade com a diminuição dos termos de troca. Além do mais, relembre-se aqui as políticas de conciliação desse sistema que afetaram principalmente os territórios indígenas autônomos, como a construção de TIPNIS mencionada anteriormente, que numa tentativa de assegurar o lucro da burguesia, levou ao rompimento de uma parcela importante da base social do governo.

As crises levam à atuação da burguesia pela manutenção de seus lucros, pois as classes que se beneficiam do capitalismo dependente lutam para manter o seu lucro. A reação desses atores econômicos e políticos nos momentos de crise inclui o rompimento com a ordem legal do Estado burguês. Como consequência, no cerne do Estado, os seus representantes dentro dessa estrutura atuam para estabelecer mecanismos que estabeleçam a maior acumulação possível. Estava aberto com isso o caminho para o golpe de Estado, que só poderia ser contido sob uma força política hegemônica e coesa em defesa do Processo de Cambio, destituída pelas condições impostas pelo Estado burguês em assegurar o lucro da burguesia.

### 3.2 Golpe de 2019 e os interesses que moveram a retomada do Estado

*A crise de acumulação do capitalismo mundial impõe-se [...] gerando crise econômica e política específica, que se alimenta das próprias insuficiências e contradições da sociabilidade nacional. A crise de acumulação leva a uma exigência à forma política, que se desdobrará em golpe. [...] A crise é o negócio que abastece a exploração capitalista.*  
(MASCARO, 2018, p.50, ao referir-se ao golpe de 2016 no Brasil)

O projeto do Processo de Cambio, liderado por Evo Morales durante 14 anos, em meio a conflitos e um longo processo de desgaste, foi interrompido em 2019 por meio de um golpe de Estado. Até aqui, elaboramos acerca da luta de classes impressa na história da Bolívia e os conflitos entre oligarquia e indígenas que levaram a uma história de massacres da população boliviana respaldada pelo Estado, até o alcance do poder Estatal pela classe trabalhadora do país e as consequências da crise do capitalismo para o lucro da burguesia boliviana. Neste momento, pretende-se analisar o golpe de 2019 a fim de percebê-lo como um mecanismo inerente ao Estado burguês para garantir o seu controle pela burguesia.

Para contribuir com essa análise, abordou-se até aqui a atuação das classes que dirigiram o Estado ao longo da história do país, destrinchado principalmente o período neoliberal e o período do Processo de Cambio dirigido por Morales. Neste ponto da pesquisa, pretende-se evidenciar a desestabilização organizada pela oposição ao governo Evo Morales, em representação ao interesse de garantia de acumulação da burguesia. A desestabilização tem como ato final o golpe de Estado, em um processo contrarrevolucionário, utilizando o emprego da violência para dismantelar o inimigo – aqui, os indígenas e camponeses que se tornaram figuras centrais no governo central. Com o intuito de demonstrar o golpe como um mecanismo inerente ao Estado burguês, é preciso compreender os atores envolvidos nesse processo e os mecanismos utilizados para a sua consumação, para assim ser possível identificar os seus interesses.

O século XXI na América Latina se sobressai pela presença das forças progressistas na direção do Estado e em várias ocasiões com uma forte ligação com os movimentos sociais. Essas forças alcançaram o protagonismo a partir da agudização da luta de classes fruto do neoliberalismo, e tiveram como eixo de atuação a distribuição de riquezas, em maior ou menor grau nos diferentes países da região. Os partidos que

assumiram a direção central do Estado nessa ocasião o ocupavam pela primeira vez – ao longo da maior parte da história, estiveram alijados da representação política formal. Entretanto, é preciso pontuar que essa atuação esteve envolta pelo *boom* das commodities, que contribuiu para a possibilidade de construção de um cenário onde as políticas voltadas aos trabalhadores não atrapalhassem o lucro da burguesia. Isso serviu também para conter em certos limites a explosão da luta de classes dentro e fora do Estado, permitindo certa estabilidade no seio da democracia burguesa mesmo com a direção do governo ocupada por trabalhadores.

Aqui nota-se que houve na Bolívia políticas direcionadas à mudança no ciclo da acumulação do capital. Através, principalmente da nova Constituição, foram elaboradas diretrizes que rearticulavam medidas fiscais, monetárias, trabalhistas e produtivas. Todavia, com um cenário favorável de renda, as medidas implementadas não alteraram substancialmente o lucro do capital. Ademais, a mudança da política externa do governo em relação aos Estados Unidos também é significativa para o capital internacional e o padrão imperialista, o que se evidencia pela participação das forças estadunidenses no processo golpista. A tratativa do governo boliviano em operar a crise, por outro lado, agudiza essas contradições, alterando inevitavelmente o lucro da burguesia interna e externa e as ofensivas contra o governo.

Vale ressaltar que não somente a Bolívia viveu esse processo. A desestabilização do governo e a imposição do golpe no país estão inseridas numa onda de golpes na região, que podem ser identificados como parte desse mesmo processo pelo qual passou o país andino. Haiti, Paraguai, Honduras e Brasil entram na lista. Identificar a nova forma que adquirem esses golpes em relação aos golpes no século XX foge do escopo dessa pesquisa, apesar de esta ser uma análise importante para identificar as novas maneiras de tomada do Estado pela burguesia que ultrapassa as regras da democracia burguesa. No entanto, nosso esforço aqui é apontar o caminho para percebermos o golpe como parte inerente do Estado em sua forma capitalista, a partir do caso boliviano.

É necessário identificar também que, na América Latina, o golpe adquire o caráter de contrarrevolução, já que a história da região exclui a classe trabalhadora da ordem política sob um sistema de dominação muito mais intenso na periferia do sistema e diferenciando-se do capitalismo central. A violência torna-se um elemento constante, que cresce em intensidade conforme o nível de exclusão social sob a qual vive a sua população – a exploração e a pobreza agudizam a luta de classes e os mecanismos coercitivos da

burguesia para conter as revoltas da população subalterna. Para conter o movimento dos trabalhadores, a elite econômica, em um movimento de unidade com as Forças Armadas e o imperialismo, utiliza-se da prática de aniquilação do seu oponente a partir da atuação do Estado burguês em sua forma de contrainsurgência.

Historicamente, o espaço de atuação da classe trabalhadora organiza-se nas brechas do sistema institucional. Na Bolívia, com uma forte atuação comunitária e de movimentos sociais, essa característica se evidencia nos processos das guerras da água e do gás. O Processo de Cambio é fruto dessa disputa que ocorreu nas brechas, via pressão popular e alcançou o poder institucional. E é marcado por um processo de tentativa de alteração da ordem estabelecida através dos mecanismos da democracia burguesa, o que se expressa principalmente na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia e nas conciliações pelo governo para que fosse possível a sua aprovação.

### *3.2.1 Desestabilização do governo e a construção do golpe de outubro de 2019*

Evo Morales dirigiu o que é considerado o período de mais longa estabilidade na política boliviana. A sua primeira vitória, conduzida pela insurgência dos movimentos sociais contra o neoliberalismo e que o elegeu como representante dos anseios desses movimentos, desagua em três vitórias consecutivas dentro de um cenário de estabilidade política, com os ânimos da oposição apaziguados devido à alta popularidade do presidente e os altos índices de crescimento econômico. Morales construiu uma maioria absoluta na esfera política, e o seu partido se consagrou como o mais forte do país, dessa forma a competitividade política acerca da presidência era inexistente.

O novo bloco de poder que ocupou governo atua de forma hegemônica, ainda que com os constrangimentos do aparelho Estatal – a burocracia, as diretrizes econômicas requeridas, o exército e a polícia, que conta com enorme influência da classe dominante que foi deslocada e dos Estados Unidos, com quem essa elite mantém uma estreita relação ao longo da história boliviana. Essa hegemonia constituída e amparada pela forte atuação dos movimentos sociais conseguiu derrotas várias tentativas de desestabilização do governo ao longo de seus 14 anos, como a tentativa de golpe que se configura entre setembro e outubro de 2008 (GONZALES, 2020).

Previamente ao contexto que desemboca no golpe, é significativo ressaltar a distância que estava Evo Morales de suas bases nesse período, que levou a uma fraca

resistência dos movimentos sociais na defesa do Processo de Cambio no contexto de desestabilização do governo, centrada na figura de Evo Morales. Como visto, no primeiro momento do governo, o forte embate com a oposição levou as organizações do movimento social a estabelecerem em 2007 a *Coordinación Nacional para el Cambio* – CONALCAM, de forma a institucionalizar sua ação conjunta em torno da demanda indígena e de participação política. A sua estrutura incluía, além dos movimentos sociais, o presidente e o vice-presidente do Estado Plurinacional, assim como lideranças nacionais do MAS e membros do Parlamento.

Com a aprovação da Constituição em 2009, a Coordenadoria aproximou-se do partido do governo, consolidando sua presença em órgãos públicos. Já no segundo momento do governo, que se inicia em 2010, as tensões entre os movimentos sociais e o governo dentro da CONALCAM se estabeleceram, orbitando especialmente em torno da questão indígena e do “desenvolvimentismo”. O centro dos conflitos foram as medidas extrativistas em TIPNIS, parte do Plano Nacional de Desenvolvimento estabelecido no novo mandato, e que incluía uma série de projetos de transporte, energia e telecomunicações. A princípio, centrais como a CONAMAQ e a CIDOB se afastaram, enquanto a COB manteve uma postura oscilante em relação ao governo, levando a CONALCAM a perder a sua qualidade de auto-organização e automobilização. O momento marcante de afastamento foram as marchas em La Paz contra a construção da rodovia que passaria por terras indígenas. Em abril de 2012, os indígenas vinculados à CIDOB organizaram a *IX Marcha Indígena pela Defesa da Vida e da Dignidade, Territórios Indígenas, Recursos Naturais, Biodiversidade, Meio Ambiente e Áreas Protegidas*, mobilizando vários setores da sociedade civil para o tema, que contou inclusive com a participação da oposição a fim de colocar a reivindicação como uma pauta contra o presidente. Morales havia promulgado inicialmente a lei de intangibilidade de TIPNIS, todavia, em 2012, sob o respaldo do recém-criado Conselho Indígena do Sul, o presidente promulgou a Lei nº 222, prevendo uma consulta prévia à construção da rodovia, nesse contexto que ocorre a mencionada marcha.

A disputa em torno do tema resultou na construção da rodovia em 2017, a despeito dos confrontos, concretizando o afastamento das organizações que reivindicavam a sua não construção, assim como parte da opinião pública que havia colocado seu apoio a causa. Com isso, diversas organizações indígenas aderiram a outros partidos políticos, a

questão adentrou a estrutura da política formal e o possível debate acerca das condições primário-exportadoras que advogam nessa direção foi esvaziado.

O MAS angariou maioria absoluta de votos nas três eleições presidências que precederam 2019, vencendo todas elas em um único turno eleitoral, com 54% em 2005, 64% em 2009 e 61% em 2014, em um período em que as forças de oposição não articularam propostas programáticas alternativas ao oficialismo. A sua última vitória, por outro lado, coincide com a aumento da tensão com os movimentos sociais e a desaceleração econômica, sentida em toda a região e levando a derrota das figuras à esquerda e grandes parceiros comerciais e políticos do presidente boliviano. Menciona-se a chegada de Mauricio Macri à presidência na Argentina, a vitória da oposição nas eleições legislativas na Venezuela e o golpe sofrido por Dilma Rousseff no Brasil em meados de 2016 (MAYORGA, 2020).

A crise econômica observada anteriormente é, então, traduzida em elementos políticos principalmente a partir do ano de 2016, e marca terceiro período dos governos de Evo Morales. Nesse ano, ocorre a consulta pública de aprovação ou rechaço do projeto de modificação à constituição para que fosse permitida uma segunda reeleição de Evo Morales, lavada a cabo em 21 de fevereiro de 2016. O papel que o Estado cumpriu, até esse momento, na elevação dos índices sociais e redirecionamento do Estado ao posto de agente de distribuição de riquezas é significativo. Por outro lado, a crise das commodities e os índices negativos na economia causam uma mudança brusca de cenário para o MAS. A convocação do referendo pelo Poder Executivo está inserida nesse contexto, buscando garantir a possibilidade de reeleição de Evo Morales ante um cenário que a queda de popularidade do presidente era prevista de se acentuar.

O resultado do referendo expressa as contradições da crise do capitalismo no seio do governo, com o afastamento de sua base social e o início de uma campanha mais contundente da oposição pela derrocada de Evo Morales. Esse movimento ilustra a impossibilidade da tentativa de conciliação de interesses de classe no seio da crise. A votação ao referendo obteve resultados apertados com derrotada para Evo, a primeira em consultas desde que assumiu a presidência. O *Ñão* venceu com 51,3% dos votos, o *Sim* ficou com 48,7%, uma diferença bastante pequena. Essa diferença, segundo o próprio Morales, derivou do voto do rompimento dos setores urbanos com o governo, enquanto os setores rurais, historicamente e ainda naquele momento, se colocavam ao seu lado (TORRÉZ, 2021).

A ofensiva a Morales sob o discurso de defesa de democracia se inicia na campanha ao referendo e a sua derrota em 2016 marca o início do período que leva ao golpe, em uma estratégia de desestabilização do governo nas ruas e na mídia para evitar a sua candidatura, com as figuras da região da *media-luna* em sua égide. Essa desestabilização foi construída pela oposição ao governo Evo, a partir de um discurso pró-democracia e alternância de poder, com o apoio da mídia nacional e internacional, de organizações internacionais e mobilizando principalmente setores vinculados à classe média urbana e à região de Santa Cruz.

O movimento do MAS para garantir a candidatura e a conseguinte eleição de Morales levou ao apelo em 2017 ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, por parte de deputados e senadores do partido, pelo direito de Morales a uma nova candidatura. O partido do presidente ganha o apelo, a partir da justificativa do direito humano a candidatar-se presente na Constituição do país e na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Naquele momento, ficava claro o descontentamento por parte das elites do país com a possibilidade de, mesmo com a derrota no referendo, Evo candidatar-se, a partir de uma ofensiva diuturnamente intensificada.

Morales não apenas apresentou a sua candidatura, mas elegeu-se, e teve o seu período à frente do Estado na Bolívia interrompido a partir de velhos métodos de tomada de poder por parte da burguesia, que sob um discurso pró-democracia, escancarou a possibilidade de romper com os supostos ritos da democracia burguesa estabelecida, para garantir seus interesses. Isso demonstra a facilidade da burguesia em romper com os próprios ritos democráticos que criou, já que estes servem para suportar politicamente a acumulação capitalista. No íterim entre a aprovação da possibilidade de Evo candidatar-se e a sua renúncia em 2019, os protestos contra o oficialismo tomaram uma postura mais ofensiva, ao passo de que o partido oficialista dirigia a sua estratégia na consolidação da candidatura de Morales (MAYORGA, 2020).

A campanha acerca do Referendo havia sido organizada numa polarização: *Evo si* ou *Evo no*: de um lado o partido do governo, do outro diferentes atores com um objetivo em comum, impossibilitar a nova candidatura do presidente. Havia, entretanto, eixos que orbitavam a polaridade, mas que fortaleciam a estratégia oposicionista: uma esquerda opositora ao rumo do Processo de Cambio, que reclamava principalmente da sua postura extrativista; e mobilizações centradas nas redes sociais, que colocavam o Não como uma opção também contrária aos tradicionais políticos aliados à direita, o que contribuiu para

uma maior massificação dessa alternativa. A população indígena e campesina, apesar das contradições existentes dentro do governo, foram fundamentais para a porcentagem adquirida por Evo na consulta. Por outro lado, a classe média aderiu o discurso da oposição, sendo decisiva na derrota a mobilidade dos eleitores que Morales havia ganhado no período anterior, principalmente através de seu vice Álvaro Linera. O posicionamento dos setores rurais é explicado pela ainda forte presença da base sindical indígena e campesina, ao passo que na zona urbana a presença dos meios de comunicação é muito mais forte, influenciando com mais vigor a opinião pública (TÓRREZ, 2019).

Nesse contexto, a própria direita negava a si mesma. Tórrez (2016) destaca que esse movimento vem da estratégia da oposição boliviana de vincular o *No* a uma campanha cidadã em defesa da democracia – tendo em vista as suas contradições históricas no que diz respeito ao conceito e as demandas do povo boliviano. Ademais, havia um entendimento de que aquele momento marcaria o declínio de Evo Morales e conjuntamente do projeto que encabeçava, abrindo espaço para a sua vitória eleitoral.

Com a derrota na consulta, a ameaça à hegemonia construída pelo MAS ficava mais evidente e o terreno para a ofensiva ao oficialismo tornou-se mais fértil, numa oposição que até então se limitava a três partidos políticos com representação eleitoral. As figuras que coordenavam a mobilização nas ruas, de forma falaciosa se colocavam como outsiders do sistema político tradicional. Nesse sentido, se destaca o papel cumprido pelas Plataformas Cidadãs, como as Plataformas *Comprometidos Con Bolivia* e *Bolivia Dice No* e especialmente o Comitê Cívico Pró Santa Cruz na mobilização das marchas e bloqueios pela derrubada do presidente.

Com relação ao papel central desempenhado pelo Comitê Cívico Pró Santa Cruz, é oportuno compreender a sua formação e os interesses que representa. Com uma agenda em defesa dos interesses da *media-luna*, ele atuou na oposição durante os 14 anos em que Morales esteve na presidência, tendo papel central na repressão aos indígenas em Santa Cruz e na atuação pelo separatismo a região e pela obstrução da Constituinte. É o maior comitê cívico boliviano, formado por 24 setores da sociedade de Santa Cruz e 288 instituições de grupos empresariais, associações de moradores e trabalhadores direitistas, lembrada como uma poderosa organização político-empresarial. Ademais, tem uma narrativa histórica em defesa da moral e de ofensiva aos povos indígenas que vivem na região. O grupo se organizava inicialmente pelo nome Movimento Cívico-Empresarial Comitê Pró-Santa Cruz e, como visto, tem na União Juvenil Cruceña sua força de

choque, além de exercer um controle total sobre as autoridades públicas e meios de comunicação da região. É o Comitê quem seleciona e controla o judiciário, a polícia, os funcionários públicos e determina quem ocupará os cargos públicos.

Luis Fernando Camacho organizou a linha de frente do Comitê na mobilização anti-evista desde a campanha ao referendo ao golpe de 2019, ano em que assumiu a sua presidência. É empresário e acionista do grupo Nacional Vida S.A., de propriedade de sua família e mantém investimentos em diferentes companhias, principalmente vinculadas a planos de saúde e seguros, o que chama a atenção pelo seu discurso, que perpassa pela debilidade do sistema de saúde do governo Plurinacional, assim como nos leva a inferir que, para eles, a política de aposentadoria estabelecida pelo governo e a atuação (ainda que incipiente) do governo por hospitais públicos e o direito a saúde é prejudicial aos seus negócios.

Além disso, chama a atenção o fato de que, durante o período mais agudo de políticas neoliberais, seu pai foi dono da empresa que tinha o monopólio da distribuição de gás na região de Santa Cruz e em cidades próximas – monopólio que iniciou em 1989 e foi dissolvido com a nova Constituição em 2009. Camacho também aglutina o fanatismo religioso que prega, sendo notável que nas mobilizações há recorrentemente um espaço para a oração e a proclamação da fé cristã. A partir disso, angariou as forças clericais e em defesa da moral cristã. Em conjunto com Carlos Mesa, aglutinou outros políticos de oposição na criação da “Coordenadoria em Defesa da Democracia”, porém os Comitês Cívicos seguiram sendo os principais expoentes dos movimentos da oposição.

A participação da burguesia do país no golpe, representada pelo Comitê de Santa Cruz e seu presidente, também pode ser identificada pelo posicionamento das associações empresariais neste processo. Estas se somaram explicitamente de forma gradativa ao movimento. Na passeata de aniversário do referendo de 21 de fevereiro, que viria a acontecer em 2018, várias organizações importantes se somaram à convocatória, como a Câmara Nacional de Comercio – CNC, a Associação Nacional dos Produtores de Oleaginosas e Trigo – ANAPO, a Câmara Agropecuária do Oriente – CAO e a Federação de Empresários Privados de Santa Cruz – FEPSC. Já em dezembro do mesmo ano, a Câmara de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo de Santa Cruz – CAINCO emitiu um comunicado de apoio à paralização organizada pelo Comitê Pró Santa Cruz, apontando que refletia a posição de seus associados. Ao longo do processo, cresceu a adesão do empresariado à “defesa da democracia” (WOLFF, 2020).

Como visto, nos primeiros anos do governo plurinacional, o enfrentamento entre o governo central e as elites econômicas foi mais acentuado, principalmente no nível departamental de Santa Cruz. Todavia, a partir do reposicionamento do governo no processo constituinte para garantir a aprovação da Constituição, o enfrentamento deu lugar à aproximação, que resultou em acordos e alianças táticas entre o MAS e as elites do país, sendo notável a aproximação com a agroindústria cruceña. Percebe-se, dessa forma, que, no início do processo golpista, o empresariado declarou seu apoio em ocasiões mais pontuais, apesar da aproximação político-ideológica e sociocultural com os movimentos que lideravam as manifestações contra o governo. Nesse contexto, mesmo as organizações que se somaram às mobilizações da oposição seguiram em negociação com o governo – o que pode ser interpretado pela urgência que a crise colocou na acumulação em conjunto com um processo de desestabilização do governo que levou anos para se concretizar na mudança do governo (WOLFF, 2020).

Sob o comando de Comitê de Santa Cruz nas mobilizações anti-evistas, o bloco de oposição no país se conformou pelos partidos tradicionais, meios de comunicação, alta hierárquica católica, empresariado nacional e multinacional, dirigentes cívicos e plataformas cidadãs. O bloco agora questionava a sentença expedida pelo Tribunal Constitucional, acusando-a de estar a serviço do governo, fornecendo as bases para o estabelecimento de uma “ditadura”. Com a reversão da decisão do referendo de 21 de fevereiro, o bloco estabeleceu a uma nova atuação internacional, política e midiática (MERCADO, 2020).

O bloco contou com os meios de comunicação, um componente central para a desestabilização de Morales e que atuou desde antes do referendo, a partir da narrativa contrária à mudança constitucional para habilitar o presidente indígena de se candidatar. Mercado (2020) ressalta que a ofensiva midiática presente em todo o governo Evo Morales se acentuou no processo entre a campanha ao referendo e o golpe de 2019. Os meios de comunicação, jornalistas e ações nas redes sociais construíram uma narrativa baseada em seis eixos de desinformação, centrados na figura do presidente: Evo ditador; Evo inimigo dos indígenas; Evo, inimigo da Mãe Terra; Evo, permissível com atividades do narcotráfico; Evo, amigo dos governos terroristas e; Evo, totalitário e autoritário. Chama atenção nessa narrativa a cooptação de temas historicamente alheios à atuação histórica desses, buscando atingir a população que se identificara e havia elegido o

presidente. Laserda (2011) complementa, abordando a narrativa de oposição aos indígenas organizadas pela oposição:

Nessa perspectiva, a oposição mobiliza o aparato midiático para tentar impor um senso comum que puna a audácia dos *massistas* (neologismo que significa ‘índios’) por quererem controlar o governo, lugar que não pertence a eles, uma tarefa para a qual são geneticamente inadequados, o que explicaria sua aparente desorientação no poder, que os atraiu e aqueles que agora começaram a aplicar a mesma lógica da oligarquia que compartilhavam, e que agora constitui a minoria vitimizada e racional capaz, se o povo ‘percebeu’, de liderar bem este país (LASERNA, et al., 2011, p. 263).

A narrativa empregada foi fundamental para manipular a opinião pública no processo eleitoral, que repudiava as alegadas pretensões ditatoriais de Evo, a partir de uma iniciativa de perpetuar-se no governo desrespeitando os preceitos democráticos.

A primeira grande manifestação da oposição, em resposta à vitória de Evo Morales no TSE, ocorreu em 10 de outubro de 2017, data que marca a retomada da democracia no país após as ditaduras do século XX. Sob a insígnia do 21F – em alusão a 21 de fevereiro, data do referendo – as plataformas cidadãs cresceram, organizadas por setores de classe média urbana. O ano seguinte, entre 6 de agosto e 10 de outubro de 2018, é abordado por Mayorga (2020) como a primeira fase crítica da conjuntura, com o alavancamento dos limites de capacidade de mobilização pela oposição. O MAS, por sua vez, adentrou no debate acerca da democracia a partir do tom da expansão da democracia e preceitos como inclusão, participação, paridade e interculturalidade.

O dia 10 de outubro de 2018 marca a unidade entre os partidos de oposição, os comitês cívicos e as plataformas cidadãs, assim como o apoio aberto das associações empresariais. Essa data faz alusão ao início do primeiro governo democrático de 1982 e foi substituída pela oposição por uma marcha de convocação de uma “guerra cívica nacional”, o que demonstra a postura da burguesia, colocando o Evo Morales e a sua base social como o inimigo a ser aniquilado. A exigência era de “unidade da oposição contra o tirano” convocando à população à abstenção nas urnas: “Chegou a hora do confronto nas ruas e da unidade nas urnas. Porque a abstenção é o sepultamento anunciado da democracia” (MANIFESTO CIDADÃO DE SUCRE, 2 de setembro de 2018). Entretanto, a mobilização da oposição ficou aquém do que se esperava, não conseguindo aglutinar os setores populares que conformam a maioria do país (MAYORGA, 2020). Por outro lado, no 10 de outubro citado, o MAS recuperou parcialmente o poder de mobilização da CONALCAM, que convocou uma manifestação para esse dia para

celebrar a democracia como uma conquista das organizações populares contra a ditadura militar.

No plano internacional, Mercado (2020) identifica que o bloco de oposição contou com identificáveis apoios. Nesse sentido, chama atenção o pronunciamento do Departamento de Estado e do Senado estadunidense. Ambos emitiram declarações pedindo a Evo Morales que não se candidatasse, e o Senado estadunidense com o apoio de ONGs conservadoras do país – como a *Dark Horse Political*, tomou iniciativas, inclusive, para que o então presidente Donald Trump contribuísse para evitar a candidatura de Morales, a partir de medidas políticas e diplomáticas contra o governo boliviano. Morales, como esperado, rechaçou a resolução do Senado estadunidense, e a Assembleia Legislativa Plurinacional aprovou, em resposta, uma resolução na qual pontuava que, como membro pleno da Organização dos Estados Americanos – OEA, em exercício de sua soberania, não aceitaria intromissão de países estrangeiros em assuntos nacionais. Esses fatos sublinham que a retaguarda do imperialismo na América Latina faz parte de um processo histórico e, enfatiza-se, adquire um valor estratégico também pelo controle dos recursos naturais na região.

Morales construiu uma relação de diálogo e proximidade com Luis Almagro, Secretário Geral da OEA, o que levou o governo a desacreditar na possibilidade de uma ofensiva pela organização, assim como a declaração do próprio Secretário ao visitar o país de que não havia razões para impedir a participação do presidente nas eleições. Entretanto, como esperado, pela história de ingerência da organização da América Latina, a OEA cumpriu papel relevante no que desembocou no golpe de 2019. A esse respeito, Morales acordou com a OEA o envio de uma Missão de Observação Eleitoral.

A Organização cumpre, desde a sua fundação, o papel de colocar-se como o espaço diplomático dos EUA com a finalidade de guiar a política externa das nações da região, para estarem alinhadas aos seus interesses. Teve papel relevante nos golpes do século XX, assim como nas políticas de sanções, sendo notável o papel que cumpriu contra a Revolução Cubana. Na atualidade, o desenvolvimento do *soft power* dos Estados Unidos levou a organização a atuar a partir da roupagem da defesa da democracia. A gestão de Luis Almagro tem como característica a ofensiva contra os países integrantes da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), principalmente a Venezuela.

Não houve nem há golpe de Estado, massacre, repressão, violação da soberania, violação dos direitos humanos pelas elites locais (pró-imperialistas), nos quais a OEA não colaborou, nem por apoio explícito a setores reacionários com financiamento e assistência técnica comprovados, nem por omissão criminosa. Pelo contrário, os principais objectos das suas denúncias e campanhas de difamação que compõem uma guerra diplomática clara são as revoluções, os governos populares e os processos de mudança que expressam os interesses das maiorias populares na nossa região (ALBA, 2021).

Foi a Missão de Observação Eleitoral enviada pela OEA que, poucos dias depois do resultado das eleições, pediu uma missão especial para uma auditoria técnica do resultado do pleito. Essa foi a munição final que o golpe precisava para se consolidar através da alegação de fraude de Morales e do Tribunal Constitucional.

O governo brasileiro também cumpriu seu papel, no rol de países com governos alinhados aos Estados Unidos. O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, enviou uma carta de Bolsonaro à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a fim de indagar se a reeleição indefinida é um direito humano, como colocado pelo TSE boliviano, decisão estabelecida em um encontro de Araújo com o presidente do Comitê Cívico Pró Santa Cruz, Luis Fernando Camacho. Colômbia somou-se na mesma iniciativa, quando o ex-presidente da Bolívia Jorge Tuto Quiroga<sup>35</sup> e Camacho solicitaram ao ex-presidente Colombiano, Andrés Pastrana, que se tornasse “embaixador do 21 de fevereiro”. O ex-presidente aceitou e se comprometeu a trazer o presidente do país Iván Duque para apoiar a iniciativa (MERCADO, 2020).

### 3.2.2 Acusação de fraude

*[...] si el fraude ocurre dentro de la hegemonía, el fraude es irrelevante. Si la rebasa, es decir, si trata de reemplazar el efecto de una hegemonía que no tiene, no es verosímil y, en consecuencia, conducirá a hechos aún más graves. Tal es, después de todo, la base teórica de la democracia burguesa.*  
(ZAVALETA, 1983, p. 170)

Entre 10 de outubro e 6 de dezembro de 2018, os candidatos a presidente deveriam apresentar-se ao pleito. O registro das candidaturas da oposição aconteceu em concomitância com marchas em protesto ao MAS e ao TSE, para que se rejeitasse o

---

<sup>35</sup> Um dos presidentes do período neoliberal no país, Quiroga havia assumido a presidência com a renúncia por doença de Hugo Bánzer, entre 2001 e 2002.

registro de Morales e García Linera. Carlos Mesa, o mesmo que se recusou a implementar a agenda aprovada pela população no referendo acerca da nacionalização do gás, liderava a burguesia e foi o principal candidato da oposição em 2019. Oscar Ortiz, ex-senador por Santa Cruz, liderava o bloco mais conservador de região. Com a consumação do golpe e a posse de Áñez, Ortiz assumiu como Ministro de Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural e posteriormente como Ministro de Economia e Finanças Públicas. Mesa, sobre a sua própria candidatura, afirmou:

Uma candidatura e eleições como estas marcam o compromisso de tornar o 21 de fevereiro uma realidade, de tornar realidade um projeto que tem duas ideias: [...] acabar com uma continuidade inaceitável e [...] propor uma mudança democrática fundamental (MAYORGA, 2020, p. 165).

Depois de mais de dois anos de desestabilização do governo, aconteceu a eleição de 2019 com a participação de Evo Morales no pleito. A não participação reivindicada pela oposição não ocorreu, o que tornaria mais “fácil” o retorno dessa minoria branca burguesia-oligárquica alinhada aos interesses externos, e impulsionada por esses, ao centro do poder. Com isso, a mobilização anti-evista mudou o rumo da estratégia, para que Evo não fosse eleito no primeiro turno.

As eleições de 20 de outubro de 2019 seguiram a mesma matriz da campanha de 2016 – *Evo Si* ou *Evo No*. A oposição, apesar da estratégia anti-evista, não logrou em apresentar uma única candidatura que centralizasse a oposição no objetivo de destituir o Processo de Cambio. Foram organizadas oito candidaturas oposicionistas, dessa forma, um segundo turno tornava-se central, tornando possível uma maior unidade dos setores da direita. Por outro lado, Carlos Mesa, candidato que estava em segundo lugar nas pesquisas, conseguiu aglutinar uma parte significativa dos votos que iriam a outros candidatos a partir da premissa do voto útil contra Morales. Com a permanência da candidatura de Morales, a oposição já havia preparado a narrativa: Morales não deixaria a presidência através do voto, mesmo se perdesse as eleições.

A eleição se diferenciou das anteriores também no discurso oposicionista, pois não houve uma proposta política e econômica à população. Sua estratégia esteve voltada para a gestão de Morales e Linera, e o discurso entre democracia e ditadura apresentado foi perdendo força ao longo da campanha. Morales, por outro lado, tentou se aproximar das entidades empresariais e aos setores da classe média, na tentativa de reverter o quadro, o que pode ser visto como mais um movimento do governo de tentativa de conciliação

para a garantia de seu mandato nas vias da democracia burguesa, ao passo que a aproximação da sua base social tradicional ainda se encontrava fragilizada e conseqüentemente, a possibilidade de defesa do seu governo. Havia uma nebulosidade por parte do governo acerca da luta de classes que envolvia a disputa pelo Estado, e mais, acerca da própria estrutura que estava sendo mobilizada contra a sua candidatura, que só poderia ser revertida com um movimento popular forte que defendesse o Processo de Cambio nas ruas (MERCADO, 2021). Mayorga (2020) aponta também como erro tático do MAS a convocatória de cercas camponesas às cidades e o desprezo à participação da juventude nas mobilizações.

No ano eleitoral, a primeira marcha organizada pelo Comitê de Santa Cruz aconteceu em 10 de junho na cidade de La Paz. Dirigentes cívicos, políticos e ativistas das plataformas cidadãos organizaram um ato de El Alto até a sede do Tribunal Superior Eleitoral, onde pediam a renúncia de todos os seus ministros, a partir da alegação de que não teriam credibilidade para administrar as eleições de outubro após terem aceitado a candidatura de Morales. Os candidatos de oposição Carlos Mesa da Comunidade Cidadã, Oscar Ortiz da Bolívia Diz Não, Víctor Hugo Cárdenas da Unidade Cívica Solidária e Virgilio Lema do MNR estavam na marcha. Camacho foi o encarregado de entregar a carta de solicitação da renúncia aos membros TSE. Em 19 de julho de 2019, aconteceu uma paralização no distrito de Santa Cruz, também convocada pelo Comitê de Santa Cruz, marcando a segunda ação conjunta da oposição e organizada centralmente pelo Comitê Pró Santa Cruz, mobilizando a maior parte das organizações civis desse departamento, ficando de fora apenas organizações sindicais como a *Central Obrera Departamental – COD*, e também contando com a presença dos candidatos que conformavam a oposição.

Somado ao desgaste na base do Processo de Cambio e ao desgaste construído pela oposição, em agosto de 2019 ocorreu um incêndio na região de Santa Cruz, especificamente na floresta de Chiquitanía. O incêndio foi um novo mote de desestabilização, apesar da atuação do governo central para decretar a proibição total de assentamentos e empreendimentos de atividades agrícolas na região. A estratégia em torno do tema se montou ao colocar Morales como “inimigo da *Madre Tierra*”, contando, inclusive, com colocações de “especialistas” na pauta ambiental atuantes nas redes sociais, como Jhanisse Vaca Daza, jovem ativista que recebeu assessoramento direto da USAID na ocasião (MERCADO, 2020) Destaca-se também a atuação dos meios de comunicação, ao reforçar a ideia de que o governo era o maior depredador da natureza da

história do país (MERCADO, 2020). A sensibilidade histórica da sociedade boliviana em torno da preservação ambiental e de territórios tradicionais foi aproveitada pela oligarquia.

Entretanto, as pesquisas de intenção de voto sinalizavam a vitória de Evo já no primeiro turno, indicando nas áreas rurais e nas cidades médias uma intenção de voto a Morales superando os 50%, com 16 pontos percentuais à frente de Carlos Mesa. Mas ao olhar para as áreas urbanas, havia um empate entre os candidatos, seguindo a mesma lógica de voto apresentada em 2016. Todavia, com 70% do eleitorado nas áreas urbanas, a divisão colocava uma grande importância para a maioria rural que estava ao lado do presidente (TORRÉZ, 2021).

Em 20 de outubro de 2019, Evo Morales ganhou as eleições com 47% dos votos e com mais de 10 pontos percentuais à frente de Carlos Mesa – o suficiente para a vitória em primeiro turno. No momento das eleições, a tensão da oposição para que a eleição não fosse decidida num primeiro turno foi grande e a interrupção da contagem dos votos ofereceu o argumento de fraude. A Transmissão dos Resultados Eleitorais Preliminares – TREP, organizado pelo TSE, emitiu às 20h daquele dia os resultados preliminares com 83% dos votos computados. Naquele cenário, Morales contava com 45,7% dos votos, enquanto Carlos Mesa obtivera 37,8%, o que somava uma diferença de 7 pontos percentuais entre os candidatos, fazendo com que a vitória no primeiro turno ainda não estivesse garantida. Ainda restavam ser apuradas 17% das urnas, sua maioria na zona rural do país. Morales anunciava sua vitória precipitadamente naquele momento, o que em um cenário de crise o prejudicou. O resultado final foi divulgado no dia seguinte, comunicando a vitória de Morales em primeiro turno: o presidente havia ultrapassado os 10 pontos percentuais à frente do segundo candidato, o necessário para a vitória.

Entretanto, nesse momento, a acusação de fraude por parte do TSE já estava construída, e a oposição estava preparada para acusar qualquer cenário de vitória de Morales de sabotagem. A suspensão da TREP foi o combustível que faltava como justificativa. A explicação do TSE para a suspensão foi baseada em ao menos quatro eixos: a apuração rápida não deveria se sobrepor a oficial; a apuração sempre para em torno dos 80%, que representam as urnas de acesso mais fácil; os 17% faltantes diziam respeito a regiões remotas e com escasso acesso à internet; e que havia ocorrido um ataque cibernético que levou à interrupção do sistema por segurança (STEFANONI, 2019).

As explicações colocadas não tiveram respaldo dos meios de comunicação ou da oposição. A partir da vitória de Evo Morales, iniciou-se a ofensiva final para que o presidente reeleito não assumisse o governo. Desencadearam-se diversos protestos, em um movimento de garantir a mudança de governo ansiada pela burguesia. Respaldados pelos setores urbanos da classe média, os opositores paralisaram as cidades do país, exceto os principais bases do governo, La Paz e El Alto. Ao mesmo tempo, a capital recebeu ataques permanentes no Palácio Presidencial. Além da acusação de fraude, antes mesmo das eleições, os atores que representavam os anseios pela retomada do Estado por parte da burguesia indicaram que não reconheceriam a vitória do MAS, a colocando como ilegal e ilegítima.

Foi decisivo nesse contexto a orientação preliminar da OEA e da União Europeia para que houvesse a repetição do pleito, sugerindo irregularidades. A organização estava no país a convite do governo como observador internacional das eleições, como havia sido proposto por Morales, numa tentativa de apaziguação dos ânimos e respaldo dos organismos alinhados à burguesia. A confiança de Morales na instituição serviu, por fim, para sacar a legitimidade das eleições.

Como resposta, a oposição conclamava a anulação da eleição e seguiram-se nove dias de protestos em torno da pauta, que deixaram dois mortos e 160 feridos, fruto da articulação entre a oposição, a polícia boliviana e os grupos paramilitares pela repressão dos manifestantes *massistas* pró governo. Polícia e grupos paramilitares entram em cena de forma mais contundente nesse momento, posicionando no centro de sua atuação o uso da violência contra autoridades do governo e dirigentes do MAS (MERCADO, 2021). Nesse ínterim, no dia 23 de outubro de 2019, Morales acordou uma auditoria eleitoral que seria realizada pela OEA para ratificar a sua vitória ou estabelecer um segundo turno com Carlos Mesa.

Queremos decirle al pueblo boliviano que somos transparentes y no tenemos nada que ocultar. Que se verifique si hubo fraude o no. Les pido que se abra un cuarto intermedio en las movilizaciones hasta que concluya la auditoría. No nos enfrentemos entre bolivianos.

Pido que se deje de lado la instigación al odio, al racismo y a la confrontación y que el Ministerio Público investigue la violencia registrada en el país. No tenemos nada que ocultar; dejemos que la auditoría internacional a cargo de expertos verifique si hubo o no fraude. (Palavras publicadas por Evo Morales em sua conta oficial do Twitter, em 31 de novembro de 2019.)

Todavía, a oposição rejeitou a realização da auditoria eleitoral, conclamando a anulação da eleição. Concomitantemente, convocaram-se protestos contra a vitória de

Evo que se estenderam por 18 dias, enquanto a burguesia negociava com altos comandantes militares e policiais os termos para a destituição de Evo Morales, conforme afirmou o próprio líder cívico Luís Fernando Camacho (GONZALES, 2020).

Alfredo Jalife Rahme (2019), em *Behind Back Doors*, aborda a participação das forças policiais e militares no planejamento do golpe na Bolívia, a qual envolve líderes da oposição boliviana e políticos bolivianos residentes nos EUA, assim como a associação de oposição *Coordinadora Nacional Militar*, formada por ex-oficiais do exército boliviano. O autor aponta que houveram fundos enviados dos Estados Unidos para a atuação no país, sob a responsabilidade da Coordenadora Militar (JALIFE-RAHME, 2019).

No âmbito militar, recrutaram-se oficiais do alto escalão do Exército, que apoiariam o golpe e assumiriam, numa coalizão cívico-militar, a presidência do país. Para isso, atuou-se para desmembrar e dividir o exército boliviano e a polícia nacional, com o intuito de que se rebelassem contra o presidente Evo Morales (JALIFE-RAHME, 2019). Os militares, policiais e grupos paramilitares foram decisivos na consumação do golpe, de forma distinta de outros golpes no presente século na região, como Paraguai, Brasil e até Honduras. Mercado (2021) destaca que as forças armadas eram o último recurso da burguesia, já que a oposição não contava com a maioria na Assembleia Legislativa Plurinacional e o Supremo Tribunal Federal também estava ao lado de Morales, o que poderia proporcionar uma aparente legalidade que vem sendo característica dos golpes na América Latina no presente século.

A fim de retomar os elementos envolvidos no processo de golpe, Maira (2019) contribui ao elencar as principais etapas passadas até o dia 10 de novembro, data da concretização do golpe de Estado na Bolívia:

- Campanha midiática de criminalização do governo Morales mesmo antes da campanha eleitoral;
- Acusação de um plano governamental de fraude eleitoral;
- Apresentação de dados confusos de pesquisas eleitorais em concomitância com a mobilização cidadã;
- Organização de plataformas cívicas com um caráter aparente de apartidarismo;
- Execução coordenada de ações violentas, que envolveram o assalto à sede institucional simbólica do governo e a recusa aos resultados eleitorais;

- Protagonismo dos Comitês Cívicos e Conselhos pela Democracia na acusação de fraude;
- Ataque no dia da eleição, 20 de outubro, aos centros eleitorais, causando caos e conseqüente encerramento do processo eleitoral antes que a coleta das atas das sessões eleitorais rurais fosse realizada;
- Requerimento da desistência da candidatura de Morales, para garantir a eleição de Carlos Mesa;
- Realização de greves a fim de paralisar o funcionamento normal do Estado e da economia;
- Aumento da pressão internacional;
- Aparecimento, dentro deste ciclo violento, de soldados da reserva que questionam a legitimidade do processo eleitoral.

Os conflitos após a vitória declarada de Morales foram diários entre oposição e militantes pró governo – duas mortes foram registradas por bala. No dia 3 de novembro, Camacho deu uma declaração apelando ao Exército e à Polícia para “apoiarem o povo” e, com isso, três unidades policiais se rebelaram em Cochambamba, Sucre e Santa Cruz, levando, ao longo da madrugada, a uma conseqüência de motins policiais nos departamentos do país, com a intensificação da violência contra os manifestantes pró-Morales. A terceira morte aconteceu no dia 6 de novembro, enquanto Camacho instalava-se em frente à sede do governo e declarava: “Não vou embora até que Evo Morales renuncie”.

### *3.2.3 Renúncia e tomada do poder*

No dia 10 de novembro de 2019, foi anunciada a auditoria realizada das eleições no país. Luis Almagro pediu a anulação das eleições e incitou o governo de Morales a convocar novas eleições, acompanhada de uma nova composição do órgão eleitoral, antecipando os resultados que estavam para ser divulgados no dia 13 do mesmo mês. Com isso, o presidente eleito anunciou a convocação de novas eleições gerais e a renovação dos magistrados do Tribunal Supremo Eleitoral, como requerido.

No mesmo dia, o Comandante do Exército e o Chefe da Polícia foram até a TV e pediram a sua renúncia: “Depois de analisar a situação conflituosa interna, sugerimos que o presidente do Estado renuncie a seu mandato presidencial, permitindo a pacificação e a manutenção da estabilidade pelo bem de nossa Bolívia”, proclamou Williams Kaliman, comandante do Exército. A polícia, durante todo esse processo, não buscou controlar a violência dos grupos paramilitares e se amotinou. O Exército, por outro lado, não agiu para proteger o presidente ou tampouco os outros membros do governo. Nesse momento, a polícia em motim utilizava a violência contra a manifestação social da população indígena e camponesa que se colocava ao lado do governo, além de respaldar ataques direcionados a dirigentes do governo a nível local e nacional, bem como a dirigentes de seu partido. Diante disso, Evo Morales se dirigiu ao povo boliviano pela televisão em uma declaração de renúncia:

Decidi renunciar para que Mesa e Camacho não sigam perseguindo meus irmãos dirigentes sindicais. Para que Mesa e Camacho não sigam queimando as casas dos Governadores do MAS em Oruru e Chuquisaca, de parlamentares e de vereadores<sup>36</sup>. Para que Mesa e Camacho não sigam sequestrando e violentando aos familiares dos nossos dirigentes sindicais. Para que não sigam violentando as pessoas mais humildes, como os comerciantes que deixam de trabalhar em Santa Cruz e os transportadores em quase todos os Departamentos.

Estou renunciando para que meus irmãos e irmãs dirigentes e autoridades do MAS, não continuem sendo assediados, perseguidos e ameaçados. Lamento muito esse golpe cívico, que com setores entreguistas da polícia atentaram contra a democracia, contra a paz social, com violência e amedrontamento.

Quero dizer que a luta não termina aqui. Os humildes, os pobres, os setores sociais, os patriotas, vamos seguir lutando pela igualdade e a paz. Nesse momento é importante dizer ao povo boliviano que é minha obrigação, como primeiro presidente indígena e presidente de todos os bolivianos, buscar essa pacificação. Espero que Mesa, Camacho e os Comitês Cívicos não violentem a irmãs e irmãos, não violentem as pessoas humildes, a gente pobre. Não enganem com mentiras, não utilizem o povo com prebendas para violentar o povo boliviano.

Nosso grande desejo é que volte a paz social e a tranquilidade. Peço que saibam, povo boliviano e todo o mundo, que grupos oligárquicos conspiram contra a democracia, isso é histórico e conhecemos a nossa história. Todavia, tenho a obrigação de buscar a paz.

Dói muito, que esses senhores, alguns Comitês Cívicos e partidos que perderam (as eleições) levaram a violência, a agressão, colocando bolivianos em enfrentamento. Por esse motivo estou renunciando e envio minha carta de renúncia à Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia. (Evo Morales, do Trópico de Cochabamba, desde onde partiria horas depois ao México.)

---

<sup>36</sup> No original, Evo usou o termo *consejales*, em português *conselheiros*, que cumprem na Bolívia papel semelhante aos vereadores no Brasil. Os Governos Municipais são compostos por um Conselho e um Prefeito. Os conselheiros são eleitos por voto universal, direto e secreto.

Evo Morales apresenta sua renúncia do Trópico de Cochabamba, onde estava escondido da polícia, que tentava prendê-lo de forma ilegal. Em seguida à renúncia de Evo Morales, Álvaro Garcia Linera deixou o cargo, assim como a presidente do Senado, Adriana Salvatierra. Na madrugada do dia 10, as casas da irmã de Evo Morales e de dois governadores, Esteban Urquizu, de Chuquisaca, bem como de Victor Hugo Vásquez, de Oruro, foram incendiadas por opositores. Em seguida, renunciou o presidente da Câmara dos Deputados, Victor Borda, que teve sua casa atacada por manifestantes e seu irmão foi feito de refém, na cidade de Potosí. Na sequência de renúncias, veio o Ministro de Mineração, César Nacarro, após outro ato de violência (sua casa foi queimada também na cidade de Potosí).

Em meio à onda de violência, Evo Morales deixa o país horas depois de sua renúncia e recebe asilo político no México. Diante da renúncia, Camacho adentra o Palácio Presidencial vazio, saca a Whipala que lá se encontrava estendida, e com a bíblia numa mão e a bandeira nacional em outra, se ajoelha, cumprindo a promessa que havia feito de devolver o palácio do governo a Deus. No dia seguinte, a Whipala é tirada dos uniformes policiais. A estratégia de contrainsurgência estava colocada, e o objetivo era aniquilar o inimigo e destruí-lo; a possibilidade de o Estado ser dirigido por trabalhadores não existia mais no contexto de crise.

Mercado (2021) destaca que, mesmo com a renúncia de Morales, não foi criado um ambiente de paz para que fosse instalada a sessão da Assembleia Legislativa a fim de garantir a sucessão presidencial. Ou seja, o que era buscado era um cenário em os legisladores do MAS não assumissem a presidência com a sua renúncia. Dessa forma, no dia 12 de novembro, a Presidenta do Senado, Adriana Salvatierra, foi impossibilitada de adentrar as instalações da Assembleia Legislativa. Jeanine Áñez se autoproclamou presidenta do Senado e posteriormente presidenta do país.

A pauta democrática evocada pela oposição durante os últimos anos foi ignorada, assim como o regimento das Casas Legislativas e a Constituição do Estado Plurinacional. Ante a ausência do titular da Câmara dos Deputados e do Senado, deveria ter sido convocada uma sessão para a eleição de um novo presidente do Senado, numa recondução do Estado pelas vias regimentais e constitucionais. Sabe-se, entretanto, que o MAS possuía maioria nas casas legislativas, o que poderia acabar com o plano dos golpistas.

Entre a renúncia de Morales e a autoproclamação de Jeanine, o país ficou num limbo representativo, e nesse espaço de tempo os grupos paramilitares e a polícia civil

aturaram com ainda mais brutalidade. O ataque a Whipala no Palacio Queimado, que é um dos maiores símbolos das nações indígenas e foi reconhecida como símbolo nacional a partir da nova Constituição, causou indignação à população indígena. Posteriormente, a Whipala foi queimada por grupos golpistas nas ruas. Nesse contexto, ficou explícito o ataque aos povos indígenas e à classe trabalhadora país.

O ataque ao símbolo indígena levou milhares de indígenas às ruas sob o lema *Ahora sí guerra civil* e as seguintes palavras de ordem: *La Wiphala se respeta, carajo*. A contraofensiva dos movimentos populares ganhou forma, mas, nesse momento, o golpe já estava consumado e ante a ele a chamada Revolução Democrática e Cultural não encontrou uma efetiva salvaguarda, fruto das tensões internas do próprio governo e da desestabilização que enfraqueceu o governo pouco a pouco ao longo dos últimos três anos que antecederam o momento de renúncia de Evo Morales.

Massacres de manifestantes indígenas e camponeses se espalharam pelo país. Ainda em 11 de novembro, no extremo sul de La Paz, aconteceu uma operação policial em conjunto com civis armados; no dia 15 de novembro, em Cochabamba, a repressão policial deixou 12 pessoas mortas e 125 feridas; em 19 de novembro, em El Alto, uma operação policial e militar levou 11 pessoas à morte e 78 feridos. Esses fatos vieram à tona através do informe elaborado pela Defensoria do Povo da Bolívia em 2021, detalhando os crimes aos direitos humanos cometidos entre outubro e dezembro daquele ano. A Procuradoria Geral da República também publicou a “Comunicação conjunta de procedimentos especiais, desenvolvimento de protestos e outras situações de tensão decorrentes das eleições gerais de 20 de outubro de 2019 na Bolívia”, detalhando a violência empregada pelo governo provisório depois do golpe de Estado.

As elites econômicas comemoram a posse de Jeanine, e a CAO, em 13 de novembro, publica “Viva a Bolívia! Agradecemos o altruísmo e o apoio incondicional de todos os subsetores e produtores nesta luta pela recuperação da democracia em nosso país.”<sup>37</sup>. No dia seguinte, a CEPB emite um comunicado sob o título “Empresários privados apoiam o presidente Áñez e reafirmam seu apoio à democracia” e alguns dias depois, em 19 de novembro, a CNC e a CNI emitem uma declaração na qual comemoram “a recuperação da democracia na Bolívia” e expressam seu apoio ao governo de transição. O Estado voltava a ser dirigido pela burguesia, a partir da atuação de seu próprio aparato; a polícia, os militares, parlamentares eleitos estavam a serviço do Estado burguês e para

---

<sup>37</sup> <https://twitter.com/Cao75261794/status/1194437087547842561>.

isso se mobilizaram, para que este voltasse a ser dirigido pela burguesia. A superestrutura que sustenta o sistema contribuiu com o processo, através da mídia, das organizações empresárias, da igreja e das organizações da sociedade civil.

O empresariado assumiu, no governo interino, postos que o governo MAS não os proporcionou. O Ministério do Governo passou a ser chefiado pelo fundador e presidente da Associação de Hoteleiros dos Trópicos de Cochabamba; o Ministério da Economia por José Luis Parada River, economista de Santa Cruz com trajetória no setor privado e público da região; o Ministro de Meio Ambiente e Águas pela ex-senadora de Santa Cruz e ex-presidente do Comitê Cívico de Montero, cidade de Santa Cruz; e o Ministério do Desenvolvimento Produtivo e Economia Rural por Wilfredo Rojo Parada, representando a Câmara de Exportadores de Santa Cruz (CADEX) e a CAINCO. Ademais, ressurgiram os mecanismos de articulação entre empresariado e governo, através do Conselho de Desenvolvimento Produtivo e da Confederação de Empresários Privados da Bolívia, que passou a ser um órgão consultivo para as políticas econômicas (WOLFF, 2020). O Estado burguês voltava a ser dirigido inteiramente por aqueles a quem pertence – a burguesia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, buscou-se demonstrar aspectos da luta de classes em torno do poder do Estado boliviano, bem como as distintas políticas empregadas a partir da direção desse Estado, tendo em vista a sua estrutura burguesa e as estratégias de contrainsurgência utilizadas pela classe dominante. Buscamos, dessa forma, compreender o significado do Estado burguês e, com isso, compreender a que serve essa estrutura estatal. Em seguida, fizemos um breve apanhado da direção e da política empreendida pelo Estado durante o século XX para, depois, traçar a transição entre os governos neoliberais e o governo Plurinacional de Evo Morales.

Partindo do referencial teórico apresentado – o Estado na concepção marxista –, foi possível identificar limites da participação da classe trabalhadora boliviana no seio do Estado capitalista. Também pudemos identificar espaços intocados da burguesia, em um antagonismo entre as populações indígena, campesina e trabalhadora de um lado, e, de outro, os setores burgueses concentrados na região da *media-luna*, com foco no departamento de Santa Cruz. Com isso, notamos com certa clareza que o aparato do Estado tem como função garantir a reprodução do capital e a sua acumulação.

A esse respeito, o Estado utiliza do seu aparato para garantir a dominação de classe, ainda que haja espaços para a participação das classes subalternas em sua estrutura. O golpe, por sua vez, diz respeito à tomada de poder a partir de forças do próprio Estado, ou seja, trata-se de um golpe estruturado por dentro da estrutura estatal, respondendo aos interesses das classes dominantes. Isso significa que, ainda que a burguesia não esteja no centro do poder do Estado, o aparato estatal, através do golpe, responde aos seus interesses. Dessa forma, relacionamos o golpe não com uma exceção à democracia burguesa, mas como parte inerente dela, como o mecanismo utilizado pela burguesia quando as vias democráticas que ela mesma criou não garantem o seu poder no centro do Estado.

O golpe de 2019 na Bolívia reflete essa estrutura. Evo Morales alcança o poder do Estado boliviano a partir da mobilização social que toma as ruas do país, nas Guerras da Água e do Gás. Até a sua chegada ao poder, a Bolívia vivia imersa na política neoliberal, dirigida pela tradicional burguesia de Santa Cruz alinhada com os interesses estadunidenses. Essa oligarquia cruceña dirigiu o país por quase a totalidade de sua história, tendo apenas uma brecha durante a revolução de 1952, que também foi

interrompida por um golpe de Estado. Da sua independência, em 1825, até a redemocratização de 1982, após o golpe contra a Revolução, a Bolívia viveu 193 golpes de Estado.

O período neoliberal, vigente da redemocratização até a primeira eleição de Evo Morales, em 2005, agudizou a luta de classes no país, levando à deterioração da vida de uma população que era a mais pobre da América Latina. O ápice das contradições, fruto dessa deterioração, aconteceu com privatização da água e do gás no país, a qual desencadeou as guerras mencionadas e marcaram o país de 2000 até 2005, unindo diferentes organizações dos movimentos sociais do país – com mineiros, cocaleiros e associações de moradores.

Além da pauta da nacionalização, estavam no centro do debate o antineoliberalismo e o anti-imperialismo, assim como a convocação de uma Assembleia Constituinte com a participação dos diversos setores sociais bolivianos. A eleição de Morales vigorou como fruto do movimento da classe trabalhadora, que levou à insustentabilidade política do neoliberalismo e de seus presidentes. Hugo Banzer renunciou com a pressão popular e foi substituído por Carlos Mesa, que renunciou em seguida pelo mesmo motivo.

Morales foi eleito pela primeira vez com a maior porcentagem já vista pelo país até então, 53% dos votos. A sua eleição escancarou a crise de legitimidade que vivia o Estado boliviano, que estava centrada em três aspectos: o monopólio do Estado nas mãos da classe dominante, a relação de mando e obediência baseada a partir desse monopólio e as formas de organização política, econômica, produtiva e procedimental da administração da vida social. Essa crise, por outro lado, não colocava em xeque a institucionalidade do Estado, mas pretendia repensar a sua estrutura.

Dessa forma, a classe trabalhadora, que no país é composta principalmente por indígenas e camponeses, passou a integrar a estrutura estatal, não só na Presidência, mas também nos Ministérios, Congresso, empresas estatais, judiciário e governo locais. O MAS, partido de Morales, apoiava-se, para a garantia da sua hegemonia política, na organização dos movimentos sociais, que viam a chegada de Evo à presidência como uma conquista sua, com toda razão.

Por outro lado, a elite cruceña teve dificuldades em perder o posto que considerava seu por direito – a direção do Estado burguês. Com isso, dificultaram a aprovação da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia. Essa ofensiva foi

acompanhada de ataques aos apoiadores do MAS, com apoio de policiais e grupos paramilitares, e desembocou na tentativa fracassada de golpe ao Presidente Evo Morales em 2008. Assim, a oposição tomou uma postura mais conciliadora e o governo a acolheu. Morales apostou na conciliação para que conseguisse dirigir o governo, a partir de um pacto para preservar a estrutura da democracia burguesa, advinda da conciliação com a burguesia boliviana, tendo em vista que a região da *media-luna* é, historicamente, a mais rica do país. Seu governo expressou essa conciliação. Os indígenas nunca haviam experimentado a possibilidade de garantia de direitos ou de uma real melhora da qualidade de vida, o que agora era possibilitado pela gestão por parte de “um dos seus” – em um país com uma larga história racista, com uma burguesia com os olhos voltados para fora.

Os royalties dos hidrocarbonetos nacionalizados foram voltados para a promoção de políticas sociais, através da estatal YPFB, redirecionando o lucro da exploração que era até então destinado às multinacionais. As mudanças realizadas pelo governo alteraram significativamente a composição de classe no interior do Estado, em uma nova pactuação da democracia burguesa. Entretanto, dois pontos merecem serem ressaltados: a burguesia cruenha também foi altamente beneficiada pela alta das commodities e o governo afirmou o espaço ao empresariado para garantir a estabilidade do seu mandato; e a falta da diversificação produtiva no país, que continuou, como ao longo de sua história, baseada na exploração de recursos primários e com uma matriz produtiva pouco diversificada, sendo, dessa forma, altamente dependente do mercado externo.

O segundo mandato de Morales, a partir de 2010, iniciou-se com níveis ainda mais altos na votação, 64%. Todavia, o período de bonança, que chegou a maior média de crescimento do PIB da região, em torno dos 5%, foi abalado pela crise internacional das commodities. Junto com a crise econômica, veio a crise política. É importante mencionar a postura de Evo Morales durante a crise, o que talvez seja a principal causa para o golpe de 2019. O presidente, a partir das reservas internacionais que conseguiu manter, graças à nacionalização dos hidrocarbonetos e o boom de seus preços, manteve os programas sociais vigorando. Por outro lado, a queda da taxa de lucro da burguesia foi significativa.

A queda dos lucros e a política de privilegiamento dos programas sociais em detrimento do empresariado levaram a insatisfações evidentes. O Estado já não podia manter a acumulação da burguesia como antes e o governo precisou fazer escolhas. Essas escolhas em privilégio da classe trabalhadora não têm, porém, espaço no Estado

capitalista, já que esse Estado nasce e se reproduz com uma função principal que é suportar a acumulação do capital. Concomitantemente a isso, os intentos de conciliação levaram o governo a desagradar a base que o elegeu, sendo expressivo o caso da Terra indígena e parque nacional Isiboro-Secure – TIPNIS. Com isso, a CONALCAM, principal articulação dos movimentos sociais em defesa do Processo de Cambio, restou desarticulada.

Observa-se também a direção da narrativa socialista por parte do presidente, com maior presença em seu último governo. Isso pode ser encarado como uma forma de o governo aproximar-se ideologicamente dos movimentos sociais, já que estes tinham uma política de rompimento com a burguesia muito mais clara que o governo, e assim sustentar-se ao aliar-se mais explicitamente aos interesses dos trabalhadores. Outro ponto relevante foi a política de nacionalização do lítio, um mineral de grande importância para a burguesia industrial internacional. O país, com a maior riqueza de lítio do mundo, decidiu voltá-la aos interesses nacionais, encarecendo a produção para a burguesia e tensionando a corda da disputa de interesses.

Nesse cenário, observamos o início do processo golpista na Bolívia, que tem início em 2016 quando o presidente organiza uma consulta pública para aprovar a possibilidade de uma nova reeleição, e se estende ao discurso de fraude com a vitória do presidente em 2019. Nesse contexto, é importante atermo-nos à compreensão das razões e das estratégias utilizadas para o golpe, ou seja, a utilização do aparato do Estado para a consolidação do golpe e a necessidade de retomada desse Estado para o redirecionamento da política econômica dirigida por ele.

A oligarquia precisava de uma justificativa para agir, amparada pelos EUA, e minando o poder institucional diante das circunstâncias, colocava em xeque a democracia burguesa sustentada pelo Morales. Para isso, desqualificou-se o processo eleitoral, a partir da desqualificação da possibilidade de reeleição e da denúncia de fraude. Entretanto, para que esse movimento chegasse ao objetivo da retomada do estado, criou-se uma fissura na sociedade, agudizando a crise política. Dessa forma, Evo Morales e a sua base social tornam-se os inimigos a serem combatidos pela classe média, e o Estado adquiriu a forma de contrainsurgência, utilizando mecanismos de violência e confronto, a partir da manipulação da opinião pública, através do aparato midiático e do financiamento estadunidense.

O embate entre os setores da *media-luna* e o resto do país não nasceu nesse momento, mas foi fortalecido para dar vazão ao golpe, com a participação de atores tradicionais da política no país, como o ex-presidente Carlos Mesa e os parlamentares cruceños. Dessa forma, os representantes de Santa Cruz foram agentes centrais na organização da crise. A estratégia contrarrevolucionária ficou evidente a partir da reação violenta da burguesia e do imperialismo em direção aos movimentos de massa que se opõem aos seus interesses, principalmente depois da autoproclamação de Jeanine Añez como presidente interina da Bolívia. Nesse movimento, foi articulado o Estado de contrainsurgência, já que o próprio Estado se mobilizou para aniquilar os oponentes da burguesia, que retomou o Estado para si.

O Exército e a polícia se tornam fundamentais nessa estratégia. Evo Morales sentiria as consequências de não ter transformado o aparato militar e policial do Estado, que desde os anos 60 estiveram alinhados aos Estados Unidos. A sua influência remonta os anos 60, quando o governo do MNR, em um processo de esfacelamento da Revolução, desarticulou as milícias trabalhadoras e camponesas que haviam derrotado o exército oligárquico. Ademais, a partir da orientação do general do exército René Barrientos, as forças militares seguiram a Doutrina de Segurança Nacional. Com isso, o General foi recompensado com a presidência do país, através de um golpe de Estado contra a Revolução de 1952.

Dessa forma, a defesa do Estado burguês e a influência estadunidense tiveram mais peso do que a relação amistosa que Morales havia construído com o alto esquadrão, que fizeram uso programático dela. A luta de classes no país adquiriu o status de guerra durante o golpe, e o movimento popular foi visto como deslocado da sociedade, que preza pela “democracia” entoada, com o objetivo de reestabelecimento da democracia burguesa sob a sua égide neoliberal. Para isso, é necessário um exercício férreo do poder político, que expressa o poder econômico, e que atua sob os mecanismos coercitivos do Estado.

O movimento golpista encabeçado pelas classes dominantes bolivianas, com apoio explícito do capital internacional estadunidense, assim como da própria estrutura estatal daquele país, contribuiu para identificar esse processo como um processo articulado pelos setores do capital. Ao analisar esse processo, nomeamos os atores que aparecem na rua, na mídia e que se posicionaram publicamente, com ênfase nos atores políticos ligados à burguesia cruceña e o capital internacional, assim como as associações empresárias do país que manifestaram seu apoio ao governo golpista e

además, integraram esse governo. Todavía, há também atores que não aparecem imediatamente, ainda mais considerando a breve distância cronológica na qual se localiza o objeto desse estudo, principalmente no que diz respeito ao financiamento das mobilizações, apontado como advindo dos Estados Unidos e podendo ser especulado às multinacionais desse país.

O interesse dos Estados Unidos no golpe na região pode ser inferido a partir de alguns fatores, além da busca histórica pelo controle da política latino-americana: os recursos naturais bolivianos, especialmente a predominância do lítio nesse novo momento histórico, em uma localização geográfica importante; a dinâmica construída entre a Bolívia e a China durante os governos Evo Morales, em detrimento dos negócios com as empresas ocidentais; o papel desempenhado pelo Presidente Morales em temas internacionais a partir de uma direção anti-imperialista e a consequente defesa da soberania nacional – não só sua, mas de toda a região.

O golpe *é* de Estado porque o próprio Estado o articula para garantir o seu caráter burguês e, especificamente, para recuperar a reprodução ampliada do capital através do poder político. Utiliza-se de todo o aparato disponível e dos elementos da superestrutura que, junto a ele, sustentam a acumulação capitalista. É preciso que a burguesia recupere o poder político para que não perca o poder econômico e evite, además, que o bloco indígena, campesino, trabalhador e popular emancipe-se. Esse movimento se baseia em uma política racista, fundamental para a sustentação da exploração de classe na Bolívia. Atua-se para aniquilar o inimigo subversivo, que no capitalismo é visto em todo aquele que desafia a ordem burguesa, desarticulá-lo e erradicá-lo. Outra teria sido a história se nos dias anteriores ao golpe as organizações sociais estivessem cheias de vida, porém, a história seguiu seu rumo. E em 2020, o golpe foi desarticulado pelas organizações sociais, que retomando o seu poder de mobilização e articulação direcionaram, mais uma vez, o MAS à presidência do país.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Danilla; DOS SANTOS, Janaína Freire. Fim de Ciclo dos Governos “Pós-neoliberais” na América Latina? Uma análise do caso boliviano. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 13, n. 2, p. 53–80, 2019.
- ALBA. #OEANoVaMÁS: Está na hora de sair da OEA. *MST – Movimento sem Terra*. 20 set. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/20/oeanovamas-esta-na-hora-de-sair-da-oea/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2022
- ALBÓ, Xavier. *Y de kataristas a MNRistas*. La sorprendente y audaz alianza entre kataristas y neoliberales en Bolivia. La Paz: CEDOIN-UNITAS, 1994.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. Burguesia nacional e burguesia interna: elementos para a análise da atual fase do imperialismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 23 n. 42, p. 204-219, 2019.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. *Caderno de Ciências Sociais*, v. 3, p. 91-133, 2012.
- ANRIA, Santiago; CYR, Jennifer. Inside Revolutionary Parties: Coalition-Building and Maintenance in Reformist Bolivia. *Comparative Political Studies*, v. 50, n. 9, p. 1255-1287, 2016.
- ARAÚJO, Paulo Magalhães. Bicameralismo: história, conceito e funções nos governos contemporâneos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 114, p. 425-472, 2017.
- ARAÚJO, Rafael Pinheiro de. Neoliberalismo e luta social na América Latina no tempo presente: a Bolívia entre 2000 e 2005. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 27, n. 2, p. 385-408, 2021.
- ARÉVALO LUNA, Guillermo Alexander. Economía y política del modelo boliviano 2006-2014: evaluación preliminar. *Apuntes del Cenes*, v. 35, n. 61, p. 147-174, 2016.
- ARRIARÁN, Samuel. *La derrota del neoliberalismo en Bolivia*. 2007. México: Ed. Torres Asociados, 2007.
- ARZE VARGAS, Carlos, et. al. *Empleo y salarios: el círculo de la pobreza*, La Paz: Cedla, 1994.
- ARZE VARGAS, Carlos. Ajuste neoliberal y mercado de trabajo en Bolivia. *Global Policy Network*. 2001. Disponível em: [www.gpn.org](http://www.gpn.org). Acesso em: 15 de julho de 2021

ARZE VARGAS, Carlos. Las rebeliones populares de 2003 y la demanda de nacionalización de los hidrocarburos: ¿fin de la era neoliberal en Bolivia? *CDC - Cuadernos del Cendes*, v. 21 n. 56, p. 87-107, 2004.

AVINERI, Shlomo. *Hegel's theory of the modern state*. New York: Cambridge University Press, 1972.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto et al. (Org.). *Dicionário de Política*. v.1. 12.ed. Brasília: Editora UnB, 1999. p.544-7.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 2007. p. 545-547.

BASPINEIRO, Roxana. A um año de las massacres em Bolivia, familiares y víctimas relatan momentos de terror. *Brasil de Fato*, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/22/a-un-ano-de-las-masacres-en-bolivia-familiares-y-victimas-relatan-momentos-de-terror>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

BEDREGAL, Guillermo. *Víctor Paz Estenssoro, el político*. Una semblanza crítica. Cidade: Fondo de Cultura Económica, La Paz: Abridged edition, 1999.

BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de estado? *Blog Junho*, 26 mar. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>. Acesso em: 02 de março de 2020.

BICHIR, Maíra Machado. Aportes de Ruy Mauro Marini do Debate Sobre o Estado Nos Países Dependentes. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 84, p. 535-553, 2018.

BOLÍVIA revoluciona a educação para o desenvolvimento do país. *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação*. 30 set. 2017. Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/70982-bolivia-revoluciona-a-educacao-para-o-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 9 de janeiro de 2022.

BOLÍVIA. Instituto Nacional de Estadística. *Estadísticas por Actividad Económica*. 2017. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-por-actividadeconomica/estadisticas-por-actividad-economica-2>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

BOLÍVIA. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas (MEFP). *10 años de economía boliviana*. La Paz: MEFP, 2016.

BOLÍVIA. *Nueva Constitución Política del Estado*, out. 2008. Disponível em: [http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3\\_blv\\_constpolitica.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3_blv_constpolitica.pdf). Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

BORON, Atilio. Honduras: la futilidad del golpe. *TNI – El Transnational Institute*, 29 jun. 2009. Disponível em: <https://www.tni.org/es/art%C3%ADculo/honduras-la-futilidad-del-golpe>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BOWEN, James D. The right and nonparty forms of representation and participation: Bolivia and Ecuador Compared. In: LUNA, Juan Pablo; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal (Org.). *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2014. p. 94–116.

CABRAL NETO, Antônio. Democracia: velhas e novas controvérsias. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 2, p. 287-312, 1997.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: alternativas de desarrollo en América Latina. In: MOLINA, Paula Vidal (Coord.). *Neoliberalismo, neodesarrollismo y socialismo bolivariano*. Santiago: CLACSO, 2019, p. 34-51.

CASTAÑÓN, Enrique. *Las dos caras de la moneda: Agricultura y Seguridad Alimentaria en Bolivia*. Documentos de Trabajo. La Paz: Fundación Tierra, 2014.

CASTRO, Fabio S. M. de; GUERRA, Sinclair Mallet Guy; LIMA FILHO, Paulo Alves de. Bolívia pré-golpe: notas de um estudo de campo. *Revista Fim do Mundo*, Marília, n. 1, p. 104-133, 2020.

CEBALLOS, Alejandro Carrillo. Bolivia a la penumbra de la “Media Luna”. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, v. 14, n. 24, p. 49-61, 2021.

CEDLA – Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario. *Dossier estadístico de empleo, condiciones laborales y dimensiones de género*. La Paz: Cedla, 2004.

CEDLA – Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario. *Alerta Laboral 71*. La Paz: Cedla, 2013.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Unidade de Investimentos e Estratégias Empresariais. Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial. *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe*. Relatório. Santiago: CEPAL, 2016.

CHACHAWAYNA, Manuel. Pueblos Indígenas y Estado boliviano. La larga historia de conflictos. *La Razón*, 1927. Esteban Ticona Alejo. Universidad de la Cordillera de la Paz, Bolivia, 1927.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes; KLOVRZA, Ana Victória. A Oposição entre “Estado Instrumental” e “Estado Plurinacional” em Sociedades “abigarradas”: notas sobre o processo político na Bolívia contemporânea. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 13, n. 2, p. 317–350, 2019.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 27, p. 65-85, 2008.

CONALTID – Consejo Nacional de Lucha contra el Tráfico Ilícito de Drogas. *Estrategia de lucha contra el narcotráfico y revalorización de la hoja de coca (2007-2010)*. La Paz: CONATILD, 2006.

CONZELMAN, Caroline S. El movimiento cocalero en los Yungas de Bolívia: diferenciación ideológica, económica y política. In: ROBINS, Nicholas (Ed.). *Conflictos políticos y movimientos sociales en Bolívia*. La Paz: Plural Editores, 2006.

COSTILLA, Lucio Oliver. A “Guerra do Gás” na Bolívia: análise sociológica de uma crise política. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 1, p.68-72, 2004.

CRABTREE, John; CHAPLIN, Ann. *Bolivia, procesos de cambio*. La paz: Oxfam/Cedla/Fundación PIEB, 2013

CRESPO, Carlos. *La Guerra de los pozos*. Conflictos Ambientales. Cochabamba: CERES, 1999.

CRESPO, Carlos. La guerra del agua en Cochabamba: movimientos sociales y crisis de dispositivos del poder. *Revista del Sul*, n.20, p. 59-70, 2000.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Evo Morales e a construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 150-173, 2011.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Evo Morales e o ‘Proceso de Cambio’: um balanço de oito anos. *Observador On-Line*, v. 8, n. 6, 2013.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. *Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia: Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. *Formação do estado e horizonte plurinacional na Bolívia*. Curitiba: Appris, 2018.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Los dilemas de la representación política contemporánea en Bolivia: movimientos sociales, partido y Estado en tiempos de “Proceso de Cambio”. *Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 105-115, 2015.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Qualidade democrática na Bolívia de Evo Morales (e além): transformações, avanços e desafios. *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política*, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 30-68, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA SOCIAL – USP. *Sistema de Saúde – Bolívia*. 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/iberoamericanoralhealth/perfil/bolivia/sistema-de-saude-bolivia/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

DUNKERLEY, James. *Bolivia: Revolution and the Power of History in the Present – Essays*. London: Institute for the Study of the Americas, 2007.

DURAN GIL, Aldo. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? *Perspectivas*: Revista de Ciências Sociais [online], v. 33, p. 157-188, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Boitempo, 2019. [Originalmente publicado em 1884].

ENGELS, Friedrich. The origin of the family, private property and the State. In: Tucker, R. C. *The Marx-Engels reader*. New York, W.W. Norton, 1972. Seção 4.

EPNE – Yacimientos de Litio Bolivianos. *Breve resenha histórica*. Disponível em: [https://www.ylb.gob.bo/inicio/acerca\\_de\\_YLB](https://www.ylb.gob.bo/inicio/acerca_de_YLB). Acesso em: 06 de março de 2022.

ESCÓBAR DE PABÓN, Silvia; ARTEAGA AGUILAR, Walter; HURTADO APONTE, Giovanna. *Medición de la pobreza multidimensional Bolivia – 2017*. La Paz: CEDLA, 2019.

ESPINOZA, Fran. *Bolívia: elite cruenha e nova elite política pactuaram as elites?* Curitiba, 7º Seminário Internacional Economía e Política, Curitiba: UFPR, 2016.

ESPINOZA, Fran. *Bolivia: la circulación de sus élites (2006-2014)*. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2014.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. **Informe Defensorial**: Crisis de Estado, violación de los derechos humanos em Bolivia. octubre – diciembre 2019. La Paz: Defensoria del Pueblo, 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.gob.bo/uploads/files/crisis-de-estadoviolacion-de-los-derechos-humanos-en-bolivia-octubre-diciembre-2019.pdf>. Data de acesso: 05 de março de 2022.

FINER, Samuel Edward. *The Man on Horseback*. New York: Frederick A. Praeger: 1962.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FUHR, Bruno A. *A noção de Estado de Contrainsurgência em Marini*. Porto Alegre: ODELA/UFRGS, 2020.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

GARCÍA LINERA, Álvaro El evismo: lo nacional popular en acción. *OSAL* (Observatório Social da América Latina), Buenos Aires, n. 19, p. 25-32, 2006.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Bolívia in Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Bolívia. Enciclopédia Latino Americana. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2006.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El Estado em transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: *Horizontes y límites del estado*. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2006, p. 9-42.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Empate catastrófico y punto de bifurcación. *Crítica y Emancipación* – Revista latinoamericana de ciencias sociales, v. 1, p. 23-33, 2008.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Multitud y Comunidad: La Insurgencia Social En Bolivia. *Revista Chiapas*, n. 11, p. 1-9, 2001.

GOMES, Fernanda da Silva. *Rousseau – democracia e representação*. Dissertação (Mestrado em Ética e Filosofia Política) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

GONÇALVES, Chryslen. Wiphala: Símbolo da resistência histórica dos povos andinos. *Contrapoder*. 11 nov. 2021. Disponível em: <https://contrapoder.net/artigo/wiphala-simbolo-da-resistencia-historica-dos-povos-andinos/#:~:text=Este%20foi%20o%20gatilho%20para,Wiphala%20se%20respeto%2C%20carajo%E2%80%9D>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

GONZAGA, Guilherme Balduino; FACCIOLLI, Giuliana da Cunha. Contradições do neodesenvolvimentismo boliviano à luz da Teoria Marxista da Dependência. In:

SILVESTRE, Luciana P. Franco (Org.). *Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas*, n. II. Brasília: Atena Editora, 2021. p. 280-300.

GONZÁLES, Eduardo Paz. De golpes y fraudes: Análisis del campo de fuerzas políticas em la Bolivia post Evo Morales. *Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político*, ano 1, n. 1, 2020.

GREGOR BARIE, Cletus. Nuevas narrativas constitucionales en Bolivia y Ecuador: el buen vivir y los derechos de la naturaleza. *Latinoamérica*, n. 59, p. 9-40, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. *Diez Tesis Urgentes sobre el Neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. Quito: CAAP/ FLACSO, 2009. [Mesa Redonda Alternativas a una economía extractivista].

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. *Los ritmos del Pachakuti: movilización y levantamiento indígena-popular en Bolivia*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2008.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Phylosophy of right*. New York: Oxford University Press, 1977. [Originalmente publicado em 1821].

HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do Estado*. Trad. Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro, Revan, 2010.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. New York: Macmillan, 1977. [Originalmente publicado em 1651].

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. The Online Library of Liberty, 2004. [Originalmente publicado em 1651].

ISUANI, Ernesto. Três enfoques sobre o conceito de Estado. Trad. Maria Teresa Macieira Sousa. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 35-48, 1984.

KLEIN, Herbert S. *História da Bolívia*. Brasília: Editora UnB, 2016.

LASERNA, Roberto et al. Evaluación de la Gestión de Gobierno. In: CHÁVEZ, Carlos Camargo; ORELLANA, Luis Alberto Garcia; YAPUR, Fernando Luis Garcia (org.). *Contextos políticos: conjeturas y debates de la transición política boliviana (2008-2010)*. La Paz: Pnud, 2011. p. 251-273

LENIN, Vladimir Ilitch. A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980. p. 275-349.

LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. [Originalmente publicado em 1917].

LEVY, Johanna. Coca: da tradição ao narcotráfico. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 04 mai. 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/coca-da-tradicao-ao-narcotrafico/>. Acesso em: 8 de novembro de 2021.

LIRA, Gabriel Isaac Obando; PÉREZ, Esteban Velázquez. *Sobre los intereses de los Estados Unidos de América en el golpe de Estado en la República Plurinacional de Bolivia del año 2019*. Monografía (Licenciatura en Ciencia Política y Relaciones Internacionales) – Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua. Managua, 2020.

LOCKE, John. *The second treatise of government*. London: Cambridge University Press, 1960. [Originalmente publicado em 1689].

LOCKE, John. *The second treatise of government*. London: Cambridge University Press; 1960. [Originalmente publicado em 1689].

LUNA, Guillermo Alexander A. Economía y política del modelo boliviano 2006-2014: evaluación preliminar. *Apuntes del Cenes*, v. 35, n. 61, p. 147–174, 2016.

MACIEL, Douglas Campanini. *O desenvolvimento do capitalismo na Bolívia: do processo de formação do Estado aparente ao Estado plurinacional*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

MAIRA, Antonio El golpe blando: Bolivia. El Tío Sam, con Gene Sharp y el “cívico” Camacho, contra Evo Morales. *Cuba Información*, 10 nov. 2019. Disponível em: <https://www.cubainformacion.tv/la-columna/20191110/83607/83607-el-golpe-blando-bolivia-el-tio-sam-con-gene-sharp-y-el-civico-camacho-contra-evo-morales>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

MARINI, Ruy Mauro. A nova democracia latino-americana. *Revista Humanidades*, Brasília, ano IV, n. 13, p. 5-11, 1987.

- MARINI, Ruy Mauro. A pequena burguesia e o Problema do Poder. In: *O reformismo e a contrarrevolução: Estudos sobre o Chile*. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 97-194.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. 1973. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod\\_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf).
- MARINI, Ruy Mauro. El Principito: Las dictaduras hacen girar el sol. *El Universal*, México, 25 jan. 1978.
- MARINI, Ruy Mauro. La cuestión del fascismo em América Latina. *Cuadernos Políticos*, n. 18, p. 13-34, 1978.
- MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v.12 n.3, p. 1-15, 2018. [Originalmente publicado em 1978].
- MARTÍNEZ, Rafael. Subtipos de golpes de Estado: transformaciones recientes de un concepto del siglo XVII. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.108, p. 191-212, 2014.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global Editora, 1985.
- MARX, Karl. Critique of the Gotha Program. In: TUCKER, Robert C. (Ed.). *The Marx-Engels reader*. New York: Norton, 1972. p. 525-541.
- MARX, Karl. Critique to Hegel's doctrine of the State. In: *Early writings*. New York: Vintage, 1975.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. [Originalmente publicado em 1852].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001. [Originalmente publicado em 1848].
- MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MAYORGA, Fernando. *Dilemas: ensayos sobre democracia intercultural y estado plurinacional*. La Paz: CESU/Plural Editores, 2011.
- MAYORGA, Fernando. *Elecciones en Bolivia: disputa por el sentido de la democracia in Giros políticos y desafíos democráticos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- MEFP – Ministerio de Economía y Finanzas Públicas. *12 Años Estabilidad Económica-Bolivia*. La Paz: Editorial del Estado, 2018.

MENDOZA-BOTELHO, Martín. Revisiting Bolivia's Constituent Assembly: lessons on the quality of democracy. *Asian Journal of Latin American Studies*, v. 29, n. 1, p. 19-55, 2016.

MERCADO, Hugo Moldiz. “*Democracia de excepción*” y “*democrática emancipadora*”: la disputa estratégica. Ciudad de México: Partido del Trabajo, 2021.  
MERCADO, Hugo Moldiz. *Golpe de Estado em Bolivia: La soledad de Evo Morales*. Havana: Ocean Sur, 2020.

MOLINA, Fernando. ¿A dónde conducirá la crisis boliviana? *Nueva Sociedad*, ago. 2020. Disponible em: <https://www.nuso.org/articulo/donde-conducira-la-crisis-boliviana/>. Acceso em: 29 de janeiro de 2022.

MOLINA, Fernando. ¿Por qué Evo Morales sigue siendo popular? Las fortalezas del MAS em la construcción de un nuevo orden. *Nueva Sociedad*, n. 245, p. 4-14, 2013

MOLINA, Fernando. Bolivia: ¿golpe o (contra)revolución? *Nueva Sociedad*, nov. 2019. Disponible em: <https://www.nuso.org/articulo/bolivia-golpe-o-contrarevolucion/?fbclid=IwAR0dIgx0ErXdbi2oKUw8JGkYxTFfRIKZaJFGm9DITN7b0zJ3VwNGXPWYli0>. Acceso em: 29 de janeiro de 2022.

MOLINA, Fernando. El experimento de Emapa em Bolivia. El Estado, la inflación y la producción de alimentos. *Nueva Sociedad*, n. 262, p. 108-119, 2016.

MOLINA, Fernando. El MAS em el centro de la política boliviana. In: GARCÍA ORELLANA, Luis Alberto; GARCÍA YAPUR, Fernando (Org.). *Mutaciones del Campo Político em Bolivia*. La Paz: PNUD-Bolivia, 2010. p. 241–301.

MOLLO, Maria de Lourdes R. *A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas*. CLACSO, Argentina, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORALES, Juan Antonio. Gestión gubernamental 2006-2015: Realidades y espejismos de la economía y de las políticas sociales del gobierno de Evo Morales. In: ORTEGA, Nelson González (Ed.). *Bolivia em el siglo XX: trayectorias históricas y proyecciones políticas, económicas y socioculturales*. Madrid: Iberoamericana Vervuert / Plural editores / Universidad de Oslo, 2017. p. 237-253.

MORALES, Juan Antonio. Política económica después de la transición a la democracia. In: PACHECO, Mario Miranda Pacheco (Comp.). *Bolivia em la hora de su modernización*. Universidad Autónoma de México. México, 1993.

NEGRI, Camilo; GUACH, Hans Carrillo; CASTRO; Henrique Carlos. Redefinição do espectro ideológico latino-americano: comparação entre as mudanças do PT (Brasil) e

MAS (Bolívia) In: *América Latina na contemporaneidade: desafios, oportunidades e riscos* Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 103-128.

NESO, Nicola. De la Guerra del Agua hasta la Guerra del Gas – los movimientos sociales de Bolivia y la elección de Evo Morales. *Iberóforum – Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana*, v. 8, n. 15, p. 207-232, 2013.

NETHIS – Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde. Fiocruz. *Sistema de saúde da Bolívia*. Disponível em: <https://bioeticaediplomacia.org/sistema-de-saude-da-bolivia/>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

NUNES, Ticiania Gabrielle Amaral. O extrativismo progressista na América do Sul: uma análise a partir da experiência boliviana. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, n. 24, p. 63-84, 2018.

O'BRIAN, E. *Bolivia: La rebelión de los 100 clanes*. Montevideo: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2008.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/banco.php>.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVARES, German Peters. *La revolución nacional inconclusa: 1952-1964*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2005.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OSTRIA, Gustavo Rodríguez. Los Mineros de Bolívia en una perspectiva histórica. *Convergencia - Revista de Ciencias Sociales*, n. 24, p. 271-298, 2001.

PAIVA, Eliane Miranda et al. *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Insituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

PANNAIN, Rafaela N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105 p. 287-313, 2018.

PAUCARA ESPAÑA, Cristian Ruben. *La tasa de ganancia y el desarrollo capitalista en Bolivia*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, 2017.

PERISSINOTTO, Renato. Por que golpe? In: *Encontro do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ*, Rio de Janeiro, 07 out. 2016.

PINTO, Darwin; NAVIA, Roberto. *Um tal Evo*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2007.

POULANTZAS, Nicos. Internacionalização das Relações Capitalistas e o Estado-Nação. In: *As Classes Sociais no Capitalismo Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *Parcours: vers um eurocomunismo problématique*. Repères. Hier et aujourd'hui: textes sur l'État. Paris: Maspero, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México: Siglo XXI, 1969.

POULANTZAS, Nicos. The problem of the capitalist State. *New Left Review*, n. 58, 1966.  
PRASHAD, Vijay. As multinacionais, o valioso lítio da Bolívia e a urgência de um golpe. *Brasil de Fato*, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/artigo-or-o-litio-da-bolivia-e-a-urgencia-de-um-golpe/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

RAHME, Alfredo Jalife. Las manos de EEUU contra Bolivia. *Kantrainfo*, 11 nov. 2019. Disponível em: [https://kontrainfo.com/revelan-el-plan-de-eeuu-para-el-golpe-en-bolivia-nombres-y-apellidos-rol-de-la-embajada-y-paises-vecinos/?fbclid=IwAR0\\_NR\\_eGa3fH7PDbf4lPiq9G\\_x91KMLGB\\_FTH42Ffbk0C6efV6\\_GSzGsQ](https://kontrainfo.com/revelan-el-plan-de-eeuu-para-el-golpe-en-bolivia-nombres-y-apellidos-rol-de-la-embajada-y-paises-vecinos/?fbclid=IwAR0_NR_eGa3fH7PDbf4lPiq9G_x91KMLGB_FTH42Ffbk0C6efV6_GSzGsQ). Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

RAMALHOSO, Wellington. Em meio à crise, Evo Morales renuncia à presidência da Bolívia. *UOL*, 10 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/11/10/em-meio-a-crise-evo-morales-renuncia-a-presidencia-da-bolivia.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

REA CAMPOS, Carmen Rosa. Complementando racionalidades: la nueva pequeña burguesía aymara en Bolivia. *Revista Mexicana de Sociología*. v. 78, n. 3, p.375-407, 2016.

RODRIGUES, Andrés. Cronologia: La crisis política que llevó a renuncia de Evo Morales. *El País*, 11 nov. 2019. Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2019/11/11/actualidad/1573486804\\_248337.html](https://elpais.com/internacional/2019/11/11/actualidad/1573486804_248337.html). Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social e Ensaio sobre a origem das línguas*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997. [Originalmente publicado em 1762].

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

SAES, Décio. *A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas*. São Paulo: Crítica Marxista, 1998.

SANDOVAL, Godofredo; SOSTRES, Fernanda M. *La Ciudad Prometida*. La Paz: Ed. Offet Boliviana, 1989.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia*. 243 p. Dissertação (Mestrado em

Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. O processo de cambio na Bolívia: tensões criativas ou destruidoras? In: *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018, p. 215-266.

SCHNEIDER, Alejandro M. Tensiones económicas, políticas y sociales durante los gobiernos de Evo Morales. Una interpretación sobre el golpe de Estado. *Anuario De La Escuela De Historia*, n. 32, p. 1-25, 2020.

SEBBEN, Fernando Dall'Onder. *Bolívia: Logística Nacional e Construção do Estado*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SEGABINAZZI, Cátia. *Identidade e trabalho na sociedade capitalista*. Porto Alegre: Textos & Contextos, 2007.

SEVERO, Leonardo. Bolívia multiplica investimentos por seis e inaugura sistema universal e gratuito de saúde. *Hora do Povo*, 02 mar. 2019. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/bolivia-multiplica-investimentos-por-seis-e-inaugura-sistema-universal-e-gratuito-de-saude/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

SOLA, Lourdes (Org.). *Estado, Mercado e Democracia: Político e economia comparadas*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

SOUZA, Julia Gomes. Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal: apontamentos para a reflexão do caso boliviano. In: *Anais do IX Colóquio Marx Engels*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 2009. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/crise-do-neoliberalismo-e-seus-reflexos-no-aparelho-estatal.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/crise-do-neoliberalismo-e-seus-reflexos-no-aparelho-estatal.pdf). Acesso em: 10 de outubro de 2021.

STEFANONI, Pablo. ¿Qué pasa en Bolivia? *Nueva Sociedad*, out. 2019. Disponível em: [https://www.nuso.org/articulo/Bolivia-Evo-Morales-Carlos-Mesa-elecciones/?fbclid=IwAR38QPu\\_0aOxddjlZbqAahtrAn-SwW9ndmxV4bpOqEBbTOZk9HiTcBZpprM](https://www.nuso.org/articulo/Bolivia-Evo-Morales-Carlos-Mesa-elecciones/?fbclid=IwAR38QPu_0aOxddjlZbqAahtrAn-SwW9ndmxV4bpOqEBbTOZk9HiTcBZpprM). Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

STEFANONI, Pablo. ¿Y quién no quería “vivir bien”? Encrucijadas del proceso de cambio boliviano. *Crítica y Emancipación*, v. 4, n. 7, p. 9-25, 2012.

STEFANONI, Pablo. Bolivia después de las elecciones: a dónde va el evismo? *Nueva Sociedad*, n. 225, p. 4-17, 2010

STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 24, p.115-131, 2010.

STEFANONI, Pablo. Prefácio. In: *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo, Boitempo, 2010, p. 11-24.

STEFANONI, Pablo; ALTO, Hervé do. *Evo Morales de la Coca al Palacio*. La Paz: Editora Malatesta, 1ª Edição, 2006.

TAPIA, Luis, El presidente colonial. In: *Horizontes y límites del estado*. La Paz: Comuna; Muela del Diablo Editores, 2005, p. 75-110.

TAPIA, Luis. El estado em condiciones de abigarramiento. In: *El estado: Campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO, 2010, p; 97-128.

TeleSUR tv. Por la paz em Bolivia renuncia Evo Morales a la presidencia. *Youtube* (3m24s), 10 nov. 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=blmxK46sLk&ab\\_channel=teleSURtv](https://www.youtube.com/watch?v=blmxK46sLk&ab_channel=teleSURtv). Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

TORRÉZ, Yuri. El voto rural decisivo. In: *Escritos Insurgentes: Artículos periodísticos antes, durante y después del golpe de Estado em Bolivia*. Cochabamba: Editorial Artesanal Educación em Resistencia, 2021, p. 52-53.

URIBE, Sammy Johan Palomino. Bolivia envió a la ONU un informe sobre los hechos de violencia de octubre y noviembre de 2019. *Agencia Anadolu*, 01 mai. 2021. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/es/mundo/bolivia-envi%C3%B3-a-la-onu-un-informe-sobre-los-hechos-de-violencia-de-octubre-y-noviembre-de-2019/2226257>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

URIOSTE, Miguel. *Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia*. La Paz: Fundación Tierra, 2011.

URQUIDI, Vivian. *Movimento Cocaleiro da Bolívia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

VALENCIA VEGA, Alipio. *Historia política de Bolívia*. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1988.

VAQUERA, Ana Carol Aldapi. *Populismo e democracia: Avances, limites e contradições do governo Evo Morales (2000-2019)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

VARGAS, Humberto; CÓRDOVA, Eduardo. Bolivia: un país de reconfiguraciones. Por una cultura de pactos políticos y de conflictos, In: José Seoane (Cord.), *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*, Buenos Aires, CLACSO, 2004.

WEBER, Max. *Economy and society*. New York: Bedminster Press, 1968.

WEBER, Max. Politics as vocation. In: GERTH, Hans; MILLS, C. Wright. *From Max Weber: essays in sociology*. New York, Oxford University Press, 1967.

WHITEHEAD, Laurence (org) *Tensiones irresueltas: Bolivia, pasado y presente*. La Paz: Plural/Pnud, 2009.

WOLFF, Jonas. Las élites económicas em la Bolivia contemporánea. In: SOUVEREIN, Jan; EXENI RODRÍGUEZ, José Luis (Coords.). *Nuevo mapa de actores em Bolivia: Crisis, polarización e incertidumbre (2019-2020)*. La Paz: Friedrich Ebert Stifung, 2020.

ZALLES CUETO, Alberto. Una pieza más en el rompecaza boliviano. *Revista Nueva Sociedad*, n. 201, p. 20-32, 2006.

ZAVALETA MERCADO, René. *Clases sociales y conocimiento*. La Paz: Amigos del libro, 1988.

ZAVALETA MERCADO, René. *Las masas en noviembre* La Paz: Ed. Juventud, 1983.

ZUAZO, Moira. *¿Cómo nació el MAS? La ruralización de la política em Bolivia – Entrevistas a 85 parlamentares del partido*. 2. ed. La Paz: Fridrich Ebert Stiftung, 2009.